

Andrey Prote Zanetti

**UMA LEITURA DE ALBERTO TORRES:
CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO E SUA APROPRIAÇÃO “POLÍTICO-INTELLECTUAL”**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, campus de Marília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Pensamento Social e Político Brasileiro

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Célia Aparecida F. Tolentino

Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” - Campus de Marília
Faculdade de Filosofia e Ciências
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Dissertação Intitulada “Uma leitura de Alberto Torres: construção de um projeto e sua apropriação ‘político-intelectual’”, de autoria do mestrando Andrey Prote Zanetti, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof.^a Dr.^a. Célia Aparecida F. Tolentino – orientadora

Prof. Dr. Luís Antônio Francisco de Souza

Prof. Dr. Marcos Cesar Alvarez

Prof. Dr. Giovanni Alves
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
FFC/UNESP

Marília, 18 de janeiro de 2007

A memória sempre presente de meus amados avós, Seu Nica e Dona Sinhá e ao eterno carinho que tenho pelos meus pais José e Geni. Ao amor eterno, a mulher da minha vida, minha filha Beatriz. Eternos em minha memória e em meu coração.

Agradecimento

Depois de um longo tempo fazendo perguntas e buscando respostas que levaram a este trabalho de longa experimentação e de exercício de paciência, tanto minha como de meus observadores mais diretos, ainda me vem a memória uma pergunta feita logo no primeiro dia que pisei em Marília, desta vez como aluno de pós-graduação: “O que faz este mineiro atravessar suas protetoras montanhas para se aventurar nessa cidade?”

Não esperem uma resposta, apenas que o resultado desta longa viagem é um trabalho que encontra sua semelhança na sinuosa paisagem das Alterosas. Belos e perfeitos topos de montanha que levam ao longe o pensamento e vales distantes, profundos, onde o sol pouco lhe encontra o solo.

Em sentido oposto dos desbravadores paulistas, nós mineiros entramos, seguindo os veios da montanha, atravessando as fronteiras e se infiltrando em todos os cantos. Somos verdadeiros migrantes! Somos como “O iniciado do vento”. Somos parte deste mundo virado.

Aqui não posso me privar da liberdade de expressar uma trajetória que, em certa medida me trouxe para o outro lado das montanhas, o extremo pela primeira vez encontrado. O olhar infantil e o desejo de fugir das aulas me levaram à biblioteca. A biblioteca aos livros que inocularam um veneno mortal em minha consciência. Lançado, pelo susto, me meti a buscar o passado pelos paredões do norte de Minas, a contemplar a maravilha de se ver pela primeira vez a gruta Bonita, o Arco do André ou o Janelão. O garoto lamentou não mais poder ver o nascer do sol de uma balsa no Velho São Francisco. Neste momento me vinha a mineridade de Guimarães Rosa.

Mas por que abandonar o conforto das montanhas, aquelas que nos permite um olhar curto e introspectivo e auto-resignado, que caminha pelo Maletta a procura de livros? Permitam-me uma resposta simples, somente encontrada ao escrever estas páginas. Ser mineiramente um migrante: “O que há do outro lado?”

Hoje eu sei a resposta e é por isto que, acima de seguir o ritual de agradecimentos, me coloco a agradecer sem pudores a todos que mais que gentilmente me permitiram responder tantas perguntas, e me deram a possibilidade de fazer tantas outras.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp de Marília pelo voto de confiança que depositaram em meu trabalho, mais especialmente aos professores da linha de pesquisa “Pensamento social e político brasileiro”. Não posso deixar de agradecer a bolsa de um ano oferecida pela CAPES, que me permitiu alguns luxos da vida acadêmica.

Este trabalho, durante muito tempo fatiado nos cantos de gavetas, teve sempre o prazer de poucos, mas verdadeiros e produtivos debatedores. Devo começar pelos últimos a colaborar com o seu nascimento. O maior e mais profundo agradecimento devo a – sem qualquer decoro acadêmico – a minha “mãe postiça” Celinha, que não apenas foi uma leitora, mas a pessoa que me permitiu chegar até aqui, com os seus puxões de orelha e carinho quase maternal com as minhas falhas e descaminhos. Aos professores Luís Antônio e José Geraldo Poker, que participaram de minha banca de Exame de Qualificação, em condições quase impossíveis, mas que permitiram, com grande generosidade, apontar as profundas falhas e os melhores caminhos para este trabalho. Sei que muito das críticas foram aqui aceitas, outras marotamente dribladas e algumas rejeitadas, o que me obrigou algumas páginas de defesa de minhas idéias.

Sabendo que claramente fui um péssimo orientando, mas um bom ouvinte, tenho certeza que o prof. Marcos Alvarez encontrará em muitas das páginas idéias que discutimos longamente. Buscando me redimir, aqui está parte da vivencia intelectual que tivemos nos anos em que trabalhamos, ou mais exatamente, parolamos. Os agradecimentos aqui explícitos, encontram-se implícitos nas páginas desta dissertação.

Não posso deixar de lembrar que em toda esta caminhada muitos passaram deixando um pouco de sua generosidade e amizade. Sempre confiantes no bom resultado do meu trabalho tenho que agradecer a prof^a. Ethel, prof^a Candida, prof^a Cristina Rubim, prof. Corsi e prof. Andréas que em diversos momentos mostraram sensibilidade em relação aos problemas e dificuldades que enfrentei durante este tempo em Marília.

Aos funcionários da Unesp meu respeito e verdadeiro agradecimento por tudo que fizeram e toda atenção e presteza.

Aos funcionários da Biblioteca da Unesp de Marília não tenho palavras para agradecer pelas muitas retiradas, pelos livros que buscaram em outras bibliotecas, o que facilitou em muito o meu trabalho. Com o risco de esquecer qualquer nome, agradeço a todos irrestritamente. Qualquer ausência de referência se deve apenas aos meus lapsos ou a impossibilidade de se obter exemplares de difícil localização.

Não querendo me estender mais, mas sem ser injusto com as pessoas que passaram ao longo de todo estes anos, me dando apoio e estímulo para continuar trabalhando, devo agradecer a Wilmiara, Dangelis, Suzana Ferreira, Oséias, Imaculada, o infante Heitor, Suzana Mingorance, Thiago Paqueta, João, Luciano, Lucio, Monique, Thiago, Galileu, Hércules, Andréia, Sardinha e tantas outras pessoas que peço desculpas por não lembrar os nomes, mas sabem que tenho em grande consideração a todos.

Agradeço a uma mulher importante que esteve em meu passado, e que sempre esteve do meu lado e que pelos meus erros nos distanciamos. Serei sempre grato e lembrarei com grande carinho da minha querida Tassiani.

Em um ano difícil como foi o de 2006, tive a sorte de ter a Melina, com sua compreensão, me ajudando a deparar comigo mesmo e a me conhecer pela primeira vez com os meus olhos, olhos mais justos.

Por último e os mais importantes de todos meus pais José Zanetti e Geni Prote Zanetti. Se eu for a metade do homem e do pai que ele é, o que ainda me falta muito para chegar, serei uma pessoa muito melhor. Honestidade, justiça e generosidade são as maiores qualidades que me ofereceu em toda a minha educação. Da minha mãe guardo com carinho o passado e lamento ver seu estado de saúde.

"Deve-se escrever da mesma maneira como as lavadeiras lá de Alagoas fazem seu ofício. Elas começam com uma primeira lavada, molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Colocam o anil, ensaboam e torcem uma, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando a água com a mão. Batem o pano na laje ou na pedra limpa, e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar. Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa. A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer."

Graciliano Ramos, em entrevista concedida em 1948.

Resumo:

Partindo dos pressupostos teórico-metodológico de Geertz, em que afirma ser a ideologia o resultado de uma manipulação intencional de formas culturais, além de Foucault, das **formas de problematização**, ou seja, o modo através do qual determinado tema, determinado objeto, parecem se impor num certo momento como aquilo que há para ser pensado; também em **práticas e modificações**, todos os jogos de poder que “objetivam” o fenômeno e o propõem ou o impõe como alvo de reflexão e de ação aparentemente obrigatório e quase natural; tomo como objeto de estudo o pensamento de Alberto Torres e sua apropriação “intelectual-política”, onde sua produção intelectual e a biografia nos permite interpretar uma visão do Brasil no período histórico que marcaram os anos de propaganda republicana, consolidação da República e o descontentamento imediato, por parte dos intelectuais que viram o projeto de República de seus sonhos malogrados. A problematização destacada nesse trabalho é da construção de um projeto político de “organização nacional” de Alberto Torres que apenas teve alcance décadas depois, com a geração de 1920, sendo reapropriado, no esforço prático dos intelectuais de substituir as práticas arrivistas das oligarquias e afirma seu papel como classe dirigente.

Palavras-Chave: Alberto Torres; Pensamento Social Brasileiro; Cultura; República, discurso “político-intelectual”.

Abstract

From Geertz's theoretical-methodological presupposition which states that ideology is the result of an intentional manipulation of cultural patterns, besides Foucault, of problematizing patterns, so as the way through which determined issue, determined object seem to be, in a certain moment, imposed as what to be thought about; also in practices and modifications, all the games of power that aim the phenomenon and propose it or impose it as an object of reflection and action apparently obligatory and almost natural; I take as object of study Alberto Torres's thought and his political-intellectual assumption in which his intellectual production and the biography allow us to interpret a view of Brazil in a historical period which marked the years of the republican propaganda, the consolidation of the Republic and the immediate dissatisfaction by the intellectuals who saw the failure of the Republic project of their dreams. The problematic spotted in this work is the construction of Alberto Torres's political project of "national organization" which was only reached some decades later with the generation of 1920, being readopted in the effort of replacing opportunist practices of the oligarchies and assure his role as a directing class.

Key Words:

 **Sumário:**

1	Introdução.....	12
2	O contexto histórico, político e econômico no Brasil pré-república.....	19
3	Uma compreensão teórico-metodológica do objeto de estudo.....	27
3.1	<i>Revisão bibliográfica.....</i>	27
3.2	<i>Uma proposta de interpretação.....</i>	35
4	Europa e Brasil: a construção do projeto civilizador.....	47
4.1	<i>Europa.....</i>	47
4.2	<i>Brasil.....</i>	60
5	Alberto Torres e o projeto de Sólon.....	69
5.1	<i>Os “mandarins” brasileiros.....</i>	70
5.2	<i>Uma biografia: o contexto da produção intelectual.....</i>	70
5.3	<i>O projeto de Sólon: o chamado aos intelectuais.....</i>	96
5.4	<i>Oliveira Vianna: herdeiro de Sólon.....</i>	113
6	Considerações finais.....	129
7	Referências.....	136
	Anexo Eletrônico:.....	141
	Constituição de 1891	
	Constituição de 1937	
	Constituição de 1946	
	e-book: O problema nacional brasileiro	
	A organização nacional	

1 – Introdução

“[...] A meu ver, o etnógrafo não percebe – principalmente não é capaz de perceber – aquilo que seus informantes percebem. O que ele percebe, e mesmo assim com bastante insegurança, é o ‘com que’, ou ‘por meio do que’, ou ‘através do que’ (ou seja lá qual for a expressão) os outros percebem. Em país de cego, que, por sinal, são mais observadores que parecem quem tem um olho não é rei, é um espectador.” (GEERTZ, 1999:89)

Os limites do tempo não estão explícitos, mas colocados pelo próprio objeto. É bem verdade que alguns objetos de pesquisa impõem uma apresentação pormenorizada, definindo seu limite temporal. É o caso deste trabalho onde a discussão sobre o pensamento e a experiência intelectuais de um homem público de nossa história política, exige nivelar o terreno e fincar mourões para cercar o trabalho. Cercar o tempo não significa limitá-lo a ele mesmo, impor um tempo inaugural das práticas sociais e da história de um país ou de um pensador. Idéias e práticas se estendem no tempo influenciando homens e instituições, assumindo, em muitos casos a condição de atemporalidade.

Ao trabalhar com Alberto Torres (1865-1917) o limite do tempo se impõe pelo limite de sua vida. Contudo não é possível compreender o pensamento, as estratégias assumidas na defesa de suas idéias e de seus projetos, sem apontar as profundas mudanças históricas que deixaram marca em seu espírito e em seus trabalhos, como também, seria incompreensível deixar de observar o processo de emersão de pensamentos independente do projeto “original”. O próprio objetivo de apontar o percurso do pensamento de Alberto Torres, sua atuação *intelectual-política* e as conseqüências dos usos de seu projeto pelas gerações de 1920 e efetivação de um projeto Nacional modernizador, impede marcar o tempo com ampulheta.

No início dos trabalhos tive que me deparar com os problemas e debates que se seguiram na crise do Império e na construção do projeto republicano. O primeiro problema a se resolver era a interpretação da constituição de nosso povo, de nossa cultura e de nossa nacionalidade. Os primeiros pensadores – Nina Rodrigues é um exemplo extremo – estavam preocupados em uma análise da condição racial de nosso povo, e todo o debate girava em torno desta questão.

Em oposição a este debate, Alberto Torres, juntamente com Manoel Bonfim, foram vozes destoantes. No caso específico de Alberto Torres, seu problema não estava na degeneração das raças, mas na degeneração do homem brasileiro, jogado em condições desumanas. Ao trabalhador negro lhe bastava o aprendizado das novas técnicas de trabalho e a formação educacional básica para poder sair de sua sub-condição. Seguindo este argumento, considerava a entrada de braços estrangeiros uma política sem qualquer base científica.

Esta é uma primeira originalidade de Alberto Torres. A segunda, se não estiver errado em fazer esta afirmação, está em deslocar o debate para as instituições republicanas. Nossa nacionalidade não pode ser encontrada pelo problema da raça, mas através de uma observação dos problemas reais de nosso povo e da construção de instituições dentro de nossa própria realidade e não extraída de idéias estrangeiras, alheias a nossa realidade.

Demonstrar a relação entre idéias européias e as práticas políticas no Brasil é o segundo esforço deste trabalho.

O primeiro, diluído pelas páginas, é o de demonstrar a fragilidade dos argumentos que ligam conservadorismo, autoritarismo, nacionalismo como temas auto-explicativos. Este tipo de análise sempre conduziu a uma afirmação negativa do pensamento de Alberto Torres. Talvez uma resposta a este deslize está em que Alberto Torres se tornou nome chave em todos os trabalhos de pensadores conservadores no Brasil, pós-1920, onde o liberalismo alcançava seu pico de rejeição e o projeto republicano se mostrava um sonho que se desmanchava em

velhas estruturas. Um bom exemplo são os livros e discursos de Plínio Salgado, líder máximo do Movimento Integralista, que sempre fazia referência a Alberto Torres. Para se compreender o integralismo é necessário se ler Alberto Torres, mas o inverso é impossível. Aponta Lima Sobrinho (1968) que apesar do tom autoritário, seu apego à ordem, à hierarquia, o nacionalismo, o combate à revolução, por certo Alberto Torres não pode ser visto como integralista, por não haver em seu pensamento a definição do Estado, o indivíduo submetido ao poder público como no integralismo; ele tinha o culto da Revolução Francesa, das eleições, do sufrágio universal, da expressão popular, coisas menosprezada pelos jovens da “direita”¹, em especial os representantes da década de 1920, onde preferiram se apropriar dos elementos conservadores do discurso de Alberto Torres e da valorização do papel dos intelectuais na política brasileira. Os argumentos que tinham Alberto Torres como homem de proa, tiveram um caráter dispersivo, o que não permite fazer uma ligação direta entre o pensamento de Alberto Torres e as idéias auto definidoras de conservadorismo, autoritarismo, nacionalismo. O projeto nacional de Alberto Torres é antes conservador que autoritário; é mais o desencantamento que viveu toda uma geração de “republicanos históricos” que viram malogrados seus sonhos. Alberto Torres foi vítima dos usos ideológicos de teorias com o intuito de “fortalecer” argumentos.

Para responder ao ponto que estou levantando realizo uma análise crítica da “teoria para a organização nacional” proposto por Alberto Torres. Este é meu principal objetivo de pesquisa. Para este trabalho não realizo uma exegese, mas uma análise dos caminhos percorridos pelo seu pensamento, pelas práticas políticas e consolidação de um pensamento. Os conceitos que nascem em seu discurso são peças secundárias para a pesquisa, sendo mais proveitoso tomá-los na estrutura de construção de um discurso. Desta forma, compreender o

¹ Ao falar em uma posição política de direita nesse contexto, em especial, procuro me reportar ao pensamento mais conservador, da visão de um Estado forte intervencionista e uma industrialização pelo alto defendido por setores da sociedade brasileira mais ligados ao pensamento de direita em desenvolvimento na Europa, como reação ao liberalismo.

saber “intelectual”, que se expressa nas práticas políticas, mas que busca a sua legitimidade neste saber intelectual na forma de um “saber militante” é o caminho que sigo ao longo de minha pesquisa. Proponho pensar este “saber militante” dentro de um campo “intelectual-político” devido a própria heterogeneidade dos discursos encontrados em Alberto Torres, seus contemporâneos e, em especial, em seus sucessores.

Tomo o projeto político de Alberto Torres, matéria deixada em seus livros **O problema nacional brasileiro** e **A organização nacional**, como um dilema vivido por Sólon. Sólon legislador que deu a Atenas leis, foi o fundador do imaginário igualitário, que dará nascimento à democracia do século seguinte. Ele soube ver os conflitos de sua época a origem concreta da tirania. Ao escrever as leis, Sólon parte de Atenas por descobri que não há convivência possível entre a cidade e o legislador e que as leis devem garantir a continuidade, não os homens. (BIGNOTTO, 1998) Alberto Torres desencantado com os homens, deixa suas leis e parte sem ver o seu projeto executado, mas deixa um “herdeiro” que será Oliveira Vianna. É Oliveira Vianna quem irá entrar nas estruturas do Estado e realizar o projeto do Sólon brasileiro. Como temia o Sólon de Atenas, o legislador caminha para o tirano e o projeto de Alberto Torres é objeto não desejado do tirano.

* * *

Passado o ritual de afirmação do novo *status* adquirido pela defesa da dissertação, revendo as anotações e valiosas contribuições de meus arguidores, sintome levado a uma segunda introdução. Os importantes apontamentos feitos pelos professores Marcos Alvarez, Luiz Antônio e José Geraldo Poker, além do debate que me ofereceu dialogar com o texto, permitiu olhar para este trabalho de uma forma mais crítica, menos “paternal”, sem deixar a

matéria que alimentou a sua produção que é a personalidade de minha escrita e de minhas falhas.

Não há matéria definitiva ou verdade a ser defendida ou corrigida. Esta introdução tem por objetivo de apresentar, em linhas gerais, os elementos deixados para trás no processo de escrita e que acabaram obscurecendo pontos importantes do trabalho. Na revisão do texto muito foi acrescentado, retirado ou respondido em acolhimento dos pontos abordados pelos meus sagazes interlocutores. Espero ter chegado perto do que me apontaram e propuseram para a melhora do texto final.

Desta forma não será de menos repetir o agradecimento a todos eles e, em especial, à professora Célia Tolentino, orientado e primeira leitora. Sei de minhas limitações, reconhecendo que eventuais erros ou ausências são de minha inteira responsabilidade, mesmo buscando responder a cada proposta.

Assim entendo este trabalho como o resultado do ritual acadêmico, onde confrontei com questões que me pareciam relevantes sem o ser e com ausências de questões relevantes que para mim nada tinham de relevância. É por isso que apresento uma segunda introdução, ou mais, um complemento ao que já foi exposto a cima.

A personalidade do texto foi uma escolha teórico-metodológica. A moderna antropologia nos exige a tempos, e a sociologia vem seguindo o mesmo caminho, de tornar visível ao leitor o processo de construção da narrativa. Em antropologia fala-se em narrar as conversas de cozinha. Uma imagem bem ao gosto mineiro. É na cozinha, próximo ao fogão-a-lenha , o café fresco e o bolo de fubá, que se estabelece o prazer de narrar. A cozinha nos chama a contar casos, mentiras, a chamar os amigos ao espaço mais importante da casa para uma audiência calorosa. É esta cozinha, das palavras soltas, dos percursos e acidentes que chama o antropólogo a começar seus trabalhos contando casos de experiências de campo. É onde entra a primeira pessoa do singular no texto.

Não tenho muito a dizer da experiência de campo ao se tratar deste trabalho uma experiência teórica. Horas de pesquisa em bibliotecas, cheiro de livros velhos, pedidos de livros em outras bibliotecas, pesquisas na internet, fechamentos, dúvidas constantes sobre o desenvolvimento da narrativa, textos feitos e desfeitos, hipóteses brilhante ao primeiro momento, mas já descartada ou respondidas por trabalhos muito melhores. Ao me lançar nas leituras, a cada novo material, via-me tomando diferentes direções, fazendo diversos recortes do objeto, movimento que apenas termina pela realidade dos prazos impostos pela exigência institucional. Desta forma, o resultado do trabalho é sempre inferior ao que se esperava e as expectativas pessoas se frustram diante do material produzido, se dizendo que tendo mais tempo poder-se-ia chegar ao ideal. Erro de pesquisador iniciante... Nunca chegamos ao ideal, mas abrimos as portas para que outros leiam o que escrevemos e refaça ou continue o nosso trabalho.

Procurei ser fiel às bases teóricas e as experiências apreendidas ao longo de toda a minha formação acadêmica. Aprendi que o trabalho das ciências sociais tem a sua particularidade por ser um trabalho “artesanal”, o que a cada dia se perde em nome das estatísticas de desempenho das instituições de pesquisa e pós-graduação. O trabalho artesanal particulariza a pesquisa, a narrativa do pesquisador. E é dessa particularidade que se faz uma pesquisa nas ciências humanas e lhe reserva uma diferenciação em relação as ciências biológicas e exatas.

O mais importante do “artesanato acadêmico” é reconhecer os elementos que constituem a matriz do trabalho, a personalidade do discurso. Como observa Geertz (2005), para se levar a sério a escrita como afirmação de um saber, devemos de início levar a sério a escrita como escrita, olhando as maneiras como são enunciados as afirmações de um saber em seu caráter literário.

O sentido de verdade (de verossimilhança) não está simplesmente na qualidade – abundância - do material, mas na capacidade que os profissionais têm de nos convencer de que o que eles dizem resulta de haverem realmente penetrado numa outra forma de vida, de realmente haverem, de uma forma ou de outra, “estado lá”. (GEERTZ 2005)

A antropologia, em especial a antropologia interpretativa, tem algo a nos ensinar. O “está lá” exigem reconhecer que há a especificidade do tempo e do espaço, que há narrativas e narradores, não sendo o discurso do narrador objeto de prioridade. A tensão entre o pesquisador e o pesquisado – tenho a sorte de falar em homens que já morreram, mas nem por isso seus textos deixam de falar contra e comigo – revela significativamente que não há prioridade de verdade. O que se está em questão não é a verdade, mas o discurso.

Ao final, o trabalho de se pesquisar somente é capaz de escapar do mundo da subjetividade, quando antes de impor respostas, apresente questões, apostando no impossível, na possibilidade de um segundo movimento de descobertas.

O que retiro dessa experiência? O texto é polifônico para os ouvidos atentos, as descobertas são dinamicamente repensadas e passíveis de múltiplos olhares, o que nos exige muita humildade intelectual. É dessa frágil matéria que se dedica minha pesquisa.

2 – O contexto histórico, político e econômico no Brasil pré-república

As transformações processadas na economia brasileira no final do século XIX revelam de modo significativo a introdução de mecanismos de controle direto e indireto que asseguravam, de um lado, o retorno ponderável de lucros e oferecia de outro lado, uma capacidade de constante e crescente absorção dos produtos industrializados das nações centrais. Para tanto, era necessário aos países centrais fincar suas raízes mais profundamente no sistema sócio-econômico dependente e permear de modo mais amplo suas estruturas, suas instituições, seus governos. Grandes investimentos internacionais, em especial para expansão da indústria cafeeira, levaram, no caso do Brasil, ao endividamento progressivo e ao hipotecamento da renda alfandegária. É o que marca, em linhas gerais, a passagem do capitalismo da etapa livre concorrencial para a etapa monopolista. (FRANCO,1997; MARSON, 1979)

A posição assumida pela oligarquia agrária paradoxalmente foi direto ao encontro dos interesses das nações centrais, não só impossibilitando a livre concorrência – tão defendida por Alberto Torres – como também impossibilitando o desenvolvimento independente de nosso capitalismo. Não havia possibilidade de desenvolvimento do Brasil sem que antes se consolidasse como uma nação livre. Este será o argumento inicialmente defendido por Alberto Torres, mas as tensões políticas e o próprio movimento histórico vivido de grandes transformações na economia mundial e nas relações entre as nações, abrirá caminho para as agitações nacionalistas. (MARSON, 1979) Um argumento muito próximo pode ser encontrado no trabalho de Souza (1999).

Como observa Souza (1999: 10) – pinso um argumento envolvido e deixado em nuvens por outros discursos – a questão da organização nacional surge, em primeiro lugar, da necessidade de afirmação rápida da jovem nação no contexto da Civilização Ocidental.

Desta forma, o processo de modernização se dá pela própria necessidade imposta pelo contexto e dentro do quadro sócio-político, econômico e cultural das elites brasileira que sempre optaram por uma via conciliatória, de reformas controladas e em resposta da necessidade de se manter a estrutura de poder e prestígio. O que, em certa medida, acabava tencionando com a realidade mundial que exigia a emergência de uma nova racionalidade econômica, política e cultural. As reformas eram controladas, respondendo ao problema de ou manter as estruturas de prestígio social e seu monopólio de poder, conduzindo o processo de modernização controlando a expansão da ordem social competitiva, dentro da tutela estatal. (ALONSO, 2002: 78)

A Constituição de 1891 expressava o que havia de mais avançado nos países europeu e norte-americano, onde a burguesia a muito se consolidara. Por isto mesmo sua aplicação efetiva foi imensamente dificultada – para não dizer que, durante sua vigência (até 1930), jamais foi aplicada integralmente. (FRANCO, 1997)

Apesar da abolição da escravatura (1888), persistia o caráter colonial da economia (monocultura, economia agro-exportadora, dependente da oscilação do mercado externo). Com o interesse voltado para o mercado externo, pouca importância se dava ao mercado interno e às conexões entre as várias regiões, que se sobrepunham em vez de complementarem mutuamente. A solução federalista da Constituição de 1891, de autonomia dos Estados, ao invés de estabelecer igualdade entre os membros da federação, criou oportunidade para que os grandes estados – como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro – dominassem o poder federal, segundo seus próprios interesses. O resultado é que a República veio atender aos interesses dos grandes fazendeiros de café paulistas, mineiros e cariocas. A imensa maioria da

população dependia da economia cafeeira, direta ou indiretamente, inclusive os setores urbanos em desenvolvimento. A grande massa, marginalizada na elaboração da república, permaneceria como espectador passivo até o final da República Velha. O predomínio do localismo – base do Coronelismo – teve suas raízes no período colonial, quando as várias unidades se relacionavam diretamente com a metrópole, ignorando os laços geográficos. Durante o império, os regionalismos foram sufocados em favor de um poder centralizador da monarquia. A república era favorável ao federalismo, que retornou o poder regional dos **coronéis**. Na república, devido a fragilidade do poder central estadual e federal, estimulou-se nos municípios o predomínio dos coronéis. (FRANCO,1997)

Além dos elementos internos que movimentam o nacionalista que tinha por objetivo romper com a estrutura tradicional de poder, elementos externos serviriam para dar fôlego ao movimento de afirmação de uma nova geração de propagandistas desejosos por mudanças e por uma posição mais privilegiada na estrutura de poder. É o que observa severamente Faoro (1993:453):

“ A República, além do fogo de palha ou do fogo de artifício dos retóricos e da mocidade, indicadores do empalidecimento da fé monárquica, escorre por duas vertentes, já implícitas nos acenos do Manifesto de 1870. de um lado, a corrente urbana, composta por políticos, dos idealistas e de todas as utopias desprezadas pela ordem imperial; de outro, tenaz, ascendente progressiva, a hoste dos fazendeiros. Dentro da primeira, viriam os positivistas doutrinários a se acotovelarem com os liberais, perturbando a sociedade hierárquica com as idéias de igualdade, misturada com o ‘nivelamento’ e dela afastada com evasivas cautelosas. Os fazendeiros, por sua vez, se alistam na nova bandeira, mas com caracteres socialmente conservadores, para o pasmo e a perplexidade dos observadores. [...] Na verdade, as tendências de pensamento de pensamento político, as ideologias em pugna, as utopias despertas indicam que grupos inteiros, ativos e poderosos, não tinham lugar nem desempenhavam qualquer missão no ordenamento imperial. Decepcionados da ascensão pelo sistema cooptativo, pela mão benevolente e caridosa das influencias de cima, apelam para os recursos representativos, com a mobilidade de todos os postos, só dependentes, para serem preenchidos, da vontade eleitoral, da soberania popular. Este caldo psicológico responde a uma

transformação mais profunda: emerge, no quadro estamental e hierárquico, comunitariamente seletiva e progressivamente fechada, a sociedade de classe. O fazendeiros, o fabricante de açúcar, o criador de gado não se sentem mais senhores, são apenas lavradores e pecuaristas; os poderosos não se aperfeiçoam no título de barão ou visconde, mas percebem que seu privilégio depende d assentos artificiais, sem futuro. A sociedade, ao se desmistificar, sofre a convulsiva pressão de elementos que, nunca postos em debate e em dúvida, pareciam inexistentes.”

O período que dominou a produção e/ou afirmação da obra de Alberto Torres e Oliveira Vianna é marcado por profundas transformações em todo o mundo Ocidental e na jovem República do Brasil que procurava se adaptar ao novo quadro internacional. A Revolução de 1930 pode ser definida como marco importante em nosso “processo de entrada à nova ordem mundial”, pois ao apresentar como um governo estável, capaz de administrar o país de maneira soberana diante das novas transformações do mundo ocidental, o governo Vargas se colocou como um poder alternativo “à anarquia popular e ao domínio das oligarquias nacionais”² que estacionavam em uma economia dependente do arbítrio internacional, ameaçando a própria sobrevivência da república. As condições políticas e econômicas levaram à consolidação de uma nova elite, que, em ascendência, necessitava de novos valores para sustentar seu domínio político.

Não apenas isso, mas o governo Vargas conseguiu estabelecer um controle e uma centralização dos “interesses nacionais”, barrados pelo interesses regionais da República Velha. Observa Alonso (2002) que São Paulo, que ampliava sua força econômica através da agricultura de importação, pouco interesse tinha em relação aos fatos nacionais, voltando-se para os países da Europa, seu principal parceiro econômico, o que permite entender os motivos que levou os fazendeiros paulistas a defenderem fervorosamente o federalismo liberal como uma necessidade prática que um valor intelectual-político.

² Este será o discurso constantes dos defensores da Nova República e do período ditatorial do governo de Getúlio Vargas.

O caso do Rio de Janeiro, Minas Gerais e mesmo do Rio Grande do Sul era justamente o oposto. Voltados principalmente ao mercado interno, viram-se ameaçados pelo domínio político paulista. O caso do Rio de Janeiro é bastante exemplar: depois de ser o principal Estado político, cultural e economicamente, vê-se reduzido a condição de Estado menor da federação. Sua economia decrescia a cada ano, juntamente com sua importância política, somada ao problema de equilíbrio das forças políticas fluminenses, que oscilavam entre disputas regionais ou locais e a necessidade de sobrevivência política, aproximando-se da órbita de influência do Governo Republicano, ironicamente instalado na cidade do Rio de Janeiro, o que aumentava ainda mais as disputas no Estado, dada a proximidade com a capital do governo.

Em linhas gerais são estes os limites históricos deste trabalho. Um longo período que não termina com a Revolução de 30, mas tem nela o seu clímax.

Os “republicanos” eram incapazes de constituir uma estrutura burocrática que permitisse a organização do novo regime e dominada pelos velhos vícios da cultura Imperial de fazer uso dos cargos públicos como barganha e único caminho de acesso política dos representantes das famílias importantes do império. (CARVALHO,1980; SEVCENKO,1995)

No Brasil, mesmo em eminente transformação do regime, não foi possível formar uma classe média dirigente, com poderes e legitimidade para consolidar uma República. Como observa Weber, em *A ética protestante e o “espírito do capitalismo”* (2004), mais do que a grande burguesia tradicional, a classe que vai desempenhar um papel decisivo no processo do capitalismo moderno, será a média burguesia por se encontrar em maior adequação com o sistema de valores do capitalismo moderno e que vai contribuir mais eficazmente para sua difusão. O que irá caracterizar esta classe média, nos termos de Max Weber, é um “estilo de vida”, um “modo de vida”, ou seja, uma cultura particular, baseada em um novo *ethos* (novos costumes), que constitui uma ruptura com os princípios tradicionais.

Convulsões políticas não chegaram a abalar o poder e o domínio local das oligarquias rurais (“republicanos de última hora”, agraristas e conservadores). O cosmopolitismo desejado pelo pensamento republicano não foi capaz de romper com o domínio de interesses das oligarquias que representavam o poder no período imperial. Além disso, o tecido que envolvia as práticas sociais impossibilitavam a mobilidade dos setores médios e a infiltração de idéias mais progressistas. Assim, o liberalismo que chega aos “senhores do café”, vem em pedaços, sendo mais uma arma contra as mudanças que um instrumento de renovação das instituições sociais.

As idéias que vieram da Europa se aclimataram muito bem aos interesses das elites dominantes. O liberalismo de fundo spenceriano, onde a liberdade dos sujeitos garantia aos mais fortes prevalecer sobre os mais fracos, foi o que se melhor aclimatou aos interesses das elites. Em uma sociedade conservadora, agrarista, com velhas estruturas de poder, baixa possibilidade de mobilidade social, o liberalismo e o federalismo serviram para consolidar ainda mais o poder das oligarquias estaduais. O discurso estabelecido por estas idéias foram instrumentalizados dentro dos setores “educados” da sociedade, o que garantia tomada de posições e práticas políticas que consolidaram o poder destes grupos, não sendo elemento de possibilidade de transformação do *status*. (CARVALHO, 1987) É a relação entre idéias européias e práticas políticas estabelecidas no Brasil que permite compreender as tensões assumidas entre as elites e que iram estourar, mesmo se buscando saídas conciliadoras, em lutas entre oligarquias até seu desfecho com a Revolução de 30. Mantida velhas estruturas, devido a impossibilidade da própria elite construtora da República de formar quadros administrativos sem recorrer aos velhos membros da estrutura Imperial, aos jovens republicano, sem espaço para sua mobilidade social e absorvidos pelo sonho republicano, tornam-se uma verdadeira bomba a estourar.

As alianças estabelecidas com objetivo de dar estabilidade política ao novo regime tiveram algum êxito dentro de uma política de conciliação. O estilo “conciliatório” representa um mito importante na cultura política brasileira, não sem revelar mais o seu valor ideológico que prático. É o que pode ser muito bem observado com os arranjos políticos que se estabeleceram ao longo da “construção” da estrutura político-burocrática da República. Os primeiros anos extremamente turbulentos só podem ganhar estabilidade após a acomodação das forças políticas adversárias, mas que se viram no dilema de continuarem se digladiando ou buscar uma saída para que nenhum dos lados perdesse as “mãos e os anéis”, ou mais precisamente, para que o projeto republicano não desmoronasse antes mesmo de começar. Uma queda de braços entre estas forças políticas (a velha oligarquia agrária e os líderes da República) não levaria nenhum dos lados à vitória. Isso sem falar da própria população que participava ou pouco participava como massa passiva nas manobras políticas. A montagem de toda uma máquina de contenção de conflitos iniciada por Campos Salles (1898-1902) ainda que permitindo a sucessão do poder dentro da elite favorável à ordem estabelecida, também alimentou conflitos e tensões que iriam se manifestar ao longo de todo o período, culminando com a Revolução de 1930. A “política dos governadores” significou um pacto que imprimiu um tipo de cultura política pautada no confinamento dos conflitos políticos no nível estadual, na eliminação dos partidos nacionais e na eternização das situações no poder, inviabilizando as iniciativas oposicionistas de atingir o poder. (CARVALHO, 1987 e 1990; FERREIRA, 1989)

O objetivo de acomodar as lideranças emergentes do movimento republicano dentro da velha estrutura de poder pouco afeita a mobilidades revelou a fragilidade das alianças, gerando fissuras dentro da elite dirigente que irão se mostrar cada vez mais problemática ao longo dos anos de consolidação do regime.

Um bom exemplo disso é o caso de Alberto Torres no Rio de Janeiro e sua participação na montagem do novo regime. Alberto Torres, como republicano histórico e liderança do Partido Republicano Fluminense (PRF), não encontrou objeção dentro do partido que era naquele período situação, assumindo a presidência do Estado³ do Rio de Janeiro em janeiro de 1898. Contudo, as previsões de uma administração de continuidade da relação entre o governo e o partido inaugurados por Porciúnculo, em 1892, se frustravam já desde o início. Sua posição de independência em relação à comissão executiva do PRF, além de sua atitude “legalista” em relação ao conflito municipal em Campos, irá estabelecer tensões entre Alberto Torres e o partido. Ferreira (1989) também aponta para o fato de resíduos de antigas disputas terem emergido, influenciando no posicionamento de Alberto Torres frente ao partido. O que significaria a tentativa de expurgar os inimigos em seu governo, o que não obteve êxito. Estes pontos serão explicados mais adiante.

³ Com a consolidação do regime republicano, a divisão entre províncias foi substituído pelo modelo Norte Americano, adotando pela constituição de Estados Federativos.

3 – Uma compreensão teórico-metodológica do objeto de estudo

3.1 – Revisão bibliográfica

Nos trabalhos mais diretamente ligados à formação do Estado Nacional, aos aspectos políticos da Primeira República e às conseqüências que levaram à Revolução de 1930, como o papel dos intelectuais, a referência a Alberto Torres é direta e explícita. Alberto Torres é sempre tratado como precursor do pensamento “nacionalista-autoritário”, precursor das idéias de organização nacional corporativista, mentor dos intelectuais conservadores de 1920 e que se mobilizaram na Revolução de 1930. O que sempre foi deixado de lado foi uma resposta a estas afirmações. Há, em alguns casos, a preocupação em resumir o pensamento de Alberto Torres, com certo nível de detalhes, mas sem responder a pergunta de “por que Alberto Torres teve tanta influência e seu pensamento se ligou a tantas correntes de pensamento” – muitas até divergentes uma das outras? Ou ainda, não encontrando base sólida na própria matriz “teórica”, esta questão foi deixada de lado, como uma resposta dada pelo simples fato de se fazer a referência. Mesmo tomando o cuidado de não misturar idéias conservadoras de Alberto Torres e idéias conservadoras que alimentaram ideologicamente as agitações políticas das décadas posteriores à sua morte e o Estado Novo, o argumento acaba ficando limitado a algumas ressalvas. O que não é explicado são os usos do pensamento de Alberto Torres. Não estamos falando de um discurso homogeneamente apropriado, mas de um discurso recortado, reapropriado, redefinido dentro de condições temporais e do espaço político da época. A imagem que me vem à mente é sempre de um Alberto Torres servido em pedaços, de acordo com o apetite dos leitores e o gosto do cozinheiro. Dura afirmação, mas verdadeiro incômodo nas leituras que realizei. O mais importante é que elas me servem como norte, o que me deixa livre para organizar e rejeitar argumentos. O mais importante não são as conclusões, mas o

conjunto de informações e dados historiográficos que os autores apresentam ou informações duplicadas que podem ser comparadas.

O material consultado está relacionado em diferentes períodos de produção intelectual, desde os escritos doutrinários aos trabalhos acadêmicos. Contudo, os materiais entram como um grande quebra-cabeça que deve ser sempre lido pelas entrelinhas. Não é mérito exclusivo dos escritos doutrinários da década de 1920 e 1930 e em defesa do Estado Novo e de políticas “conservadoras” a própria ambigüidade do discurso. Há uma forte virada pós-64 entre os estudiosos, de direita ou esquerda, de fazerem trincheiras defendendo ou atacando o regime através de seus escritos. Assim o elemento crítico – em sua neutralidade analítica – é deixado de lado pelos embates ideológicos. Assim o problema de se afirmar o lado autoritário do pensamento pré-Estado Novo é ponto de honra dos pesquisadores. Muitos trabalhos tiveram um papel político importante, ou mesmo se mantém em seu argumento central ou na originalidade de usos de autores e perspectivas teóricas inovadoras. É o caso, mais uma vez do trabalho de Marson (1979) como também de Santos (1978), Medeiros (1978), Viana (1999), etc.

Foram trabalhos que permitiram fazer emergir profundas críticas no seu tempo e mesmo tiveram o trabalho de pôr em evidência questões importante para o estudo do período varguista. O que se está em jogo não é a negação, mas a busca de uma alternativa que não fique girando no mesmo problema, sem dar um novo fôlego a discussão do problema social e político brasileiro.

Hoje vemos um retorno das discussões sobre o pensamento social brasileiro, o que me permite dizer que estamos falando de uma discussão recentíssima e ainda em formação. Os trabalhos que buscam um debate crítico – principalmente sobre o período aqui estudado – têm méritos de trazer ao debate discussões interdisciplinares, fazendo uso da história, antropologia, sociologia contemporâneos, filosofia política, etc. o que nos permite uma visão

academicamente mais proveitosa. O problema é tentar, sobrepondo com o novo, não sufocar o que já foi feito. Aqui cabe esboçar alguns trabalhos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a construção do meu argumento.

O estudo do corporativismo se resvala sempre em Alberto Torres. É o que também faz Souza (1999) quando reconstitui o desenvolvimento da vertente autoritária formada a partir de Alberto Torres (1865-1917), que tem sua expressão nos anos de 1930. E observa (SOUZA, 1999:09):

“[...] o papel de Alberto Torres [...] continua de certa forma obscurecido, embora suas idéias tivessem registrado uma grande presença. [...] O propósito desta avaliação consiste precisamente em reconstituir aquela linhagem e a temática dela derivada, com ênfase no corporativismo, abdicando assim de uma caracterização ampla e completa do autoritarismo republicano, como convém a uma análise que se pretende conclusiva”

É possível ser conclusivo em relação às questões que levanta? Em minha posição não podemos relacionar Alberto Torres, autoritarismo e corporativismo como processo em continuidade e nem o autoritarismo como via única para o Brasil. Principalmente, não podemos falar em corporativismo autoritário em Alberto Torres. O máximo e o mais importante é destacar a construção elitista que faz do corporativismo.

Tirando todo o processo de apontar suas conclusões, muitas delas bastante precipitadas, o trabalho de Souza tem o mérito de fazer uma construção didática dos movimentos políticos ao longo da consolidação do Estado pós-1930, apontando os principais nomes deste movimento.

Beired (1999) também destaca a importância de Alberto Torres no movimento político do período de 1930, não trabalhando com a idéia de desenvolvimento corporativismo, mas apontando sua importância que ecoa nos diversos trabalhos do período – em especial de Oliveira Vianna – que tiravam dele o modelo de organização nacional. Lamento a ausência de uma análise mais crítica em relação à apropriação feita pelos movimentos de direita da “teoria

para a organização nacional” proposto por Alberto Torres. Esta análise crítica é mais uma proposta do meu trabalho.

Não devo desmerecer o trabalho de Beired, principalmente pela riqueza de dados históricos sobre os movimentos de direita que competem no cenário político brasileiro de 1930. Amplia em muito o trabalho de Souza (1999) e de forma mais crítica o período, além de não se prender a uma exegese de conceitos como em Souza. Esta também é uma preocupação que tenho nesse trabalho.

O pequeno livro de Tavares (1979) tem menor importância, não trazendo grandes questões, mas é interessante a defesa que faz a Alberto Torres e a crítica expressiva a Oliveira Vianna no seguinte trecho (TAVARES: 1979:11):

“Oliveira Vianna, em certo sentido, projeta, em cotejo, a dimensão exata do seu conterrâneo e antecessor; permite-nos localizar com precisão as limitações do labor sociológico quando desenvolvido em falsa perspectiva, não obstante toda a sua erudição. A lucidez e a objetividade de Alberto Torres realçam-se diante do verbalismo e da subjetividade de Oliveira Vianna.”

Nem verdadeiro, nem falso, mas claramente posicionado diante da produção dos autores.

Não posso deixar de destacar os trabalhos de Sadek (1978, 1983) e o de Marson (1979). Deixo o trabalho de Sadek para ser apresentado ao longo do texto, mas o mais importante aqui é destacar a crítica que faz em relação à atitude ideológica, onde não há a preocupação com a história das idéias, buscando legitimar uma opção político-ideológica. O que levaria a trazer os autores do “passado” apenas com o intuito de “fortalecer” argumentos entre o passado e o presente, encerrando a discussão (SADEK, 1978:21). O exemplo que ela dá é o trabalho de Paulo Edmur de Souza Queiroz⁴, onde trabalhando com o pensamento de

⁴ QUEIROZ, Paulo Edmur de Souza **Sociologia política de Oliveira Vianna** São Paulo: Convívio, 1975. Mesmo tendo lido este livro, ele não me serviu dentro da pesquisa. Não me preocupava destacar os trabalhos posteriores que usam posteriormente os autores do “passado”. Nas Considerações Finais faço uma referência a este problema mais como uma proposta de pesquisa do que uma preocupação presente.

Oliveira Vianna apresenta uma tese em defesa mais do Estado pós-64 do que uma análise dos intelectuais dos anos 20 e 30. (SADEK, 1978:21-22) Esta questão é importante ser destacada aqui, pois se diluirá ao longo deste trabalho.

Marson também será nota constante no trabalho, mas há elementos, que por limitações temáticas, não serão desenvolvidos. O que é verdadeiro desperdício de um trabalho de análise.

Deixando de lado o primeiro capítulo mais teórico, não me furtarei em apontar algumas originalidades no trabalho de Marson. O primeiro, e que muito me inveja, é sua preocupação em realizar uma análise dos trabalhos de Alberto Torres tornados públicos através dos jornais da época. Mesmo os principais livros de Alberto Torres ser uma colagem, algumas vezes melhoradas, dos artigos de jornal, há sempre uma lacuna entre o que se foi escrito no calor do debate e a relação entre o texto como resposta a outros debatedores e o texto final, transformado em livro e que não deixa transparecer o calor das discussões. Em especial o debate sobre o imperialismo internacional, que Alberto Torres observava, como aponta Marson, com bastante lucidez, apesar da pobreza teórica. É importante destacar a observação que Marson (1979: 92-93) faz dos escritos de 1915 em diante e que não aparecem nos livros de Alberto Torres tão nitidamente:

“O traço ‘feudal’ da sociedade industrial capitalista e seu correspondente relacionamento econômico externo constitui a pedra de toque da crítica liberal de Alberto Torres, numa apropriação direta das posições dos teóricos liberais reformadores, homens como Alfred Marshall, Woodrow Wilson, que aparecem com certa regularidade nos seus escritos, que às vezes eram resenhas ou comentários de trabalhos aparecidos em revistas, jornais ou livros estrangeiros. A tese de revivência do feudalismo torna-se a sua grande descoberta para explicar o que se passava nas correntes econômicas internacionais.”

A solução proposta por Alberto Torres é a garantia da livre concorrência internacional e o fortalecimento do poder do Estado. Defesa da concorrência – contra o monopólio e o imperialismo – que se preconizava no mesmo apelo à intervenção estatal, pleiteada pelos liberais reformistas nos centros hegemônicos. Quando Alberto Torres usa a palavra

capitalismo, se refere mais a aplicação a certas “atitudes” e “interesses” que da análise de um “sistema”. (MARSON, 1979: 94) Para isso seu argumento não era xenófobo, mas deixava claro que era necessário formar um mercado interno forte, que se produzisse para atender as demandas nas necessidades dos nacionais, mais que se prender as oscilações do mercado internacionais, produzindo apenas para a exportação. Esta questão ficará mais clara na biografia de Alberto Torres.

Como estas questões não aparecem nas páginas seguinte, não me furtei em deixá-las em aberto, como uma proposta futura de pesquisa, o que o próprio Marson propõe nas entrelinhas. É um fato que, para se compreender, em especial este período, os livros são menos importante que o debate realizado através dos jornais, comícios e as “propagandas de boca”, nas ruas de idéias e movimentos sociais que emergiam por toda cidade e por todo o país. Era o jornal o veículo mais democrático de disputas e embates políticos, o que permite sentir o clima da época. Tenho apenas que lamentar que o limite deste trabalho não alcançou o material jornalístico, já um trabalho de gigantes.

Assim só tenho que lamentar que ao longo de todo trabalho acadêmico ler e deixar para trás é sempre um triste reconhecimento de que lemos demais e avançamos de menos. Mas foram as leituras que me permitiram chegar a problematizações que tem consequência, nesta pesquisa e fizeram emergir uma primeira questão. Todos os trabalhos que seguiram uma história das idéias como resultantes doutrinários, usam a relação auto explicativo conservadorismo e autoritarismo. Não é feita a problematização destes termos, seguindo uma linearidade de argumento que não vê nessa relação um problema a ser esclarecido.

Um último trabalho, clássico como referência ao estudo do corporativismo e que passa por fazer ligação com Alberto Torres é o trabalho de Vieira (1976) que tem como análise a concepção de Estado Corporativo elaborado por Oliveira Vianna. Para Vieira os temas corporativismo, autoritarismo e nacionalismo são temas conectados e complementares para se

estudar o pensamento brasileiro. O que aqui me coloco totalmente contrário, devido o próprio desdobramento que estes temas têm ao longo do processo histórico brasileiro. Ainda que estes temas estejam evidenciados em muitas da produção de Oliveira Vianna, não é uma afirmação clara dizer que estes temas se conectam mais que isto, eles se dispersão ao longo de seus escritos, de acordo com as formas de argumentação. É este um dos pontos que procurarei defender nesse trabalho.

Um achado é que Viana (1976:16) observa que da obra de Oliveira Vianna faz despontar a “proposição de um Estado pedagógico, edificador da nação e inspirador do civismo, que se destina a organizar uma sociedade vista quase em estado de natureza.”

O mesmo argumento pode ser encontrado em Viana (1993:389), quando aponta a luta travada por Oliveira Vianna contra o atomismo, a falta de solidariedade do povo-massa, sendo o Estado o elemento pedagógico para educá-lo, transformar sua mente e promover o desenvolvimento e a modernização da sociedade, promovendo-os para a entrada no mundo das sociedades mais avançadas. Viana opõe claramente o corporativismo pedagógico proposto por Oliveira Vianna e o corporativismo utilitarista do Regime Militar.

Este é o único ponto de total convergência entre os dois trabalhos. Mas vale aqui compará-los.

Para Vieira (1976:16), Oliveira Vianna dá extrema valorização do Chefe de Estado e do caráter técnico e apolítico da administração pública. Também Oliveira Vianna está ligado à produção europeia sobre o corporativismo, principalmente a italiana, exibindo como novidade algo ainda em preparo. As principais fontes para o apontamento do Estado Corporativo são Manólesco, Perroux, Panunzio, Pirou, entre outros, que são referência básica de sua construção teórica. Contudo é na revisão dos autores que trataram do corporativismo que Vieira peca profundamente. Liga corporativismo e Estado na obra de Durkheim, o que em Vianna (1993) há um certo cuidado ao tomar a proposta durkheimiana dos “grupos

intermediários” (grupos corporativos) como o caminho para compreender a escolha feita por Oliveira Vianna para a solidariedade e o civismo. O Estado entra na obra de Oliveira Vianna como referência ao seu diagnóstico tradicionalista e de orientação corporativa via intelectuais italianos. Argumento bem diferente.

Fim desses dilemas cabe outras perguntas, sair de um círculo vicioso de repisar problemas. Depois de algum tempo estas questões se tornam vazias. Fazer novas perguntas não significa inovar, mas caminhar na discussão sobre nossa modernidade tardia. Autoritário, conservador, ditatorial, ou seja lá o que podemos definir o pensamento que se desenvolveu nas primeiras décadas da República, tem um sentido verdadeiro, mas não correto e responde ao problema da necessidade e dos caminhos de realizar a nossa modernidade. Não é possível recorrer ao passado para condenar o presente, mas partir do passado para compreender as transformações de nosso pensamento pelas contradições e pelas curvas de idéias e práticas políticas sem perder de vista que estamos falando de espaços e tempos diferentes.

Alberto Torres segue uma linha de consolidação de um pensamento dentro de uma rede de muitos outros pensamentos competidores dentro de um campo em formação. Resumindo, é uma entre várias interpretações sobre o Brasil que se desenvolveu no período de consolidação de nossas instituições republicanas, que se consolidou e ao mesmo tempo perdeu sua força no momento em que forças avançavam e recuavam ao longo do tempo. Não podemos olhar para nossas instituições procurando os elementos do passado, mas olhar o passado para ver os caminhos que seguiram até a consolidação das instituições que hoje temos e que sempre mudarão.

De todas as questões que levantei ao longo dessa sessão fica, em resumo, o objetivo não de realizar uma exegese as obras de Alberto Torres, mas localizar os contornos do discurso que ele produziu e que permaneceu para ser usado por outras gerações. Adiantando uma conclusão que sempre esteve presente em minhas leituras, não posso deixar de observar

que o pensamento de Alberto Torres caminha de uma ação enérgica e uma atuação política - ainda que em muitos momentos discreta - fortemente empenhada em fazer valer suas idéias para um desencantamento que o isola da política. Isto não o impediu de deixar seus lamentos em forma de dois livros importantes: **O problema nacional brasileiro** e **A organização nacional**.

Como responder às questões é obra de fôlego que exige ferramentas interpretativas, cabe apontar o que entendo como elementos essenciais na investigação da produção de Alberto Torres. Proponho acima de tudo uma etnografia do pensamento de Alberto Torres, que uma análise de repertórios políticos e conceitos.

3.2 – *Uma proposta de interpretação*

Cabe aqui delimitar as preocupações teóricas do que venho apontando. Faço uso daquilo que Geertz chamou de uma “etnografia do pensamento”, que, em linhas gerais seria “descrever o mundo no qual o pensamento teria algum sentido”. Dentro desta perspectiva, o pensamento é tomado como alguma coisa tão material quanto um objeto de adoração, ou um casamento, ou um governo, ou mesmo as trocas. Em resumo, o pensamento é socialmente construído. E acrescenta (GEERTZ, 1999: 231):

“[...] A etnografia do pensamento, como qualquer outro tipo de etnografia [...] é uma tentativa não de exaltar a diversidade, mas sim de tratá-la com seriedade, considerando-a um objeto de descrição analítica e de reflexão interpretativa. [...]”

Esta dissertação volta-se para um pensamento especial, um saber “intelectual”, que se expressa nas práticas políticas, mas que busca a sua legitimidade neste saber intelectual. É o que proponho chamar de um “saber militante”. No período tratado por esta pesquisa, as práticas políticas e intelectuais não encontram profundas diferenças ou mesmo autonomia. Tendo como suporte e exemplo afirmação de Alonso (2002:42):

“Movimento intelectual são uma modalidade de movimentos sociais. Por sua vez, movimentos sociais são uma das formas modernas de ação coletiva [...] (que) estão associados a momentos nos quais as instituições políticas falham em responder as demandas de parte dos membros da própria comunidade política. Esta situação de crise permite que pequenos grupos insatisfeitos com as regras de distribuição de bens e recursos e de representação, antes silenciosos ou inaudíveis, possam vocalizar suas demandas mesmo fora das instituições políticas estabelecidas. Isto é, movimentos sociais surgem tipicamente em momentos de crise.”

É nesse ponto que penso ser possível fazer dialogar três importantes teóricos, Geertz, Bourdieu e Foucault. É a noção de “campo intelectual” de Bourdieu (2002), como um espaço social de relações objetivas, que permite esta ligação sem com isso perder de vista as grandes diferenças que há entre ambos. O mais importante para este trabalho são as semelhanças ou as conexões possíveis entre eles, mais do que suas divergências. Assim, o campo intelectual é, por Bourdieu, definido como um universo *relativamente* autônomo de *relações específicas*. A leitura que faço não me permite concordar com algumas críticas que vêm no conceito de campo um engessamento das relações sociais. A noção de campo funciona como um “tipo ideal”, que nos permite observar por fragmentos o real sem com isso impor fronteiras inflexíveis. O próprio Bourdieu procura demonstrar que a instituição de um campo é resultado de um processo histórico e não um dado empírico.

O caso brasileiro é bem claro, as faculdades serviram mais para formar uma “solidariedade” de grupo e educar os jovens na cultura de elite não constituindo um campo intelectual autônomo, mas “um campo político-intelectual” onde as práticas se misturavam dentro de um “ritual” de disputas políticas e por *status* social. A autonomia do campo intelectual só foi possível com as mudanças que se seguiram após a década de 1930, com a criação da Universidade de São Paulo e de outros centros de ensino que se preocupavam com a formação do conhecimento e do ensino de teorias e práticas de pesquisa descoladas das práticas políticas.

Vale aqui, para concluir este ponto e seguir com o argumento geral da dissertação, deixar falar Bourdieu (2002:81):

“[...] A razão e a razão de ser de uma instituição (ou de uma medida administrativa) e dos seus efeitos sociais, não está na ‘vontade’ ou de um grupo, mas sim no campo de forças antagonistas ou complementares no qual, em função dos interesses associados às diferentes posições e dos habitus dos seus ocupantes, se geram as ‘vontades e no qual se define e se redefine continuamente, na luta – a realidade das instituições e dos seus efeitos sociais, previstos e imprevistos.”

Em relação ao problema do discurso, complementar a esta citação, Bourdieu (2003:145) afirma que o sentido, valor e poder do discurso se encontra na competência lingüística, pelo capital simbólico, inseparável da posição do locutor na estrutura social; onde é a condição social define a produção e, sobretudo, a circulação de conceitos fundamentais. Em parte, sua preocupação com o discurso encontra semelhança com as de Foucault, preocupações que serão expostas mais à diante.

Geertz, em outro trabalho, nos auxilia na percepção de que este pensamento não deixa de ser ideológico, e, de acordo com sua definição, deve ser compreendido como um sistema cultural. A cultura é tomada como um conjunto de práticas, com ênfase ao modo pelos quais os códigos culturais emergem e são cotidianamente manejados pelos agentes. Esta perspectiva não suporia a combinação de símbolos e códigos de modo harmonioso, lógico, com consistência interna. Em resumo, as representações são entendidas de forma pragmática: seu sentido derivaria de sua capacidade de orientar ações e comportamentos, não de se impor às práticas sociais⁵. Para Geertz, o indivíduo ao agir já está dando sentido à sua ação. Vale desenvolver melhor este argumento.

Geertz, ao tratar da ideologia como um sistema cultural em *A interpretação das culturas*, apresenta um balanço sobre o tema apontando para a necessidade de “tomar as tensões sócio-psicológicas como ‘expressa’ em forma simbólica”. O resultado direto é uma

⁵ Ver GERTZ, 1986; em especial a IV Parte.

teoria da natureza do pensamento humano como atividade pública e não particular pelo menos não fundamentalmente. Como afirma (GEERTZ, 1986:185):

“[...] o pensamento consiste na construção e manipulação dos sistemas simbólicos que são empregados como modelos de outros sistemas – físico, orgânico, social, psicológico e assim por diante – numa forma tal que a estrutura desses outros sistemas é, por assim dizer, ‘compreendida’ – e na melhor das hipóteses, como se pode esperar que eles se comportem. Pensar, conceituar, formular, compreender, entender ou o que quer que seja consiste não em acontecimentos fantasmagóricos na cabeça, mas em combinar os estados e processos dos modelos simbólicos com os estados e processos do mundo mais amplo. [...]”

Assim a ideologia, como um padrão cultural, fornece respostas para a organização dos processos sociais e psicológicos que possibilitam o homem agir politicamente. A ideologia seria uma resposta a tensões tanto cultural, como social e psicológica que tem origem na perda de orientações ou pela “falta de modelos utilizáveis de compreender o universo dos direitos civis e das responsabilidades no qual as pessoas se encontram localizadas.” (GEERTZ, 1986:191)

As orientações são entendidas de forma pragmática, ou seja, o sentido derivaria da sua capacidade de orientar ações e comportamentos. Em resumo, o pensamento é resultado de uma manipulação intencional de formas culturais.

É a partir destes elementos que Geertz irá afirmar que qualquer pensamento deve ser compreendido “etnograficamente”, ou seja, “através de uma descrição daquele mundo específico onde este pensamento faz algum sentido”. (GEERTZ, 1999:227)

O exemplo-diagnóstico da Revolução Francesa cabe bem ao objeto deste trabalho.

Mais a baixo ele afirma:

“[...] O motivo por que a Revolução Francesa foi, pelo menos no seu tempo, a maior incubadora de ideologias extremistas da história humana, tanto ‘progressistas’ como ‘reacionárias’, não foi pelo fato de serem mais profundos e mais difundidos tanto a insegurança pessoal como o desequilíbrio do que em muitos outros períodos anteriores – embora fosse suficientemente

profundos e difundidos – mas porque o princípio organizador central da vida política, o direito divino dos reis, foi destruído.”

Mas aqui estamos exclusivamente estudando o exterior do fenômeno, deixando parcialmente de lado sua rede de articulação interna e imanente. Quando falamos de um pensamento, estamos também falando de um determinado espaço discursivo, e da própria relação de poder que constitui esse espaço e que, ao mesmo tempo, o impõe como aquilo que deve ser pensado.

Estou aqui pensando em Foucault, nas formas de problematização, ou seja, o modo através do qual determinado tema, determinado objeto, parece se impor num certo momento como aquilo que há para ser pensado. Também em práticas e modificações, todos os jogos de poder que “objetivam” o fenômeno e o propõem ou o impõe como alvo de reflexão e de ação aparentemente obrigatório e quase natural.

Procuro absorver as lições de Foucault contidas em *A ordem do discurso*, o que sintetiza muito do que proponho desenvolver neste trabalho. Começamos pela definição oferecida por Foucault do discurso como sendo uma (FOUCAULT, 2002a: 08):

“[...] realidade material de coisas pronunciadas ou escritas, com existência transitória destinada a se apagar, mas segundo uma duração que não nos pertence; atividade cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina; lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de lentas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades.”

Esta definição permite deixar em evidência os limites e exclusões que perpassam as próprias práticas discursivas.

Foucault enfatiza que a produção do discurso em nossa sociedade é indissociável de uma série de procedimentos de controle, seleção, organização e redistribuição dos enunciados e dos sujeitos, procedimento estes voltados para dominar seu aparecimento aleatório, para esquivar sua própria materialidade. (FOUCAULT, 2002a : 09 passim)⁶

⁶ Ver Alvarez, 1999:74

Limitando-me a apontar as questões gerais de seu argumento, sem entrar nas conseqüências imediatas de sua crítica à Filosofia e à História das Idéias (FOUCAULT, 2002a:26-27):

“Creio que existe outro princípio de rarefação de um discurso que é, até certo ponto, complementar ao primeiro. Trata-se do autor. O autor, não entendido, é claro, como o indivíduo falante que pronuncia ou escreve um texto, mas o autor como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência. Esse princípio não em voga em toda parte nem de modo constante: existem, ao nosso redor, muitos discursos que circulam, sem receber seu sentido ou sua eficácia de um autor ao qual seriam atribuídos: conversas cotidianas, logo apagadas; decretos ou contratos que precisam de signatários, mas não de autor, receitas técnicas transmitidas no anonimato. Mas nos domínios em que a atribuição a um autor é de regra – literatura, filosofia, ciência – vê-se bem que ela não desempenha sempre o mesmo papel [...].”

Dizer a verdade não é o suficiente para se considerar uma teoria verdadeira, é necessário estar “no verdadeiro” do discurso. Um pensamento somente poderá ser considerado verdadeiro se tiver ambiente que a valide. O espaço de validação de uma teoria não poderia emergir de um núcleo construtor de cultura?⁷

Em resumo, devemos buscar, para entender um elemento, a série da qual ele faz parte, especificar o modo de análise da qual esta depende, procurar reconhecer a regularidade dos fenômenos e os limites de probabilidade de sua emergência, as variações, as inflexões e a configuração da curva, das condições das quais dependem. Estabelecer as séries diversas, entrecruzadas, divergentes muitas vezes, mas não autônomas, que permitem circunscrever o “lugar” do acontecimento, as margens de sua contingência, as condições de sua aparição.

O acontecimento (discursivo) é sempre no âmbito da materialidade que se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte,

⁷ O longo desdobramento do argumento desenvolvido em **A ordem do discurso** tornaria estas páginas enfadonhas e ultrapassaria em muito os limites deste trabalho. Aqui me basta para fazer o diálogo com Geertz. É o que tentarei fazer ao longo deste trabalho.

acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material. (FOUCAULT, 2002a: 57-58)

Há no pensamento o *acaso*, o *descontínuo*, a *materialidade* que permite ligar a práticas dos historiadores a história dos sistemas de pensamento. Este trabalho não procura discutir os problemas da história e da historiografia, mas aproveitar desta discussão os elementos que permitem uma análise do pensamento social brasileiro.

Cabe ainda para efeito de concluir o que venho pretendendo com Foucault citar uma passagem de outro livro seu, onde se resume a proposta teórica central do meu esforço de compreender o pensamento social brasileiro a partir dos autores escolhidos. Afirma (FOUCAULT:2003:09):

“Teria [...] chegado o momento de considerar esses fatos de discurso, não mais simplesmente sob seu aspecto lingüístico, mas de certa forma – e aqui me inspiro nas pesquisas realizadas pelos anglo-americanos – como jogos (games), jogos estratégicos, de ação e de reação, de perguntas e de resposta e de esquiva, como também de luta. O discurso é esse conjunto regular de fatos lingüísticos em determinado nível, e polêmico e estratégico em outro. [...]”

É a partir deste ponto que iniciarei minha análise do pensamento de Alberto Torres, mostrando o contexto e o sentido de seu argumento, sem perder de vista as limitações estabelecidas por uma interpretação, ainda que parcial, possível de ser aceita como no mínimo razoável.

Já em **O problema nacional brasileiro**, Alberto Torres mostra para que veio, apresentando-se como justificador de sua posição especial de observador dos fatos. Já deixa claro ao leitor o objetivo de seu livro e o “método” que define toda a sua produção “intelectual”: a análise dos fatos sociais como um observador de nossa realidade e não como um mero repetidor de teorias “aléias a nossa realidade”, argumento constante em todo o texto e em sua estratégia d defesa de sua tese (TORRES, 1933a: 21-23):

A vida dos homens que atravessam crises revolucionárias é toda feita, igualmente, de revoluções pessoais. Só quem haja acompanhado, dos seus últimos movimentos a seus últimos reflexos, poderá conhecer, os torvelinhos de uma época crítica, poderá conhecer e avaliar os abalos que a desordem geral vem produzindo em nossos destinos.

Dos homens que fazem as revoluções, conseguem dominar a onda os que são colhidos pelas primeiras vagas, já definitivamente consagrados, conquistando uma vitória pessoal, cuja eficácia, a bem das idéias, fica de pendendo da maturidade da reforma que promoveram e dos seus preparos para consumá-las.

Os que as revoluções produzem, nem são, em regra, expoentes das idéias que elas representam, nem instrumento de suas obras. Rebeldes à tradição e estanhos às aspirações, sem linhagem política no passado, e sem solidariedade com as tendências da época, prolongam para o futuro o impulso e o espírito da desordem. Bonaparte foi, em sua obra política, o produtor mais legítimo da Revolução Francesa.

Quem atravessa uma crise revolucionária, sem temperamento revolucionário, é vítima de todos os seus embates. Tal foi a minha sorte, durante vinte e quatro anos em que a República tem procurado aplicar ao Brasil a forma adotada com que foi concebida. Duas aspirações vivem em combate em meu espírito, durante todo este tempo: servir ao país e ao regime republicano e completar a minha formação mental, que o advento da República interrompera.

Dos meus serviços, prestados com despreendimento que resgata seus erros prováveis, nem todos aproveitaram, porque a República foi sempre volúvel, e não fundou glórias e reputações senão sobre as ruínas de suas obras.

Não foi sem certo contentamento que aceitei, assim com a inatividade na última das minhas funções públicas, a liberdade de trabalhar, para repor minha carreira no ponto em que a deixei, quando entrei em atividade política.

Estudos desordenados me tinham feito entrever a tremenda confusão das idéias em nossa época. Insubmisso ao despotismo mental da autoridade, formar consciência própria sobre os problemas que me interessavam como homem e como brasileiro, foi ardente aspiração que me dominou; e, abandonando sistemas, categorias e divises de conhecimentos; despreocupado de ser filósofo, sociólogo, economista ou cultor de qualquer ciência, abri caminho às minhas pesquisas políticas e sociais, tomando por guias os primeiros ideais da minha vida e a ambição, através de ciências e de sistemas e dos fatos, a proporção que as interrogações se iam formulando em meu espírito. Esclarecendo a inteligência, e resolvendo as dúvidas, eu ia chegando, assim, a formar juízo meu e a educar o critério, para solver com os dados correntes da vida os problemas da prática.”

Há uma originalidade, uma coerência interna no discurso elaborado por Alberto Torres e é esta coerência que deve ser buscada. Existe um discurso e práticas sócias que se afirmam e se reafirmam. A coerência não se dá apenas internamente, mas em sua exterioridade, nos resultados reais promovidos pelo discurso. Dizer o que se pensa não é o suficiente, é necessário que o que se é dito seja aceito como verdade. Para isso acontecer é necessário ser capaz de promover com discurso dentro de códigos que dominam as práticas sociais de um determinado grupo de quem se pretende receber a legitimidade.

Um discurso pode ser legitimado e nessa condição legitimar outros discursos sem com isso está diretamente ligado a eles. A força de qualquer argumentação se encontra na simplicidade de suas conseqüências. Mais que buscar a origem ou o desdobramento de idéias e conceitos é também necessário ligá-los ao seu tempo e ao seu espaço; mostrar como idéias e conceitos são reapropriados, deslocando-se para um outro tempo e um outro espaço.

Para começar, devemos reconhecer que Alberto Torres contribuiu para a consolidação ideológica do estado autoritário – ainda que não pretendendo realizar este objetivo e não sendo o Estado autoritário o único caminho possível, mas o caminho escolhido pelas forças dominantes - que alcançou sua forma absoluta com a Revolução de 1930. Contudo, a opção por uma via autoritária corporativista que garantiu nosso processo de modernização pelo alto, também produziu efeitos não esperados por seus agentes. O trabalhador brasileiro, que antes estava preso a tradições servis, adquire a condição de agir como ator político.

Devo bem pontuar que os últimos trabalhos de Alberto Torres datam de 1914, mas muitos, equivocadamente, o colocam no “grupo” dos pensadores da década de 1920, o que é absolutamente impossível. Seus trabalhos reaparecem após a Revolução de 1930, tornando-se um dos principais ideólogos a inspirar o Estado Novo. Em 1933 seus livros **O problema nacional brasileiro** e **A organização nacional** são reeditados pela celebre coleção *Brasilianas*.

Esperando não trair os autores-teóricos que me serviram de inspiração para este trabalho, desenvolvo cada capítulo fazendo as seguintes perguntas: “O que ele falava?”, “O que falavam dele?” e “O que ele realmente pensava?”.

A primeira pergunta é relativamente fácil de ser respondida devido aos escritos que deixou. Aqui me limito aos livros, dado ao limites do trabalho. Vasculhar a vida íntima as cartas e textos inacabados, invadir indiscretamente às sombras dos autores é algo bastante tentador, mas escapa as limitações do trabalho e não me deixaria material para uma futura pesquisa.

A segunda, um pouco mais difícil, pode ser respondida através de fontes primárias e secundárias. Os livros de sua época, principalmente de seus seguidores, são uma fonte importante, mas bastante parcial. Como contrapeso, temos os ótimos trabalhos publicados e que tratam de todo o período republicano e sobre o ambiente político-intelectual da época. Tudo se faz por pistas, e, inevitavelmente, algumas podem ser falsas, outras exageradas e muitas lacunas desapareceram, mas o prazer está em jogar com o absurdo, com o impossível.

Em se falando de absurdos, devo observar que a terceira pergunta, talvez a mais importante e sem dúvida a mais impossível de ser respondida, só encontrará poucas pistas no confronto entre as duas primeiras perguntas para sua resposta. Brincar com a realidade, impondo o debate de idéias, criar um mundo possível, onde se pode ser dada uma resposta razoável pode ser um caminho perigoso e tentador. Para não extrapolar os limites do razoável cabe explicitar algumas problematizações que se desenvolve ao longo dos próximos capítulos.

Ao vasculhar as obras de qualquer autor é possível encontrar coerência à sua trajetória política e intelectual? E, ao mesmo tempo, é possível deixar emergir as estratégias e confissões através do texto e da vida?

É possível, no que acredito, encontrar pistas importantes na relação obra-vida, sem com isso poder fazer afirmações diretas de que um fato específico da vida marcou tanto o

indivíduo que lhe foi impossível de escapar desta experiência, deixando implícito ou explicitamente claro as marcas em sua obra. Apesar da beleza exposta por Merleau-Ponty, não é possível tirar da vida de Cézanne os elementos que contribuíram para a formação de sua obra, ou, indo em outra direção, somente um homem como Cézanne seria capaz de se misturar, perdendo o controle dos limites entre a arte e a vida. Mas este é um caso limite. (MERLEAU-PONTY, 2004)

A questão se complica ainda mais quando as idéias não encontram espaços homogêneos para se estabelecer, disputando espaço com antigas crenças ou teorias. Esta não é a pergunta que domina minha investigação por ser ela de início improdutiva.

Assim as perguntas se dirigem no objetivo de encontrar uma originalidade no pensamento de Alberto Torres, que está, obviamente, limitada ao seu tempo e ao seu espaço. Uma boa parte dos trabalhos em *Pensamento Social Brasileiro*, lida em sua grande maioria com os anos pós-30, onde se institucionaliza claramente a sociologia ou o sistema de produção acadêmica, as pesquisas mais sistematicamente orientadas e a polaridade entre as chamadas “Escola Paulista de Sociologia” e a “Escola Carioca de Sociologia”. Questiono o uso indevido “do material pouco nobre”, como o pensamento de Alberto Torres, em que é trazido das sombras, não para ser compreendido, mas para servir de exemplo da base conservadora-autoritária de nossa sociedade. Considero necessário caminhar alguns passos à frente sem com isso ser chamado de apologista do pensamento autoritário. A pior forma de entender um pensamento é aquela que se dá com interesses ideológicos de defesa de uma causa.

O pensamento de Alberto Torres se estrutura em um tempo e um espaço que o limita dentro de temas específicos e problemas particulares a serem solucionados. Ele não realizou um estudo “teórico” da forma como compreendemos hoje, mas uma herança política em um campo de formação da própria consciência de nossa realidade social.

Como já exposto, vemos a formação de um campo mais acadêmico marcado inicialmente pela criação da Universidade de São Paulo e pelos intelectuais, que mesmo seguindo correntes intelectuais específicas formam um corpo de pensadores que se preocupavam em fazer uma interpretação do pensamento político e social brasileiro a partir de modelos mais rígidos e com critério analítico. Enquanto os teóricos paulistas (Sérgio Buarque de Holanda e Florestan Fernandes, apenas para citar os mais importantes) estavam preocupados em construir um campo científico diverso das práticas políticas, uma ciência pela ciência; o que não significava uma negação do mundo das práticas políticas, mas a necessidade de se formular uma sociologia dentro dos moldes fundadores da sociologia.

O ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) tinha por objetivo constituir ou lançar as bases de um “pensamento brasileiro” autêntico ou não-alienado, através de um projeto teórico-ideológico de natureza totalizante, onde confluíam disciplinas e ciências diversas: sociologia, história, política, economia e filosofia. (TOLEDO, 1997: 25-26)

A ideologia isebiana, apesar de suas interpretações, apoiava-se em formas *concretas* que pudesse melhor conduzir as transformações que implicariam no plano de desenvolvimento nacional. Para os isebianos o conhecimento é *função* da ideologia, do projeto de intervenção deliberada sobre o real. (TOLEDO, 1997: 61-63)

Esta perspectiva, onde inegavelmente se inseriram membros de diferentes matrizes ideológicas, teria “seu parentesco” com o modelo teórico-metodológico intuitivamente construído por Alberto Torres. Do que se segue a proposta de compreender o discurso em seu tempo e espaço e o discurso que se desloca como referência a formação de outros discursos.

O capítulo seguinte procura mapear o momento histórico que permitiu a construção do pensamento de Alberto Torres.

4 – Europa e Brasil: a construção do projeto civilizador

4.1 – Europa

A história da Europa na virada do século XIX para o século XX é marcada por grades transformações: a Terceira Revolução Industrial, a expansão imperial e comercial dos pais centrais, a Terceira República Francesa, a Comuna de Paris, entre outros. Também não campo das ciências vê-se a crescente valorização da biologia como ciência modelo, resultado das descobertas dentro deste campo. Somado a tudo isso há, na França da Terceira República, a reestruturação do ensino, tencionando a disputa entre a nascente sociologia e os outros campos de conhecimento. Desta forma, compreender o desenvolvimento histórico da sociologia permite um primeiro sobrevôo na construção do pensamento Ocidental. A bem da verdade não é o suficiente discutir o embate teórico vivenciado pela sociologia, mas compreender que as estruturas sociais em mudança se chocavam com o modelo tradicional-conservador.

O processo de constituição do pensamento científico tem um logo caminho dentro do processo civilizador europeu. O necessário é definir uma estrutura capaz de produzir um conhecimento estabelecido por bases sistêmicas, onde os “intelectuais” são atores importantes desse processo devido a sua própria condição, como afirma Lepenies (1995: 14), de uma classe queixosa: “O intelectual é um descontente crônico, pois sofre com o estado do mundo. O seu verdadeiro ofício é muito mais lamentar do que o encômio. [...]”

A melancolia do intelectual é a expressão de um problema europeu na altura em que, com a implantação da burguesia no Ocidente e o nascimento da ética protestante, a vida ativa surge, coma ideal de comportamento, necessidade, cada vez mais, a vida contemplativa de se justificar. (LEPENIES, 1995: 14)

No século XIX, conjuntamente, nascem as ciências humanas e sociais, as disciplinas que se ocupam do controle da natureza interna do homem e dos efeitos decorrentes. O que nos permite compreender o processo civilizador europeu, que se espalha ao mundo, está no confronto direto entre as ciências da natureza e entre as ciências humanas e sociais que disputam espaço hegemônico dentro de uma sociedade convulsionada pela Terceira República Francesa.

A história da sociologia é um bom começo para descrever o embate travado entre as forças tradicionais (conservadoras) e o “espírito moderno”.

Assim na Europa, desde a metade do século XIX, enfrentavam-se dois grupos de intelectuais: os literatos (escritores e críticos) e os cientistas sociais (sobretudo os sociólogos). Travavam um aguerrido debate em disputa pela primazia de fornecer a orientação-chave da civilização moderna, o direito de ser a doutrina de vida apropriada à sociedade industrial (LEPENIES, 1996.). E completa Lepenies (1996:11):

“Nessa competição de interpretações revela-se um dilema da sociologia, que determina não somente a história de seu surgimento, mas também seu desenvolvimento cultural: a hesitação entre uma orientação cientificista, pronta a imitar as ciências naturais, e uma orientação hermenêutica, que aproxima a disciplina da literatura. O debate entre uma intelectualidade literária e uma intelectualidade das ciências sociais constitui dessa forma parte de um processo complexo, em cujo decorrer foi-se distinguindo o modo de produção científico dos modos de produção literário; essa separação é acentuada ideologicamente pela contraposição entre a fria razão e a cultura dos sentimentos – uma dessas oposições que marcam o conflito entre Ilustração e a Contra-Ilustração.”

A disputa entre Ilustração e Contra-Ilustração se pauta no sentido de verdade na explicação da sociedade moderna. O que temos de ter em vista é que a vitória da sociologia apenas se deu após um longo período de embates, o que não significou que com a eliminação do modelo clássico de ensino universitário – o ensino das letras clássicas, da literatura e da lingüística clássica como fonte de entendimento da realidade – se tenha decretado o fim de

sua força entre os “homens de inteligência”. O reconhecimento da sociologia precisou de um longo período. A sociologia que conhecemos – Durkheim e Weber são os fundadores do método sociológico – precisou de um longo tempo para se consolidar. A este respeito, observa Ortiz (2002:86):

“[...] o processo de autonomização das ciências sociais pode ser visto como homólogo ao do campo da arte. No início elas confundem com as atividades reflexivas afins: religião, jornalismo, política, filosofia, literatura. Os intelectuais do XIX são marcados pelo ecletismo, mesclando moralismo, saberes, opiniões que os afastavam de um controle mais sistemático do escrito. Por isso Durkheim propõe que a Sociologia se transforme numa ciência de caráter esotérico. Sua vocação ‘flauberiana’ exige o distanciamento dos interesses alheios ao saber científico. [...]”

Este é um ponto importante, quando da crise do liberalismo floresceu ideologias que se pautava por elementos que negavam o sonho da Ilustração, desenvolvimento homogêneo da consciência humana e fim da cultura – entendido como fim da tradição ou também em outra forma, fim do conservadorismo.

Internamente a sociologia tinha que disputar o espaço com a literatura e com modelos pré-sociológicos que se inspiravam no modelo da biologia e nos determinismos em moda. Externamente a própria biologia, que alcançava seu ponto máximo de sucesso, era um opositor na disputa pelo “monopólio” da definição do melhor método para se compreender o mundo.

Na história do pensamento sociológico, sua consolidação só se dará realmente na confluência das mudanças decisivas que assinalam o fim do século XVIII e o conjunto do século XIX. A química e a biologia se desenvolvem á ponto de se tornarem balizas para as ciências, marcando profundamente a sociologia.

Outro fato importante será a Revolução Francesa – mas também os outros inúmeros sobressaltos políticos que convulsionam a Europa no século XIX – que se apresentará como a consequência histórica do espírito das Luzes. A Revolução Francesa ratifica a ruptura com um

regime baseado sobre as ordens e os privilégios, rompendo com a hierarquia e a tradição em prol da liberdade e da igualdade.

A Revolução Francesa será marco importante, exaltada pelos revolucionários e contestada pelos reacionários, e uma fonte de reflexão inesgotável para aqueles que se debruçam, como os primeiros sociólogos, sobre o vínculo social. Aponta Lallement (2004: 143):

“Herdeira de uma longa tradição intelectual, a sociologia adquire sua autonomia e se institucionaliza lentamente (criação de sociedades científicas, reconhecimento da universidade...) nos principais países que viram nascer, no fim do século XIX e no limite do século XX. Além das revoluções políticas e industriais propícias [...] a múltiplas reflexões sobre a organização e a mudança social, a segunda metade do século XIX é um período de aceleração em matéria de descobertas científicas. Os debates sobre o estatuto das ciências históricas, o papel da ciência e da moral etc. constituem os marcos [...] da gênese da sociologia.”

Não podemos subestimar a importância do quadro nacional em que se desdobraram as análises sociológicas. Fatos como a vigorosa ascensão da Alemanha e dos Estados Unidos no plano econômico, a fundação de partidos social-democratas e o relativo declínio do liberalismo, o crescimento dos Estados-Nação e das burocracias constituem pano de fundo histórico da virada de século oferecendo muita matéria para a reflexão. A guerra franco-alemã e o estatuto da Alsácia-Lorena, por exemplo, provocam novos debates sobre o tema da nação. A consequência será saber se a nação é o reconhecimento da nação a partir da existência de um passado, de tradições comuns, ou a fundação pelo esforço da vontade livre de um povo. A esta questão Ernest Renan, autor que teve muita influência no Brasil e que apresentava profundas contradições e racismo ao professar a inferioridade da raça semita, irá responder em *O que é uma nação?* (1884) definindo a nação como “o plebiscito de todos os dias”.

Augusto Comte (1798-1857), inventor do neologismo “sociologia” e pai do positivismo, também se mostrará sensível as mutações das sociedades européias do século

XIX. A partir da reflexão dos fatos busca uma nova ordem social, com base não em “crenças teológicas”, mas nas conquistas da filosofia positivista: observar os fatos sem emitir qualquer juízo de valor e enunciar leis será sua obsessão.

Outro pioneiro da sociologia e de grande influência no Brasil, será o inglês Herbert Spencer (1820-1903), e sua análise social do final do século XIX. Liberal hostil a toda a forma de intervenção do Estado, irá defender seu ponto de vista em termos, original para sua época, – desde seus *Princípios de psicologia* (1852-1857) e mais caracteristicamente no livro *O homem versus o Estado*, e antes mesmo que fosse publicado *A origem das espécies* de Darwin – evolucionistas. Em linhas gerais, infere que as sociedades evoluem do homogêneo para o heterogêneo, do simples para o complexo, traçando uma linha de evolução ao espírito comteano.

Spencer alimenta seu evolucionismo com princípios darwinistas: a tese da sobrevivência dos mais aptos lhe serve para fundar a idéia de que não se deve perturbar a regulação natural por nenhuma interferência humana e estatal (*Princípios de sociologia* 1874-1875).

Outro “sociólogo” bastante famoso será Frédéric Le Play (1806-1882), no Brasil constantemente citado por Silva Romero entre outros. Em *Os operários europeus* (1855) estabelecerá uma técnica de observação direta: a monografia. O método consistia em coletar uma grande quantidade de dados de “campo” referente ao meio e à história familiar dos indivíduos

Le Play é um católico que, pelo seu trabalho científico, quer combater o socialismo. Aliado ao poder durante o Segundo Império terá grande influência. Sendo um liberal e conservado, considerará a Revolução Francesa um erro histórico procurando refletir sobre os fundamentos possíveis de uma nova ordem estável. O movimento Leplaysiano se extinguirá

com a Primeira Guerra Mundial. Mesmo suas idéias não terem chegado a entrar na universidade, teve sua real influência nos meios patronais e católicos.

Outro nome influente na sociologia francesa será Gabriel Tarde (1843-1904), figura de proa dos trabalhos centrados em torno da idéia de psicologia social. É o conceito de “imitação” que terá centralidade em toda sua argumentação (*As leis da imitação*, 1890). Para Tarde o ser social é imitador por essência e que a imitação desempenha nas sociedades um papel análogo ao da hereditariedade nos organismo. Tarde irá definir o fato social a partir das interações entre as consciências individuais: como vivem em comunidade, os seres humanos pensam e agem da mesma maneira.

O forte reconhecimento público e as posições acadêmicas que pôde conquistar não evitaram que Tarde sofresse a marginalização universitária: não teve discípulos nem fez escola. (LEPENIES, 1996)

A obra mais marcante desse período será *Psicologia das multidões* (1895) de Gustavo Le Bon⁸ (1841-1931), onde faz uma crítica relativamente forte das democracias de massa instauradas no século XIX graças ao sufrágio universal. Seu argumento se resume na afirmação de que a multidão é mulher: funciona á base da afetividade, seus comportamentos são contagiosos e irracionais, e facilmente exacerba as paixões. A margem do sistema de reconhecimento institucional, Le Bon conhece um certo sucesso, onde sua oposição massa/mentor (multidão/líder) tem grande receptividade.

No terreno concorrencial das nascentes ciências sociais francesas, Émile Durkheim e sua escola acabarão ganhando a primazia. Mas, a semelhança das outras, a sociologia durkheimiana não escapa à sua época. Preocupado igualmente em responder à questão social, sensível às palavras de ordem de “solidariedade” que se impõe com a Terceira República, “[...] Durkheim tem da sua disciplina uma visão relativamente abrangente. Se a sociologia

⁸ *Psicologia das massas* (1917) era, no Brasil, disputadíssima nas livrarias, marcando presença entre os nacionalistas conservadores.

pode ser associada ao domínio do social, então muitos fatos devem cair debaixo de sua alçada.” (LALLEMENT, 2004:164)

A Terceira República significou uma virada da burguesia industrial, onde os políticos republicanos sabiam que não era suficiente formar especialistas para transformar estudantes em cultos adeptos da democracia. A república precisava de uma doutrina, e uma disciplina parecia estar em posição de fornecer essa doutrina: a sociologia de Durkheim. (LEPENIES, 1996)

Durkheim, em seu primeiro estudo, *Da Divisão do Trabalho Social* (1893), pretendeu levar avante a sociologia como uma ciência absolutamente válida, tendo também objetivos políticos – ao mesmo tempo em que ensinava a respeitar a realidade moral, fornecia meios para melhorá-la . “[...] Essa era uma razão fundamental por que a doutrina de Durkheim prevaleceu sobre teorias concorrentes – como a sociologia do indivíduo de Gabriel Tarde – no sistema universitário francês e na burocracia ministerial ligada a esse sistema. [...]”(LEPENIES, 1996:67)

Em seu primeiro livro procura discutir entre outras formas de construção da solidariedade, o problema do corporativismo. Segundo Durkheim, o corporativismo seria uma saída para a organização dos indivíduos que, devido a uma maior urbanização e industrialização, estavam crescentemente deixando de ser solidários⁹. Devido às lutas de classes, os homens caminhavam para um estado anormal, por ele denominado “anômico”. O corporativismo seria um modelo de sociedade que poria fim a este estado de anomia, maximizando a probabilidade de solidariedade orgânica. Esta solução abriria uma crescente oportunidade de contato entre as partes em conflito, de modo a multiplicar a possibilidade de conciliação e solidariedade. (AGUIAR, 1969)

⁹ O tema da solidariedade é um tema constante do início do século XX. O caso francês é discutido por Durkheim como um problema da consolidação da Terceira República e de uma moral secular. O tema da solidariedade no Brasil é um caso completamente diferente, se inserindo na necessidade de consolidar o processo civilizador de nossa sociedade dentro dos padrões europeus.

A motivação que leva Durkheim a acreditar na organização corporativa na sociedade moderna é de ordem moral e não econômica. Alberto Torres se aproxima do pensamento de Durkheim pela proposição de uma ordem moral, o corporativismo levaria ao desenvolvimento de uma “consciência de grupo”. Como Durkheim, Alberto Torres, e logo depois Oliveira Vianna, acreditava que as corporações profissionais serviam ao fortalecimento da solidariedade. Outro ponto em comum é a opinião sobre a luta de classe, tomando-a como um sinal da baixa densidade moral.

Um ponto de afastamento entre eles está no papel atribuído ao Estado para cada um. Durkheim não nega o papel importante do Estado na consolidação da solidariedade orgânica. Contudo, há além da vida geral e superficial, uma vida intestina que, sem ser totalmente independente do primeiro, funciona sem que este intervenha ou tenha consciência disso, pelo menos em seu estado normal. O que o faz concluir que o governo não pode regular a cada instante as condições dos diferentes mercados econômicos, fixarem os preços das coisas e dos serviços, adequar a produção às necessidades do consumo, etc. que são de uma multidão de detalhes e de circunstâncias particulares. Também, não lhe é possível ajustar essas funções às outras e fazê-las concorrer harmoniosamente se estas não concordarem por si mesmas, cabendo, apenas, ao consenso espontâneo das partes – a solidariedade interna. Esta solidariedade que não só é tão indispensável quanto à ação reguladora do “Estado”, que nada mais faz que traduzi-la em outra linguagem, consagrando-a. Em resumo, Durkheim contesta a afirmação de que somente o governo é capaz de exercer o “espírito de conjunto e o sentimento de solidariedade comum”, por ser o governo muito geral para assegurar o concurso das funções sociais, se este não se realizar por si mesmo. (DURKHEIM, 199:375-376)

Como observa Châtelet (2000:324);

“Onde estão as idéias políticas de Durkheim? No fato de não tê-las de modo algum! Piada fácil, que não serve para nada. Ao

contrário, ele se recusa a acantonar a sociologia numa investigação gratuita, e espera que ela sirva para a administração correta da sociedade, sem o que 'não valeria uma hora de esforço'. O cientista descobre e explica permanências e evoluções. Graças às observações dele, o político poderá agir melhor."

Isso não significa uma posição antidemocrática ou anti-Republicana. Antes, devemos lembrar que Durkheim teve uma importante participação na consolidação da Terceira República Francesa e na construção de uma moral secular. Seu distanciamento metodológico em relação ao Estado, expressa seu desejo de uma organização pelas organizações sociais solidárias e auto-integradas. (LACROIX, 1984)

Em resumo o corporativismo durkheimiano vem da tradição francesa saint-simoniana, muito próximo ao projeto proposto por Alberto Torres em sua revisão da constituição de 1891, enquanto o de Vianna segue o modelo da tradição italiana, em especial do promovido pela igreja católica. Outra fonte do corporativismo de Vianna é a obra de Manoilescu (1938). Voltarei mais adiante a tratar dessa questão.

O importante disto tudo é demonstrar, que mesmo sendo um pensamento ligado a construção de uma moral secular na Terceira República, Durkheim não significou consenso, muito pelo contrário, esteve distante dos círculos extra muros da academia. Talvez por isso, Durkheim não teve grande apreciação entre os pensadores brasileiros e apenas referência na obra de Oliveira Vianna, pós 1952.

O trabalho de Lepenies (1996) demarca bem a difícil luta travada pela sociologia, como nós a conhecemos, de se colocar em oposição às teorias deterministas dominantes da época. Mais que dominarem o cenário, estas idéias eram fartamente difundidas entre os homens de elite conservadora através dos mais diferentes veículos de informação. Seus opositores tinham a frágil limitação dos muros das faculdades. O determinismo (biológico ou geográfico) e o evolucionismo spenceriano tinham mais ouvintes que as teorias desenvolvidas

com o objetivo de escapar ao domínio da natureza e formular uma teoria própria à ciência humana.

Os motivos podem ser encontrados no interior da estrutura social que prevalecia no início do século XX, onde tradição e modernidade ainda conviviam em disputa e sem uma vitória definitiva de um dos lados. Sobre este ponto as teses gerais de Mayer (1987) nos permitem compreender a disputa entre os setores conservadores e a ordem industrial.

Antes devo abrir um parêntese, ou mais, uma ligação entre trabalhos tão distintos em tema e em proposições teóricas. O que aproxima os dois trabalhos, no que interessa a esta dissertação, é que em ambos há uma tensão entre “pensamento conservador” e “pensamento inovador”. Mais que descrever a superação do primeiro pelo segundo, ambos demonstram que durante bom tempo estas idéias permaneceram em um mesmo espaço. Mais, em diversos casos e em diversos momentos, idéias conservadoras entravam nos espaços inovadores da economia e da sociedade. A prática se descolava do discurso e, em muitos casos, se divergiam sem a própria compreensão dos atores político-sociais. Assim disputas no campo das idéias refletiam e eram reflexo de disputas no campo político e econômico. Em outras palavras, aqui como lá, o campo político e o campo intelectual (das ciências) se misturavam ao sabor das disputas. Tomando as hipóteses de Mayer, a autonomia dos campos só se deu de forma definitiva após o enfraquecimento do “pensamento conservador” que se deu ao término das duas grandes guerras.

A tese defendida por Mayer é de que os elementos “pré-modernos” não eram os remanescentes frágeis de um passado quase desaparecido, mas a própria essência das sociedades civis e políticas situadas na Europa. O que lhe faz sustentar que até 1914 as forças de inércia e resistência continuam e refreavam essa nova sociedade dinâmica e expansiva no interior do *ancien régime* que dominavam o cenário europeu. (MAYER, 1987:15-16)

A Grande Guerra de 1914, como sintoma de uma crise geral do século XX, foi uma consequência da remodelação contemporânea dos *anciens régimes* da Europa. O trabalho de Mayer tem a importância de demonstrar que, embora perdendo terreno para as forças do capitalismo industrial, as forças da antiga ordem ainda estavam suficientemente dispostas e poderosas para resistir e retardar o curso da história, se necessário recorrendo à violência. E observa (MAYER, 1987:16):

“Os velhos regimes da Europa eram sociedades civis e políticas com poderes, tradições, costumes e convenções diferentes. Precisamente por constituírem sistemas sociais, econômico e culturais coerentes e integrais, dispunham de excepcional elasticidade. Mesmo na França, onde o ancien régime foi declarado legalmente morto entre 1789 e 1793, ele continuou a ressurgir de forma violenta e a sobreviver sob várias formas por mais de um século. Evidentemente a Europa não era uma entidade única. Havia enormes variações nacionais e regionais na economia, estrutura social, tradição jurídica e perspectiva mental, e essas singularidades históricas não podem ser ignoradas ou minimizadas. Não obstante, em seus primórdios, bem como em sua duradoura extensão até os tempos modernos, o ancien régime foi um fenômeno nitidamente pan-europeu.”

Os dados que coleta para comprovar sua tese mostram que a ordem européia foi totalmente pré-industrial e pré-burguesa. As forças de inércia e resistência que retardaram o declínio do novo regime conviviam com o avanço da ciência e da tecnologia, do capitalismo industrial e mundial, da burguesia e das classes médias, da sociedade civil liberal, da sociedade política democrática e do modernismo cultural..

Não será a grande burguesia a propulsora do pensamento inovador, por terem sido esta classe cooptada pelo antigo regime. Dados de Mayer demonstram que até 1914 a Europa era de modo predominante pré-industrial e pré-burguesa, com suas sociedades civis profundamente radicadas em economias de agricultura baseada no trabalho prolongado, manufatura de bens de consumo e pequenos comércios. Observa (MAYER, 1987:27):

“[...] Reconhecidamente o capitalismo industrial e suas formações de classe, em particular a burguesia e o proletariado fabril fizeram grandes progressos, em especial depois de 1890,

mas não estavam em condições de desafiar ou suplantar as tenazes estruturas econômicas e classistas do capitalismo preexistente.”

A própria visão de mundo cedeu espaço para o conservadorismo (MAYER, 1987:268-269):

“O progresso e o liberalismo estavam solidamente unidos entre si. Ambos defendiam as elites capitalistas e urbanas em sociedades substancialmente tradicionais. [...] Com efeito, a burguesia se expandiu de modo constante entre 1848 e 1914, mas desperdiçou boa parte de sua força de crescimento em lutas internas entre os defensores do livre comércio, das liberdades democráticas e do império informal, de um lado, e os protecionismos econômicos, do antiliberalismo político e do imperialismo vigoroso, de outro [...].

Embora o liberalismo tivesse saído do estado embrionário entre 1848 e 1873, nunca alcançou uma plena maturidade. É certo que durante este quarto de século, o laissez-faire e o livre comércio se tornaram soberanos na economia política do capitalismo europeu mundial. Contudo, essa idade de ouro da concorrência irrestrita, foi apenas um breve parêntese na realidade duradoura da regulação da vida econômica pelo Estado. Na sociedade política, as realizações do liberalismo foram ainda mais limitadas e efêmeras. Em outras palavras, devido à sua base econômica social e política estreitas, o impulso liberal teria sustado, mesmo sem a “grande depressão”, que apenas acelerou sua morte.”

Não apenas internamente dividido, o liberalismo teve que enfrentar uma oposição excepcionalmente forte e ativa das antigas classes dominantes e governantes que tinham suas principais instituições “culturais” sempre prontas a sufocá-lo.

Dentro deste quadro a conseqüência inevitável é a infiltração de “ideologias” conservadoras dentro de um quadro onde as forças não estavam totalmente estabelecidas e diversas interpretações sobre a realidade social e sobre a modernidade disputavam a sua hegemonia. Um exemplo extremo, mas sintomático, será o darwinismo social de Ernest Renan que ousou dizer em voz alta o que muitos intelectuais pensavam apenas consigo mesmo: que grandes segmentos da humanidade teriam que ser mantidos “num papel subordinado para que a alta cultura e a erudição se desenvolvessem”.

Como observa Mayer (1987:273), o Darwinismo social se converteu na concepção de mundo preponderante das classes dominantes e governantes da Europa, tornando-se, ainda que variando no tempo e no espaço, em uma concepção de mundo. Este sucesso se deu devido em grande parte, à sua *natureza sincrética*: era ciência e fé, uma era cada vez mais dilacerada entre ambas. “[...] O darwinismo social deu relevo à sua credibilidade aplicando os métodos racionais e empíricos utilizados no estudo da evolução natural. Apresentava uma interpretação ferozmente conservadora e levemente progressista na luta pela vida [...]” (p. 275) A fé no darwinismo alimentou a justificação das lutas disciplinadas do imperialismo social, tanto em nível interno como externo.

Alguns nomes das “intelectualidades” européias tiveram importante trabalho de divulgação dessas idéias, através de práticas “pré-acadêmicas”, mas em grande moda e profundos resultados.

Maurice Barrès, Paul Bouget e Gabriel D’Annunzio eram não só militantes ativos e ostensivos do elitismo antidemocrático, como também promoviam o culto do indivíduo e da nação superiores, onde a Igreja se incumbia dos santos sacramentos. (MAYER, 1987:284)

Escritores de menor categoria, como Gustavo Le Bon e Julius Langbehn (Alemanha) foram os divulgadores mais amplamente lidos e talvez mais famosos desse credo. Ambos eram movidos pelo desdém à democracia e as massas, pela referência à terra e à linhagem e pela crença na luta perpétua.

Em resumo, o liberalismo não era bem visto nos banquetes das grandes elites européias, sendo apenas um discurso.¹⁰

¹⁰ Mayer apresenta um grande número de fontes e dados para comprovar sua tese, o que não caberia aqui expô-las. Mesmo se prendendo ao princípio da determinação econômica, Mayer escapa desta visão ingênua buscando o cruzamento entre uma cultura tradicional que resiste ainda até 1914 e que teve o seu fim com a Segunda Grande Guerra e a cultura que se desenvolve após os conflitos finais entre as potências. Uma cultura moderna se desenvolve, rompendo com a belicosidade da tradição e buscando mecanismo de equilíbrio das forças estabelecidas ao término e ao cabo da Segunda Grande Guerra.

Para concluir esta sessão, é importante destacar como autores com posições teóricas e perspectivas de análises tão diversas foram capazes de apontar para o mesmo problema. Não podendo pensar as idéias como monólitos que derrubam outros monólitos, o controle da verdade se dá pela disputa constante entre forças opostas e permanentes. A dimensão de tempo tem a importância de possibilitar a eliminação do centro elementos atrasados ou fora de compasso, mas é na periferia do conhecimento que elas sobrevivem e tornam-se verdades dentro do *sensu comum*, verdade que se infiltra pela sociedade a despeito de sua eliminação no campo formal do conhecimento. Em exemplo deste problema são as teorias raciais, que mesmo hoje sendo banidas das ciências humanas, é constantemente afirmada dentro de grupos conservadores e defensores da superioridade branca. Menos radical, mas seguindo o mesmo pensamento, é fácil encontrar provas de racismo e de superioridade de classe em todos os espaços de nossa sociedade.

Da mesma forma que idéias se transformam em “ideologias” e ganham no discurso formas variadas de convencimento e formalização do sentido dentro de contextos e temporalidades diversas na Europa, elas fazem o mesmo movimento para o restante do mundo com sinais trocados ou seletivamente apropriados, como seletivamente o são apropriadas em sua origem.

4.2 – Brasil

“Javeh era o deus único de um povo único – único Pela origem, pela raça e pela língua e, ainda hoje, único pela resistência à dissolução, por séculos de lutas e de sofrimentos, de trabalhos e de perseguições, sem terra, sem lei e sem governo, entre gente adversa.”

Todos estes modelos europeus e o próprio debate que lá se intensificavam não escaparam ao nosso olhar de ex-colônia, ex-monarquia e República nascente. A cultura de

origem européia teve importante papel na estrutura social e econômica no Brasil, em especial na cidade do Rio de Janeiro, então capital do país, para onde convergiam todos os debates político-intelectuais. O Rio de Janeiro não só era a “porta-de-entrada, também o cartão-de-visita da jovem república brasileira”. (SEVCENKO, 1995) Alterar o cenário significava mais que romper com a monarquia, era uma forma de se apresentar ao mundo civilizado – a Europa – como parte deste mundo. É a elite carioca o grupo mais afetado por tal cultura, no período em que essa teve o seu maior florescimento, ou seja, entre 1898 e 1914, na *Belle Époque*. (NEEDELL, 1993) Contudo, não deixava de ser um problema a ser observado e criticado, o que pode ser visto nas palavras de Alberto Torres (1933b:260-261):

“A idéia de reformas, melhoramentos, engrandecimento, não é sempre independência da idéia de ‘civilização’. O caso, por exemplo, de uma grande cidade, como a do Rio de Janeiro, onde o garbo das avenidas e ostentosa aparência das fachadas raro mostram obras de arte arquitetônica: cidade de fausto, encravada, como Bizâncio, entre populações miseráveis, e vivendo, como porto e como empório comercial, a vida de falência que resulta do aniquilamento da produção nas regiões que alimentam seu comércio, apenas compensada pelo movimento artificial do oficialismo – não é, nem mesmo, início de avanço, moral ou social.”

Todo o pensamento do século XX no Brasil se caracterizava na corrida para atualizar-se frente às formas existentes nos países mais desenvolvidos, o que daria a assimilação de idéias que faziam um sincretismo de múltiplas realidades e tempos históricos. Assim a idéia de *atraso* aparece no pensamento brasileiro junto com as idéias de Spencer e Comte, sendo a matriz principal de todo o argumento e de todos os diagnósticos posteriores, mesmo apropriando-se dos elementos destes autores ao gosto das vontades políticas.

A relação entre contexto brasileiro e teorias européias é extremamente dinâmico. O próprio embate entre uma “sociologia da realidade nacional” contra uma “sociologia alienada dessa realidade” é objeto dessa tensão de contexto histórico, onde, por exemplo, o modelo europeu teve seu papel para a geração de 1870 (ALONSO: 2002, 40);

“O repertório político-intelectual europeu auxiliou o movimento da geração 1870 a exprimir de maneira sistemática e organizada suas críticas aos modos de pensar e de agir da elite imperial. Suas obras tomavam partido no debate político. Tinham, pois, um caráter deliberadamente de intervenção.”

Da fase inicial de consolidação do novo regime até o final do governo Rodrigues Alves já estavam nitidamente definidos os vitoriosos e os vencidos e estabelecidos os rumos e a natureza da política republicana tanto para o país como para a capital: estavam não só definindo o papel que lhe caberia como também as regras para representa-os. (CARVALHO, 1987: 15)

A *Belle Époque* – que se inicia com a subida de Campos Sales ao poder em 1898 e a recuperação da tranqüilidade sob a égide das elites regionais – viu emergir conceitos abstratos universais como de humanidade, nação, bem, verdade, justiça que operavam como padrões de referencia básica, unidades semânticas constitutivas da produção artística, no campo político e econômico é o utilitarismo, o liberalismo, o positivismo e o humanismo que dão o tom do discurso. (SEVCENKO, 1995) Todos estes elementos não escapam a crítica torreana, que, em seu embate as correntes que consolidaram o regime republicano, irá afirma (TORRES, 1933a: 30):

“Nenhum outro povo tem tido, até hoje, vida mais descuidada do que o nosso. O espírito brasileiro é ainda um espírito romântico e contemplativo, ingênuo e simples, em meio de seus palácios e de suas avenidas, de suas bibliotecas e de seus mostruários de elegância e de vagos idealismos. Com uma civilização de cidades ostentosas e de roupagens, de idéias decoradas, encadernação e de formas, não possuímos nem economia, nem opinião, nem consciência dos nossos interesses práticos, nem juízo próprio sobre as coisas mais simples da vida social.”

Um diagnóstico importante que marca muito bem o embate vivido entre o período de deteriorização do modelo monárquico e o início da República e suas contradições.

Houve uma grande movimentação de idéias na República, sem com isso produzir uma corrente ideológica própria ou novas visões estéticas. O que ocorreu foi uma circulação de

idéias, criando um ambiente onde se misturavam, sem muita preocupação lógica ou substantiva, várias vertentes do pensamento europeu: liberalismo, positivismo (ambos já existente no Império), socialismo ou mesmo anarquismo (CARVALHO, 1987: 24-25):

“[...] Entre os republicanos históricos, havia os que se ligavam à corrente liberal spenceriana e federalista, à moda de Alberto Sales e dos paulistas em geral, e os que se inspiravam antes na tradição da Revolução Francesa, que favorecia uma visão mais rousseauniana do pacto social, mais popular e centralista, ao estilo de Silva Jardim, Lopes Trovão, Joaquim Serra. E havia os positivistas, que exultavam com o advento do novo regime julgando ter chegado a hora, a que se consideravam destinados, de exercerem a tutela intelectual sobre a nação. Mas mesmo entre eles houve divisões – entre a ortodoxia da Igreja Positivista e as variantes civis e militares, que da doutrina retiravam apenas os aspectos que mais interessavam à ação política.”

Acompanhar o progresso significou alinhar-se com os padrões e o ritmo de desenvolvimento da economia européia. A tese central do livro de Needell (1993) é que a cultura e a sociedade de elite, para manter e promover os interesses e a visão da própria elite se servira dos modelos culturais derivados da aristocracia européia, adaptando-os ao meio carioca com esta finalidade. A conclusão que chega é a de que esta adesão é parte importante do processo de desenvolvimento dependente, de uma relação colonial continua que jamais foi interrompida, e sim se ampliou em termos de impacto e amplitude.

A questão doutrinária não escapou a crítica “violenta” de Alberto Torres, que respondeu a este fato como exemplo do fracasso de nossa “organização nacional” – seu tema predileto – que pode ser dirigido ao nosso fracasso como nação capaz de produzir instituições que reflitam nossas necessidades além dos jogos de interesses (TORRES, 1933b:35):

“Pairando na religião ideológica dos grandes princípios para os quais pensamos caminhar visando-os em sua vaga generalidade e tentando transformá-los de chofre, integral e eutomaticamente, em realidade – vivemos numa continua oscilação entre criações e reformas que não nascem de sua própria célula germinal, natural e oportuna, para desenvolver-se de embrião em organismo e de organismo em ser adulto, mas surgem, pelo contrario, como por encanto, do consorcio da

ambição, quase sempre nobre, dos homens públicos com as teorias do ultimo livro lido ou da escola em voga – para ruírem a terra em pouco, por inadápveis e inoportunas.

A Independência, a abolição dos escravos e a República foram fruto desta natureza; todas as nossas reformas, assim, cunho de concepções doutrinárias, sem o fluido vital de uma inspiração prática, filha do lugar e da ocasião, e sem desenvolvimento ou trabalho de aplicação. [...]”

O progresso aqui – como versão prática do conceito homólogo de civilização – tornava-se uma obsessão coletiva da nova burguesia. O processo de substituição das elites sociais que se dava a partir da Proclamação, teve como resultante uma remodelação da cidade e a consagração do progresso como o objetivo coletivo fundamental. (SEVCENKO, 1995: 29-30). Observa Sevcenko (1995:30):

“Assiste-se à transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca, segundo padrões totalmente originais; e não havia quem se lhe pudesse opor. Quatro princípios fundamentais regeram o transcurso dessa metamorfose [...]: a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizadora da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense.”

O advento da República significou para a cidade do Rio de Janeiro a vitória do cosmopolitismo. A palavra de ordem era estar em dia com os menores detalhes do Velho Mundo. O que vinha da Europa não era apenas “os figurinos, o mobiliário e as roupas, mas também as notícias sobre as peças e livros mais em voga, as escolas filosóficas predominantes, o comportamento, o lazer, as estéticas e até as doenças, tudo enfim que fosse consumível por uma sociedade altamente urbanizada e sedenta de modelos de prestígio.” (SEVCENKO, 1995:36)

Como resultado se verifica a dissolução das formas tradicionais – em especial, as relações de compadrio ou relações senhoriais de tutela – e o aparecimento de um novo tipo social representativo por excelência do novo regime, carregando em sua conduta um

conservadorismo arejado – moderação no anseio das reformas – e a cupidez material: o *arrivista*.¹¹

A República que se consolida carrega consigo uma forma de democracia, mas a *democracia de arrivistas*, e como afirma Sevcenko (1995:40):

“A democracia de arrivistas que ocupa o espaço vazio deixado pela velha aristocracia e seu ethos não consegue, porém, instalar-se comodamente. O processo rápido e tumultuário por meio do qual se opera a sua ascensão provoca igualmente um anuviamento dos padrões de distinção social, que torna diluída ou turva as diferentes posições que cada qual ocupa na nova hierarquia da sociedade. É a época dos ‘enriquecimentos milagrosos’, das ‘falsas fortunas’, dos ‘caça-dotes’, dos ‘especuladores’ e dos ‘golpistas’ de todo molde, que põem em alerta e angustiam os possuidores de capitais estáveis.”

Tomando de empréstimo a paráfrase de Carvalho, podemos afirmar que nesse período se deu “uma vitória do espírito do capitalismo desamparado da ética protestante”. (CARVALHO, 1987: 26)

O foco dos trabalhos de Carvalho e Sevcenko são bastante diferentes. Sevcenko centra-se na produção literária da época, enquanto Carvalho se propõe analisar a relação entre o cidadão e o Estado e no sistema de dominação que dela se estabelece. Contudo, ambas as análises se entrelaçam no momento em que o foco se concentra no papel do intelectual nos primeiros momentos da República. Ambos observam um adesismo inicial, malgrado com o passar do tempo.

Mudanças que vinham fermentando durante os últimos anos do Império e que culminaram na abolição da escravidão e na proclamação da República, trouxe grande expectativa que também implicava em grandes dificuldades. O projeto da República necessitava de meios para poder sobreviver em meio ao caos estabelecido, de forças opostas e diversas, que disputavam o controle do aparelho de Estado e da imposição de um projeto de república que atendessem seus particulares.

¹¹ Sevcenko trata do surgimento do arrivista no capítulo I.

“[...] Foi geral o desencantamento com a obra de 1889. Os propagandistas e os principais participantes do movimento republicano rapidamente perceberam que não se tratava da república de seus sonhos. [...] A formulação mais forte do desencantamento talvez tenha vindo de Alberto Torres, já na segunda década do século: ‘Este Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos’.” (CARVALHO, 1990:30)

Este é o gancho... Antes de chegar ao desencantamento que abalou todos os intelectuais após a proclamação da República, é importante, através da trajetória de nosso autor-objeto, traçar os elementos que o levou a chegar a este quadro de “desencantamento” com a República. Em especial, Alberto Torres não pensava melancolicamente nas qualidades da monarquia destruída e que deveria ser recuperada, mas buscava uma saída para a República; sobrevivência e consolidação de uma ordem dentro do quadro presente. O que exigia a regeneração da Nação... O que também à reflexão torreana de 1914 a fazer uma crítica “desencantada” sobre a República (TORRES, 1933a: 31):

“Quanto a República e às suas obra de intolerância partidária nunca permitiu, nem a adversários nem a confrades, negar os benefícios e progresso, que atribui ao regime. A simples observação da decadência a que descemos nos costumes eleitorais – base do sistema representativo e título dos governos democráticos – bastaria para provar aos mais zelosos defensores da nova ‘forma de governo’, que vem de azedo pessimismo o desgosto com que muitos republicanos desconhecem nas instituições dominantes a República que aviam sonhado”

Contudo, este processo não veio sem conseqüências. Somos um país de pecadores, uma nação marcado pelo pegado original, o da precipitação. O pecado original do novo regime é a não participação do povo, o seu alheamento aos fatos políticos. (CARVALHO, 1987: 09) Contudo, a mudança de regime exigiu um novo olhar sobre “o populacho”, a massa de seres estranhos ao mundo palaciano. Enquanto olhávamos para a Europa e pensávamos na República, não víamos homens e mulheres, mas uma massa pouco clara de escravos e esmolambados. Da precipitação da República, o olhar se volta para as ruas, e, como em um

passage de magie, se descobriu que havia um povo. Não se podia mais negar que nas ruas andavam homens e mulheres, alçados à condição de cidadãos pelo novo regime.

Esta mudança exigiu de seus principais atores, os fundadores da República, o desenvolvimento de uma base qualquer de legitimidade, um discurso que garantisse a autoridade dos legisladores, se não perante a totalidade da população, pelo menos diante de setores politicamente mobilizados; não apenas pelo arranjo oligárquico. O instrumento clássico de legitimação do regime político será pela criação de uma ideologia, mecanismo de justificação racional da organização do poder. (CARVALHO,1990:09)

O discurso ideológico republicano permaneceu preso ao fechado círculo das elites educadas. O que exigia uma forma não discursiva, de imagens, alegorias, símbolos e mitos que extravasavam as visões de república para o mundo extra-elite, pelo menos em tentativa, a um público com baixo nível de educação formal.

A cidade do Rio de Janeiro passou, durante a primeira década republicana, pela fase mais turbulenta de sua existência devido a grandes transformações de natureza econômica, política e cultural. O Rio passava por profunda crise, com a diminuição de sua hegemônica econômica, sempre mantida no Império. O domínio econômico se desloca para São Paulo. Mesmo o poder político deixa o Rio de Janeiro para se consolidar entre os estados que foram capazes de organizar suas elites – é o caso em especial de São Paulo e Minas Gerais – e se articular politicamente em defesa de seus interesses. O Rio de Janeiro é o palco da política nacional, mas as elites fluminenses não foram capazes de estabelecer uma aliança duradoura.¹² De uma maneira ou de outra, para melhor ou para pior grande parte dos fluminenses foi pela primeira vez envolvidos nos problemas da cidade e do país. (CARVALHO, 1987:16)

“[...] A proclamação da República trouxe grades expectativas de renovação política, de maior participação no poder por parte

¹² Sobre a crise econômica no Rio de Janeiro, ver Ferreira (1994)

não só de contra elites, mas também de camadas antes excluídas do jogo político. O fato de ter sido o novo regime proclamado por movimento que se desenrolara totalmente na capital, para surpresa de quase todas as províncias, veio contribuir ainda mais para as expectativas da população. Por quase uma década o Rio seria a arena em que os destinos nacionais se decidiria. Depois da independência, era o momento de maior glória, de maior visibilidade para a capital transformada em foco das atenções de todo o país. Acontecimentos por banais que fossem, assumiam importância desmedida em função da ressonância produzida pela situação privilegiada em que se achava a cidade. [...]”

O sistema Republicano impunha uma rigidez e resistia em permitir a entrada dos grupos que emergiam das lutas pela construção do novo regime ampliação da cidadania, mesmo dentro da lógica liberal, fazendo com que o encantamento inicial se esvaísse e desse origem a decepção e ao desânimo. É nesse quadro que Carvalho (1987:65) ira estabelecer o conceito de *estadania* que significaria uma reação pragmática antes que ideológica, participando, não através da organização dos interesses, mas a partir da máquina governamental, ou em contato direto com ela.

O Rio de Janeiro era na realidade a cidade política antes que econômica; cidade sem autonomia, castrada, pré-burguesa. Passado o momento inicial de esperança de expansão e participação dos diversos setores que compunham o novo regime, consolidou-se a vitória da ideologia liberal, pré-democrática, darwinista, reforçadora do poder oligárquico.

O Rio de Janeiro não apresentava as características da cidade burguesa onde se desenvolveu a democracia moderna. O peso das tradições escravistas e coloniais obstruiu o desenvolvimento das liberdades civis, ao mesmo tempo em que viciava as relações dos cidadãos com o governo. A cidade sofre com a sua castração política e se transforma em vitrine: a República, uma vez consolidada, quis fazer da cidade-capital o exemplo de seu poder e de sua pompa, o símbolo, perante a Europa, de seus foros de civilização e progresso. O que inviabilizava a incorporação do povo na vida política e cultural, porque o povo não se enquadrava nos padrões europeus. (CARVALHO, 1987:162)

Há entre os homens de elite o que Huizinga (sd:60) chamou a atenção de uma *inércia mental* que impossibilitará ver a importância social das pessoas comuns. Esta inércia se manteve, até o limite, quando já não se podia deixar de ver a força política que se convulsionava. A derrota da “Primeira República” será o de não perceber que seu aliado, o povo, se transformava em maior inimigo. Os movimentos de greve que se realizaram durante toda a década de 1910 é um exemplo da ineficácia da elites em controlar o povo, tratando suas reivindicações como caso de policia e não um problema social a ser resolvido pela educação e por ações conciliatório, a moda do que se observava no ciclo das grandes elites.

5 – Alberto Torres e o projeto de Sólon

“Nas primeiras eras da civilização, em toda a parte onde foi possível assentar a corrente das tendências e dos interesses no alvo de uma evolução relativamente normal, espíritos geniais de homens práticos concebem a arte de governar os povos, com sua feição vital e orgânica: os Hammurabis, os Clisthenes, os Lycurgos e os Solóns sentiram, com o alcance de visão possível em seu tempo, que a arte de governar era uma arte de observação, de previsão, de superintendência dos fenômenos reais da vida coletiva[...].”
(TORRES, 1933:215)

“[...] escravização dos espíritos ao poder, ou à inércia das maiorias, a vida nacional subordinada às impressões populares e ao julgamento sumário dos gostos e do agrado vulgar sobre as coisas da política: somos um país em eterna expectativa de uma direção que lhe traga pensamento e vontade. Nossos juizes sobre os assuntos públicos são ainda mais superficiais [...]”
(TORRES, 1933b: 49)

5.1 – Os “mandarins” brasileiros

Um pensamento, guardando sua pequena originalidade, é tributário de um conjunto de idéias que governam as práticas sociais, e é parte de um tecido cultural que nos envolvem e limitam as idéias a um padrão discursivo que se afirma como verdade. Na já conhecida afirmação de Geertz(1989: 15): “[...] Acreditando como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significações que ele mesmo teceu [...] a cultura [é] essas teias e sua análise, portanto, não como uma ciência experimental me busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. [...]”. Muito além dessa afirmação, Geertz avança, ou radicaliza, a perspectiva da ação em Max Weber, quando já pressupõe que a compreensão da ação pelo indivíduo já é dado pela própria ação.

Minha divisão segue os problemas e debates que se emergem na crise do Império e na construção do projeto republicano e os problemas de se constituir uma interpretação de nosso povo, de nossa cultura e de nossa nacionalidade. Os pioneiros seriam os intelectuais do começo e do declínio da Primeira República, período que podemos verificar um campo intelectual-político onde o debate é mais de ideologia do que de fundo “intelectual-acadêmico”. Seguindo os temas da formação do povo brasileiro, de nossa cultura e organização social e da constituição de nossa nacionalidade, desenvolvem os elementos de seus projetos políticos de intervenção na realidade brasileira, apontando mais sua posição política mascarada pelo discurso, pouco elabora em verdade e repleto de referências confusas, que claramente uma discussão de caráter teórico.

Cabe aqui compreender quem seriam estes intelectuais-políticos, que formavam um verdadeiro “mandarinato” brasileiro.

A idéia de um “mandarinato” é retirado do brilhante trabalho de Ringer (2000). Para Ringer há três formas diferentes de se explorar as idéias do passado, entre elas, a que melhor se apresenta aqui, é a exploração *ideológica* das opiniões de, por exemplo, um homem dentro de suas orientações psicológicas ou sua posição social ou econômica. Como observa Ringer (2000:22):

“[...] Ficamos mais à vontade com a exploração ideológica quando tratamos de doutrinas que ou são demonstravelmente errôneas ou foram definidas de forma tão vaga que em sua essência não são passíveis de comprovação. Em outras palavras, tendemos a preferir a seqüência lógica no caso dos ‘fatos’, das ‘descobertas’ ou das ‘verdades’, e a explanação ideológica no campo das ‘visões’, das generalizações indefensáveis e das ‘racionalidades’. [...]”

O tipo ideal proposto por Ringer para estudar o cenário Europeu é o do “mandarin”, definido simplesmente como a elite social e cultural que deve seu *status* muito mais às qualificações educacionais do que à riqueza ou aos direitos hereditários (RINGER, 2000:22):

“[...] O grupo constitui-se de médicos, advogados, clérigos, funcionários do governo, professores de escolas secundárias e professores universitários, todos eles com diplomas de curso superior, concedidos com base na conclusão de um currículo mínimo e na aprovação num conjunto convencional de exames. Os ‘intelectuais mandarins’, principalmente os professores universitários, preocuparam-se com a dieta educacional da elite. Preservam os padrões de qualificação que permitem a afiliação ao grupo e agem como porta-vozes em questões culturais.”

O esforço dos mandarins está na construção do Estado não como objeto do governante nem para os governados como um todo, mas para os “homens de cultura” e por meio deles e de seus ensinamentos. (RINGER, 2000:27)

A análise de Ringer se restringe a realidade alemã, mas claramente se aplica à realidade brasileira de forma bastante direta, como pode ser observado nas páginas do livro de Adorno (1988).

Ao estudar a vida acadêmica paulista, sua formação liberal e suas relações com a política de Estado durante o período imperial, Adorno procura analisar a formação do liberalismo brasileiro – “arte da prudência e da moderação” – entre os intelectuais-profissionais-políticos formados pela escola do Largo São Francisco (ADORNO, 1988:19):

“[...] processo de formação cultural e profissional dos bacharéis em São Paulo, durante o século XIX, no contexto de emergência da ordem social competitiva na sociedade brasileira e da solidificação do liberalismo econômico e político enquanto ideologia dos estratos sociais dominantes, saídos vitoriosamente da revolução descolonizadoras.”

O estudo de caso que realiza, da formação dos intelectuais no horizonte mais amplo de organização da cultura jurídico-política brasileira, lhe permite afirmar na formação de um mandarinato de bacharéis em Direito, concentrados às voltas de um Estado que, a rigor, se constitui como um “imenso arquipélago de magistrados”. (ADORNO, 1988: 20)

Os profissionais da lei, dentro do Império, enquanto categoria sócia, mantinham irrefutáveis compromissos com as estruturas de apropriação econômica e de dominação políticos, “legalizando” os interesses das classes dominantes. Realizavam a articulação com

outras instancias do poder, de suas práticas políticas, de seus rituais de produção de verdade.
(ADORNO, 1988: 20)

Dentro do mesmo tema da formação do pensamento legal no Brasil, Carvalho (1980) recua no tempo para mostrar que as raízes da dependência em relação ao domínio ideológico dos juristas e magistrados têm sua marca na própria estrutura vinda de Portugal.

A aristocracia portuguesa dependia do emprego na burocracia do Estado para a sua sobrevivência, donde sua dependência em relação ao Estado e seu crescente caráter parasitário. Os juristas e magistrados exerceriam um papel de maior importância na política e na administração portuguesa e posteriormente na brasileira devido a sua constituição como uma elite sistematicamente treinada. (CARVALHO: 1980:28-29)

No Brasil, foi principalmente a herança burocrática portuguesa a base para a manutenção da unidade e estabilidade da ex-colônia. Uma elite homogeneia possuía um projeto comum e agia de modo coeso, lhe dando enormes vantagens sobre as elites rivais, e, principalmente, maiores se tornam as suas condições de agir politicamente com eficácia. (CARVALHO: 1980:31-32)

Elites políticas no Brasil, homogeneizadas ideologicamente pela sua formação jurídica em Portugal, o treinamento no funcionalismo público e o isolamento ideológico em relação a doutrinas revolucionárias era a marca do modelo político burocrático aqui implantado. Após a Independência, as elites se reproduziram de forma semelhante ao concentrar a formação de seus futuros membros em duas escolas de direito, ao fazê-los passar pela magistratura, ao circulá-los por vários cargos políticos e por várias províncias. No entanto, a ausência de conflitos políticos devido a homogeneidade da elite no Brasil, levou a ausência ou quase ausência de conflitos, mas também teve como consequência a redução de um dos poucos canais disponíveis de mobilidade social ascendente. (CARVALHO: 1980:36-37)

Tanto Alonso (2000) como Carvalho (1980) apontam o declínio das elites políticas no último quartel do século XIX devido a perda de parte de sua homogeneidade inicial, principalmente pela grande redução do número de funcionários públicos e pelo aumento dos advogados; que faziam forte pressão por maior representação de interesses dentro do Estado. A crise irá estourar junto à geração de 1870, como demonstra o trabalho de Alonso (2000).

Antes disso, os jovens formados pela Academia de Direito de São Paulo mantinham sua formação, inspirados principalmente pelo liberalismo. O interessante, marcado a tinta por Adorno, é que o liberalismo não se opunha ao autoritarismo ou ao centralismo do Estado Imperial.

A resposta para isto está na própria forma como o liberalismo entra em debate no Brasil. Não existe um dilema liberal, mas um dilema democrático: as forças populares foram expulsas do âmbito institucional e silenciadas as reivindicações verdadeiramente democrática. (ADORNO, 1988:25)

A estrutura que formavam os “mandarins” do Império ganha um fôlego “transformador”, ou sendo menos drástico, um mecanismo que permitiu sua própria atualização, sem com isso mudar sua base. (ADORNO, 1988:25):

“[...] pouco a pouco o liberalismo moderado e conservador, distantes das preocupações em democratizar a sociedade brasileira, passou a informar a ação política-partidária de homens que acabaram se configurando verdadeiros artífices do Estado Nacional, Estado patrimonial articulando a práticas típicas do modelo liberal de exercício do poder.”

O importante é termos bem claro que o modelo de ensino aplicado nas Academias de Direito servil mais a formação de um “mandarinato” dentro das elites e que contribuía para a formação de membros representantes dessa elite, mas mais que isso funcionou na socialização dos membros das elites. Vindos de famílias aristocráticas, fazendeiros, fechados no mundo das relações de dominação das fazendas, “embrutecidos”, os jovens filhos dessa elite embarcavam para as cidades em busca de uma educação urbana, “civilizada”, educada dentro

dos modelos de civilidade e disciplina pública. Além do mais, não eram os bancos das faculdades que formavam esses jovens, mas o ambiente extra curricular que verdadeiramente significava a sala de aula na formação social, intelectual e cultural. Os bacharéis eram uns tipos de intelectual educado preferencialmente para a atividade política e disciplinado para reproduzir o modo pelo qual o liberalismo via, no século XIX as relações sociais nessa sociedade. (ADORNO, 1988:27)

O liberalismo moderno brasileiro, anti-revolucionário, pôs à nu seu caráter essencialmente instrumental (ADORNO, 1988:33-34):

“[...] Despojado de suas raízes anticlericais e distantes dói universo social e intelectual que fez do liberalismo europeu a ideologia negadora dos reis fundamentais da submissão do trabalho ao capital, os princípios liberais na sociedade brasileira pré-indepêndencia adquiriram sentido predominantemente antimetropolitano. Significaram, quando muito, a luta contra os monopólios e privilégios instituídos e apropriados pela coroa portuguesa.”

Mais uma vez, Adorno (1988:54) deixa bem claro como a estrutura de poder se relacionava com o modelo liberal “formal”, estabelecendo uma estrutura de poder bastante específica:

“[...] resultado de uma forma de dominação tradicional, cujas características de constituição de um quadro administrativo e de uma organização jurídica se opõem à dominação burocrático-legal, esta ultima considera fenômeno típico da sociedade moderna e inerente à formação do capitalismo moderno. Nesse particular, é sopejamente conhecida a hipótese de que o tipo de dominação aqui instaurado repousou sobre uma forma de legitimidade que impediu o desenvolvimento histórico da democracia na sociedade brasileira, criando à forma da organização social competitiva e conseqüentemente propiciando emergência do capitalismo.[...]”

A ordem escravocrata somente foi possível à medida que o liberalismo se tornava cada vez mais conservador e distante dos princípios democráticos. O Estado Nacional na monarquia estava dominado por juizes, secundado por parlamentares e funcionários de formação profissional jurídica, estabelecendo uma verdadeira *intelligentzia* profissional

liberal dentro de uma ordem social agrário-escravista que possibilitou a separação entre poder doméstico e poder público, fundamental para a emergência de uma concepção de cidadania; além de uma consciência nacionalista, fundada em bases ético-jurística e que encontrou nas teses liberais seu ponto de convergência. (ADORNO, 1988:78)

Em resumo, a Academia de Direito formou um tipo de intelectual produtor de um saber sobre a nação que ia além ao jurídico, que avançou sobre outros saberes: intelectuais, educadores e disciplinadores, do ponto de vista político e moral, segundo teses e princípios liberais.

Apesar da natureza essencialmente conservadora do ensino jurídico, na sociedade brasileira, que tinha por objetivo promover a sistematização e integração da ideologia jurídico-político do Estado Nacional –vale dizer, liberal – não foi capaz de impedir uma certa independência da instituição a despeito do controle monárquico.

O Largo de São Francisco possuía uma imprensa expressiva, produzida por jovens, que traduziam a defesa dos direitos individuais e das liberdades públicas. Os grandes sistemas filosóficos eram frequentemente conhecidos através de “filósofos menores” ou por interpretes nem sempre autorizados. A assimilação se dava por intermédio de um paciente estudo solitário, que transformava o lente de Direito em potencial autodidata e o bacharel em homem voltado para a solução de questões da vida política e social. Esta situação de ecletismo filosófico possibilitou que novas correntes de filosofia jurídico-política aparecesse entre os estudantes e se expressassem, preferencialmente, nos institutos e na imprensa acadêmica, divulgadas por leituras particulares que alguns muitos estudantes se seduziam, e cujo acesso se devia seja pelas viagens ao exterior ou por contatos com viajantes. É o caso do positivismo que foi introduzido, principalmente, na imprensa acadêmica, sobretudo a edição do jornal *A República* (1876), órgão do Clube Republicano Acadêmico. (ADORNO, 1988:102-103)

Os primeiros interesses no Brasil pelas obras de Comte datam de 1837, em especial em teses defendidas na Escola da Marinha, nas Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro e na Escola Politécnica, que vão se alongando por toda a década de 1850. Contudo o positivismo ocupou um espaço pequeno entre os intelectuais brasileiros até a década de 1870, quando se torna uma moda nacional. Sua notoriedade se dá em 1874, quando Pereira Barreto publica *As três filosofias: filosofia teológica*. O trabalho de Pereira Barreto populariza-se também através da imprensa, onde o tema se constitui em instruir uma explicação positivista dos grandes problemas nacionais. Mas é em São Paulo que o movimento, a principio tem mais força. (ALONSO, 1996:112-113)

Aqui observa Adorno (1988:111-112)

“À medida que as transformações sociais promoviam diversificações nos padrões de comportamento urbano e solidificavam a presença da Academia de Direito no cenário político-cultural de São Paulo, o teor dos conflitos entre o próprio corpo docente sofreu significativa alteração de sentido. Os atritos politizaram-se. Em lugar de acusações pessoais, as lutas passaram a se situar no terreno das alianças e dos desacordos políticos. Os conflitos, pouco a pouco, adquiriram cunho político-partidário acentuado. Não raro os conflitos entre lentes se associavam à defesa de liberdades públicas. Aproximando-se a década de 1870, trouxeram em seu bojo as marcas do abolicionismo e do republicanismo.”

Não estendendo mais no argumento de Adorno, em que deixa bem claro que o papel da Faculdade de Direito de São Paulo, além de formar quadros para a burocracia do Estado, também atuou na consolidação de uma educação urbana e uma formação solidária entre os jovens membros da elite brasileira, que irá se manifestar em alianças no futuro. Mais que isso, a própria flexibilidade vivida dentro do meio acadêmico, abriu espaço para doutrinas que permitiam contestar o regime e a entrada do pensamento abolicionista e republicano.

O próprio positivismo ganhara formas variadas, que se dispersarão pela imprensa acadêmica e os embates políticos.

Silvio Romero que fará pouco mais tarde uma crítica ao positivismo, onde percebe no spencerianismo um novo movimento emergente capaz de substituir o positivismo sem, no entanto, negar-lhe o mérito. Isso acontecera pela década de 1890. (ALONSO, 1996:116) E será uma nova vertente de pensamento dentro do já lotado mundo de idéias que transitam pelas elites.

Para concluir esta sessão é importante o destaque que da Carvalho (1980:40)

“[...] o fato de que a elite formada por desígnio políticos e foi parte fruto da própria estrutura estatal por ela criada, e não surgiu simplesmente porque havia uma demanda social. [...] Igualmente, ao cair a elite, não a substituiu outra adequada às novas tarefas exigidas pelas transformações havidas na economia e na sociedade. Pelo contrario, os anos iniciais do novo regime iriam parecer de grande falta de elementos capacitados, tendo-se muitas vezes que recorrer ao políticos da antiga escola. Na verdade, os lideres republicanos que mais salientariam na consolidação da República seriam os remanescentes da elite imperial, como Prudente de Moraes, Campos Sales, Afonso Pena, Rodrigues Alves, etc.”

5.2 – Uma biografia: o contexto da produção intelectual

Alberto Torres é vitimas de leituras que reduzem a contribuição de seu pensamento na consolidação de nossa nacionalidade. Mais do que isto, muitas leituras apenas servem para rotulá-lo de “pensador do autoritarismo”, “representante de uma ideologia de elite” ou qualquer outro adjetivo que serve menos ao entendimento do papel assumido por este pensador na formação de nossa história intelectual. Também nos impede de lhe dar o devido papel na formação de nosso Estado nacional e na constituição de nossa modernidade.

O que exige um esforço de construir, pela biografia pessoal e a produção intelectual, os elementos que permite demonstrar a fragilidade destes argumentos, ou mais, o preconceito que se estabelece de antemão em relação a Alberto Torres. Há uma explicação para este estado de rejeição a primeira hora de seu pensamento. Após produzir seus escritos em um

contexto especial, é descoberto em diferentes contextos e instrumentalizado em diferentes situações. Aqui exige fazer o percurso biográfico que permite compreender sua produção política e intelectual.

Realizar uma biografia intelectual de Alberto Torres adquire uma dificuldade adicional, dada às poucas fontes existentes. Mesmo muito limitado, elas existem. Contudo, muitos são de extrema parcialidade, deixando lacunas preenchidas com laudatórios elogios. Pistas permitem contestar, contextualizar e mesmo completar as lacunas, o que faz o trabalho saborosamente difícil. Assim, para o bem e para o mal, lancei mão de apenas dois biógrafos: Sabóia Lima (1935) e Lima Sobrinho (1968). A escolha se deu pelas constantes referências feitas aos dois em diversos trabalhos sobre o período e dentro do período delimitado por este trabalho.

Sabóia Lima foi um dos membros entre os seguidores de Alberto Torres e participante dos saraus promovidos por ele. A edição que faço uso é parte da coleção Brasileira, sendo a segunda edição. A primeira foi escrita pouco depois da morte de Alberto Torres ou mesmo durante o período em que conviveu com seu mestre. Não há referência direta a data da primeira edição, mas o prefácio de Carlos Pontes – outro membro do grupo de discípulos de Alberto Torres – nos oferece pistas para que possa ser feita esta dedução. Mais uma vez sou obrigado a destacar a importância da **Coleção Brasileira**, não apenas por ter publicado uma série, documentalmente, importante para entender a formação do pensamento social brasileiro, e por ter sido a série oficial do período Vargas e do Estado-novista. Nesta edição foram publicados os dois livros mais importantes de Alberto Torres – pelo menos para a doutrinação da época – o fazendo retornar ao cenário político: **Organização Nacional e O problema nacional brasileiro**. Além destes livros foram lhe dedicado duas biografias.

A biografia de Barbosa Lima Sobrinho (1968), funciona mais como um acerto de contas do autor com o pensamento de Alberto Torres. Tem um tom exaltado, mas procura

garantir o “sentido de verdade” de suas palavras fazendo uso não apenas das fontes documentais, mas de entrevistas realizadas com parentes e discípulos de Alberto Torres. É interessante que Lima Sobrinho participou de boa parte da história a ascensão de Getúlio Vargas, sendo também uma fonte viva da época (pelo menos enquanto estava vivo). Limitações de um período bastante contraditório, Lima Sobrinho, como muitos outros que depois abandonaram tal pensamento, participou do Movimento Integralista. Sobre estes pequenos deslizes públicos, sempre tenho em mente a introdução de *Raízes do Brasil* (1976) feita por Antônio Cândido (p. XXI), onde ele nos lembra que o Movimento Integralista surgiu para muitos intelectuais da época como o único espaço de organização política. Condenar muitos por sua participação nesse grupo seria extremamente equivocado. Muitos após todos os acontecimentos da época vão assumir posições as mais diversas, indo do conservadorismo a posições mais liberais e democráticas. O Integralismo, retirada sua doutrina autoritária, serviu como grupo de apoio aos diversos intelectuais que não tinham uma instituição que o permitisse associar-se formalmente a outros intelectuais, inspirados por Alberto Torres, para formarem uma unidade em defesa de um projeto nacional. Afirma Candido (1976: XXI)

“Caberia aqui [...] uma reflexão desapassionada sobre esses adversários da mesma geração em geral integralista. Apesar da estima que tínhamos eventualmente por alguns deles, nós os reputávamos representantes de uma filosofia política e social perniciosa, sendo, como era, manifestação local do fascismo. No entanto, a distância mostra que o integralismo foi, para vários jovens, mais do que um fanatismo e uma forma de resistência reacionária. Foi um tipo de interesse fecundo pelas coisas brasileiras, uma tentativa de substituir a platibanda liberalóide por algo mais vivo. Isso explica o número de integralistas que foram transitando para posições d esquerda [...].”

Alberto Torres é o primeiro teórico a buscar uma nova ordem no que se entendia como princípio “caótico do liberalismo republicano” tratando, através de uma proposta revisionista da Constituição de 1891, de reformular a direção política e organizar teoricamente a prática desorganizada da experiência dos primeiros republicanos.

Seu pensamento nacionalista é inicialmente marcado por preocupações cosmopolitas – de sensibilidade pelos problemas mundiais, oferta de soluções para a paz, erudição atualizada com as doutrinas, etc. – procurando medir as distâncias que separam os “povos novos” do estágio superior de civilização. Contudo, suas preocupações deslocaram-se dos temas como a “paz mundial” para adquirir uma maior proximidade com os desajustes internos do estágio econômico das sociedades industriais quando se legitima pela defesa da nação, num programa nacional. (MARSON, 1979: 90)

Seus dois primeiros livros *Vers la paix* (1909) e *Le problème mondial* (1913) são dedicados ao estudo do comércio internacional e do problema da paz entre as nações. É bastante clara a razão do uso da língua francesa na redação destes livros, pois era a língua dominante no meio intelectual. Já os livros **O problema nacional brasileiro** e **A organização nacional** (1914) apresentam temas práticos e o seu projeto de organização e consolidação de nossa nacionalidade. Esta mudança de tema pode ser bem compreendida observando sua biografia. Quando escreve seus últimos trabalhos está encerrando uma carreira dentro da administração pública passando por todos os níveis de poder (legislativo, executivo e judiciário) o que o ligava diretamente aos problemas nacionais que eram vividos no dia-a-dia.

É importante destacar que a produção de Alberto Torres não foi, ou foi pouco, reconhecida pelos seus contemporâneos. Ele ressurgiu entre intelectuais-políticos da década de 1920, servindo como fundamentação de suas reivindicações e, em especial, após 1930. Este é um dos pontos que irei defender no capítulo seguinte. Na década de 1920, o pensamento nacionalista de Alberto Torres será retomado, ainda que de forma tortuosa, sendo nome constantemente citado. Mais do que isso, falar de Alberto Torres significava legitimar um pensamento que se formava entre os jovens desta geração, já afeitos pelo pensamento republicando e acidamente críticos dos rumos tomados, como é o caso de Plínio Salgado, em

sua fase modernista, mas mais especificamente, nos seus escritos dentro do movimento Integralista. Como também Azevedo Amaral e, é claro, Oliveira Vianna. Não podemos deixar de mencionar o trabalho de manutenção e difusão feito pela “Sociedade Amigos de Alberto Torres”. Assim, diversos pensadores, principalmente de matriz conservadora e defensores de um regime autoritário, se valiam das palavras de Alberto Torres mais que de suas idéias para justificar as próprias palavras e ações.

O Estado centralizador, as normas de organização da sociedade e o sistema representativo semelhante ao corporativismo haveria de ser o seu maior legado histórico, em detrimento dos componentes liberais compensadores. Alberto Torres torna-se “pioneiro” de uma ideologia nacionalista de caráter autoritário. É através de seus estudos que se inicia um processo importante em nossa história intelectual: os estudos de caráter nacional, com o objetivo de responder ao desenvolvimento da jovem nação e definir rumos políticos deste desenvolvimento. (MARSON, 1979)

Alberto Torres revê o liberalismo político e econômico no Brasil e, sendo o principal nome da ideologia nacionalista, irá ter forte influência nos jovens do Exército – o chamado Tenentismo – e nos ideólogos do Estado Novo. É dos escritos de Alberto Torres que se tiram fundamentos para sua legitimidade burocrática, autoritária, alegadamente descomprometida de “interesses sociais” a serviço de um regime político voltado para a industrialização e para o controle de suas perigosas conseqüências.

Mas não posso deixar de apontar o fato de que este processo de construção e apropriação do pensamento de Alberto Torres tem toda uma história, um contexto, que marca a produção das idéias, assim cabe prosseguir com a biografia de Alberto Torres, sem esquecer que aqui ela não tem o objetivo de explicar, mas de oferecer pistas.

O que marca mais profundamente o pensamento de Alberto Torres sendo sempre referência para toda a sua trajetória político-intelectual serão os anos de propaganda republicana que nasce nos bancos das faculdades de direito e a luta pela abolição.

É em plena República e na convulsão deste tempo que Alberto Torres traçara sua trajetória político-intelectual, encontrando sua forma máxima com os anos de Governo Vargas, onde será referência constante entres os intelectuais que participaram do processo político que se desenrola nestes anos. Cabe inicialmente deixar claro o período em que estamos falando.

A passagem da Monarquia à República no Brasil trouxe rearranjos políticos importantes, sem alterar significativamente os atores que dominavam a cena política. Os chamados “republicanos históricos” dividiam o cenário político com os chamados “republicanos de última hora” e boa parte das tensões política se localizava em antigas rixas.¹³ Além de Alberto Torres, seus colegas da Faculdade de Direito, em especial Raul Pompéia, entre outros nomes foram fortes propagandista e nomes constantes entre a juventude que lutava contra a velha estrutura do Império.

Quando dos primeiros momentos da proclamação do novo regime, nomes como o de Lopes Trovão, Silva Jardim, Quintino Bocaiúva, entre muitos outros se ligavam e tiveram influência na atuação política de Alberto Torres. Muitos tiveram participação direta na proclamação, como Bocaiúva que esteve junto ao Marechal Teodoro da Fonseca e assinou a carta de proclamação da República. Outros tantos tiveram uma participação marcada pela propaganda e pela mobilização popular, o que lhes diminuía a participação na condução do regime. Alberto Torres sempre manteve uma posição moderada, ainda que sendo um nome importante entre os propagandistas da República. Entre os representantes da velha estrutura, se destaca o Conselheiro Paulino, filho do líder conservador Visconde do Uruguai.

¹³ Sobre as tensões entre “republicanos históricos” e os “de ultima hora”, ver para o caso do Rio de Janeiro: FERREIRA (1989) e FERREIRA (1994).

Conselheiro Paulino terá uma forte participação política nos primeiros anos da república, influenciando diversas ações políticas e defendendo interesses dos grupos que representava, a oligarquia rural e conservadores da monarquia que se viram obrigados a aderir ao republicanismo depois de ver seus interesses prejudicados com a abolição da escravidão. Os velhos homens ligados à política imperial ainda detinham muito de sua influência política, além do controle de regiões importantes, o que exigia a aliança entre velha e nova ordem. Obviamente, havia um descompasso – e conseqüente desconforto – entre os representantes da ordem imperial decadente e da nova ordem republicana que não sabia se seriam capazes de consolidar seu poder. O imperador foi banido do país, mas o poder imperial convivia com uma República ainda dúbia. Seguimos com a descrição.

Assim, me cabe algumas reflexões sobre as idéias que nascem já na juventude de Alberto Torres e fazer aproximações com a sua prática política. Terei que deixar algumas lacunas na biografia, principalmente àquelas mais particulares a sua infância, ou mesmo de momentos de sua formação como escritor de poemas e que pouco ou nada dizem sobre o que queremos tirar de sua vida intelectual.

Antes de falar sobre Alberto Torres é necessário começar com uma pequena pista. Seu pai, Manoel Martins Torres, magistrado, formado em direito pela Faculdade de São Paulo, senador da República, político influente “facilitou” a entrada do filho na vida política, além de ter sido seu principal aliado quando Alberto Torres assumiu cargos no executivo.

A pista importante, Martins Torres se tornou grande amigo de Prudente de Moraes e Campos Sales, quando estes moravam no pensionato de sua mãe em São Paulo (LIMA SOBRINHO, 1968:15). Coincidência ou não, Alberto Torres terá cargos importantes no governo dos “amigos de seu pai”. Não seria mera coincidência a sua nomeação como Ministro da Justiça no Governo de Prudente de Moraes e Ministro do Supremo Tribunal no Governo Campos Sales? (Ver LIMA SOBRINHO, 1968:33) Como fato constante de nossa história

política, Alberto Torres seguiu uma trajetória definida pelos laços pessoais formados nos bancos das faculdades.

Seguimos com o jovem Torres... Nascido em 26 de novembro de 1865 no Porto das Caixas, Município de São João de Itaboraí, Província do Rio de Janeiro, estudou em colégios cariocas e iniciou o curso de Medicina no ano de 1880, com 14 anos, por licença especial obtida mediante decreto do governo do Império. Sem qualquer vocação, abandonou o curso no terceiro ano e seguiu para São Paulo, para a Faculdade de Direito em março de 1882. Vai concluir o curso em Recife, em 1885, tal como demais colegas, por dificuldades com o professor de Direito Criminal.

É na Faculdade de Direito que irá ser influenciada pelo pensamento político e social liberal, tendo uma grande atividade em prol da abolição e da república; as duas grandes idéias da mocidade de então que se manifestou logo no seio dos clubes acadêmicos e pelas colunas dos jornais liberais da época.

Com Luiz Murat, Gaspar da Silva e Xavier da Silveira fundou o Centro Abolicionista de São Paulo. No mesmo período fundou o jornal *Ça Ira*, republicano e abolicionista. Com Figueiredo Coimbra, *A Tarde*, também republicano e abolicionista.

Já pelos anos de 1880, as duas Faculdades de Direito do Brasil eram núcleo efervescente de abolicionismo e de republicanismo. Mesmo no Recife, onde a influência de Tobias Barreto valorizava o debate doutrinário e filosófico, o tom propagandista da voz de Castro Alves (morto em 1871) ainda ecoava entre os jovens estudantes.

Em São Paulo, os aspectos políticos ocupavam o primeiro plano, sem prejuízo dos debates filosóficos, que Luís Pereira Barreto se destinava à divulgação das idéias de Augusto Comte.

O jornal propagandista mais importante da época será *A República*, fundado em 1876, como órgão do Clube Republicano Acadêmico. Teve inicialmente como redatores: Laurindo

de Carvalho, Manhães de Campos, Brasília dos Santos, José Gomes Pinheiro Machado, Adolfo Gordo, entre outros nomes que garantiram a sobrevivência do periódico. Já em 1883 incorporam-se à sua redação Álvaro Chaves, Xisto Barbosa, Pádua Sales, Xavier da Silveira, Borges de Medeiros, Germano Hasslocher, Bartolomeu de Assis Brasil, Vicente de Carvalho, Alberto Torres, Venceslau de Queirós. Boa parte destes nomes, muitos representantes de famílias influentes, irá circular, com maior ou menor participação, no cenário da República.

É em *A Idéia* que Alberto Torres publicará seus primeiros trabalhos, como observa Lima Sobrinho (1968:35): “num gênero que não chegaria a cultivar com maior persistência: a crítica literária.” A contar pelos exemplos apresentados por Sabóia Lima e Lima Sobrinho, é uma grande felicidade que tenha abandonado este gênero tão rapidamente para se dedicar ao debate político.

Escreve Lima Sobrinho (1968:37) um trecho de um artigo que Alberto Torres irá escrever em *A Idéia*:

“[...] louvando a criação de Clubes Republicanos nas Províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, exalta a descentralização como ‘o único governo admissível e o único capaz de satisfazer, na atualidade, as complicadas exigências da governamentação dos povos’. Era um rapaz de dezoito anos que assim se manifestava, em torno desse proplema político.” (grifos meus)

A última frase de Lima Sobrinho – Era um rapaz de dezoito anos... – me vem em tom melancólico, pois os anos iriam passar e este discurso terminaria nas sombras – não esquecido – abandonado desesperadamente pela impossibilidade de sua efetivação.

Em começos de 1885, parte para o Recife, juntamente com sua turma, entre os nomes que figuravam estavam Raul Pompéia e Xavier da Silva. Quando cursava o terceiro ano, um conflito com o professor Leite de Moraes de Direito Criminal, de quem Alberto Torres fizera uma crítica no *Diário Popular*, o obrigou a partir. (SABOIA LIMA, 1935)

Lima Sobrinho (1968:43) fala sobre este episódio:

“[...] Da pasta que lhe foi destinada, no arquivo da Faculdade de São Paulo, não consta a aprovação no terceiro ano. O próprio Alberto Torres contava aos íntimos que não conseguira transpor a barreira do terceiro ano, indispondo-se com o professor de Direito Criminal, Leite de Moraes, por força de discordância de opinião em face da própria matéria. Sabóia Lima recolheu, no seu livro, essa informação, que Mendonça Pinto confirmou.”

Concluído o seu curso aos 21 anos de idade (1886), retorna ao Rio de Janeiro e abre sua banca de direito. A participação na propaganda republicana não o habilita a pleitear cargos públicos, o que o obrigaria a renunciar a suas idéias. Na profissão liberal de advogado, conta com o apoio de suas relações pessoais no jornalismo e do prestígio do nome de seu pai, Dr. Martins Torres, Juiz de Direito de uma das Varas da Corte. Não há referências sobre o tempo que se manteve neste trabalho, mas acabou abandonando-o. Lima Sobrinho tem a hipótese de que não tinha os predicados necessários a profissão como a aceitação do que há de formalismo no Direito e a rigidez de espírito, para considerar excelentes as causas e argumentos de seus constituintes. (ver LIMA SOBRINHO, 1968:57-59) Bem verdade que seu pensamento republicano não poderia aceitar por muito tempo a estrutura que mantinha o poder da Monarquia. Mas isto é apenas uma hipótese, não uma verdade comprovada...

É ao retornar ao Rio de Janeiro que terá início a sua vida pública e sua atuação política. É interessante que toda sua ascensão política se deu de forma rápida, da mesma forma que sua saída da vida pública.

Em 1889 funda o Clube Republicano de Niterói (SABOIA LIMA, 1935:15-16):

“[...] saindo em propaganda da República, realizando conferências e organizando o partido pelo interior da província. Nomeado promotor público pelo conselheiro Carlos Afonso, que então governava a província, não aceitou o cargo, embora seu pai fosse o chefe do partido Liberal. Lançou então ‘O Povo’ que se tornou o órgão do partido republicano da província. Foi, por essa época, apresentado candidato a deputado geral pelo 4º distrito, obtendo grande votação [...]”

Alberto Torres figurava entre os principais nomes ao lado dos grandes chefes, como Saldanha Marinho, Glicério, Quintino Bocaiúva, Campos Salles, Aristides Lobo, Silva Jardim e outros.

Apesar de sua posição francamente abolicionista e republicana, não vê com bons olhos o radicalismo de membros como José do Patrocínio e Luís da Gama, preferindo seguir a orientação do líder moderado Quintino Bocaiúva (FERNANDES, 1997:79):

“[...] é após a Abolição que os conflitos internos do Partido Republicano se acirram, opondo Silva Jardim e Quintino Bocaiúva. A cisão iminente do partido leva Alberto Torres a intervir e mostrar que a questão era apenas a existência de duas alas no partido, não havendo, portanto, necessidade de se chegar a ruptura. Porém, quando Silva Jardim advoga a República Popular, criada a partir de um processo revolucionário, Torres se afasta deste, mostrando a necessidade de se criar uma República Democrática e não uma República inspirada na ditadura positivista [...]”

É como deputado constituinte da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, já em período Republicano (1892), que começa a se desencantar com a vida partidária e parlamentar, pouco afeito aos debates e mais atuante nas comissões de projeto, em especial o que redigiu a nova constituição do Estado. (FERNANDES, 1997:83)

Em 1893 é eleito para a Câmara Federal em eleição avulsa, completando o mandato de um deputado que havia renunciado. No ano seguinte volta a ser eleito para a segunda legislatura na Câmara Federal. (FERNANDES, 1997:85)

Em 1896 é convidado por Prudente de Moraes para ser Ministro da Justiça.

Em 1898 Alberto Torres é recém-eleito presidente do Estado do Rio de Janeiro; onde agrava-se o quadro de instabilidade política do Partido Republicano Fluminense. Alberto Torres decide afrontar a cúpula do partido. Os motivos comumente mencionados referem-se à independência de Alberto Torres, tanto no tocante à organização de seu secretariado quanto no encaminhamento do conflito campista (FERREIRA, 1989:15):

“Do ponto de vista político-ideológico, enquanto a cúpula do partido era marcada por um maior compromisso com o passado imperial, traduzido na continuidade da liderança do Conselheiro Paulino desde a década de 1870, o grupo de Alberto Torres abrigava políticos mais jovens, influenciados pelas lutas abolicionistas e republicanas. É bem verdade que essas diferenças não eram intransponíveis, tanto que Alberto Torres também contaria entre seus aliados com ex-monarquistas conservadores como o Barão de Miracema. Na verdade, as duas facções compartilhavam de interesses de classe comuns.”

O conflito dentro da elite fluminense tinha um componente de curto prazo, marcado por disputas personalistas pelo poder; por outro lado, há as divergências e dificuldades de fundo, que se não foram o estopim imediato da cisão, forneceram munição para que conflitos e divergências antigas e substanciais se acirrassem, fazendo explodir a crise.

Em 30 de dezembro de 1897 tomou como prioridade de seu governo o estabelecimento de uma política agrícola que visasse a diversificação da produção e a mudança da base tributária, que deixaria de ser ancorada sobre a produção para ser ditada pela propriedade da terra: em outras palavras, Alberto Torres tentou implantar o “famigerado” ITR (Imposto Territorial Rural), causa de discórdias virulentas entre o Executivo e o Legislativo estadual. (FERNANDES, 1997:87) O imposto tocava diretamente na ferida das elites rurais, se destinava a fazer com que as grandes propriedades fossem vendidas e se formasse pequenas propriedades com produção diversificada para atender ao mercado interno. Dominava na consciência das elites a idéia da terra como expressão de *status* e não lhe agradava ver uma posição como a de Alberto Torres ser vitoriosa, o que levou a um embate violento. Ainda que a lei tivesse passado na Assembléia, a sua plena execução nunca aconteceu. Os elementos dos embates políticos refletem em suas palavras neste trecho (TORRES, 1933b:07-08):

“Quando, em 15 de setembro de 1898, vos dirigi a minha primeira Mensagem, dominava-me completamente o pensamento de fazer a política das soluções administrativas e econômicas as necessidades do nosso Estado.

Absorvera meu espírito, nos primeiros meses do Governo, a ambição de promover a transformação de sua economia, solver sua crise financeira e impulsionar seu progresso intelectual.

As paginas daquele trabalho dão testemunho do desprendimento com que me dispus a deixar em segundo plano preocupações de ordem política e a afrontar, em beneficio da futura prosperidade da terra natal, a impopularidade de reformas antipáticas aos preconceitos e aos interesses de muitos.”

O pensamento de Alberto Torres se encontra marcado pela experiência fluminense e por sua atuação política. Assim suas reflexões, ainda que afirmando um desejo de considerar a realidade nacional, segue sua percepção restrita em relação ao quadro das elites do Rio de Janeiro. O que não significa totalmente contraditório, sendo que o Rio representava o centro político dos debates da república. Assim, analisar o seu desencantamento com a República torna-se a chave para analisar o pensamento de Alberto Torres, principalmente, no que tem de fluminense.

Após a sucessão no governo do Rio de Janeiro, Alberto Torres se afasta da vida política-partidária por escolha própria. Poderia exigir assumir a cadeira deixada por Bocaiúva no senado, mas preferiu assumir o cargo no Supremo Tribunal Federal, indicado por Campos Sales em 1901, onde vai atuar até 1909 quando se aposenta para se dedicar ao que ele dizia ser sua verdadeira vocação, o estudo científico da realidade brasileira. E assim descreve o resultado de sua atuação pública (TORRES, 1933b:09-10):

Ao passar, em 31 de dezembro de 1900, o governo da terra fluminense a meu sucessor, o General Quintino Bocaiúva, já não podia ser tão firme – desiludido, como fora, pelos fatos – a minha confiança no regime político que havíamos adotado; e quando no decurso de alguns anos de magistratura vim a fazer trato mais intimo com a Constituição da República, fixou-se em meu espírito a convicção da sua absoluta impraticabilidade. Fruto de uma revolta sem cultivo prévio na opinião, e sem preparo organizador – surgida, inesperadamente, das trevas da conspiração política, para a realidade, por força de um trabalho subterrâneo, favorecido por alguns acidentes da política imperial: a abolição dos escravos e a moléstia do monarca, principalmente, renunciando, este ultimo, a aproximação do terceiro reinado, antipático, em geral, ao

sentimento popular – a lei máxima da República não é senão uma roupagem de empréstimo, vestindo instituições prematuras.”

Neste trecho bastante citado e com o seu início recortado, sai de cena o “republicano histórico”, o propagandista desde a juventude, para entrar o intelectual desencantado e isolado em suas reflexões. Como já colocado mais acima, Alberto Torres poderia substituir Bocaiúva na cadeira de senador deixada vaga por ele, dentro da tradição política da época. Escolheu o afastamento, muito em função de seu desgaste político, após seu governo no Rio de Janeiro. Preferiu aceitar o cargo no Supremo Tribunal. Nove anos depois aposenta-se e inicia sua atividade “doutrinária”, o que para ele seria sua verdadeira vocação. Deixa claro sua trajetória e suas aspirações (TORRES, 1933b:11-12)

“Se a República e a abolição da escravatura foram ideais gravados em meu espírito com as primeiras pulsações da consciência, o senso de um problema nacional e a ambição de dedicar a vida à obra da constituição nacional, encontram marcos – nas recordações mais remotas do meu coração e do meu cérebro. Cooperar pela força e pelo prestígio da pátria brasileira, por sua organização sob o regime republicano, e pela liberdade dos negros, forma aspirações de toda a minha vida. [...]”

O Prefácio de **A organização Nacional** significa mais que uma introdução ao que vem pela frente, nos próximos capítulos, mas um acerto de contas com seus opositores e consigo mesmo. Não poupa em críticas a sociedade brasileira onde, mesmo desejando que o Estado fosse a corporificação da vida coletiva dos povos, significava em verdade órgão de arbítrio e violência. Mais uma passagem muito conhecida (TORRES, 1933b: 14-15)

“[...] no Brasil, onde a sociedade não chegou a reunir sequer os elementos agregantes da tradição – nem a sociedade existia, nem o Estado; e Estado e sociedade hão de organizar-se, reciprocamente, por um processo mutuo de formação e de educação. Educação pela consciência e pelo exercício. O que vale dizer por um programa, isso’, por uma política: eis o meio de transubstanciar este gigante desagregado em sua nacionalidade.”

Importante notar que alguns anos antes, em Agosto de 1911, quando empossado sócio do Instituto Histórico, Alberto Torres apresenta um projeto de unificação de todos os diversos instituições de difusão do conhecimento para se unirem em uma única Associação onde manteria uma permanente repartição que estudasse os problemas, publicasse e executasse as soluções necessária, a partir do estudo prático de nossa terra e de nosso povo e pelas idéias fundamentadas na prática política nacional, para os problemas morais e materiais de nossa pátria. A repartição sonhada teria o nome de “Centro de Estudos dos Problemas Brasileiros” que buscasse soluções científicas assentadas em ampla base de liberdade e ordem, reunindo os espíritos em torno de um programa conciliador de todas as doutrinas e opiniões.¹⁴ (SABOIA LIMA, 1935: 149-150)

Não sendo capaz de realizar suas aspirações, acaba “assumindo a responsabilidade” de ele mesmo fazer este trabalho justificando seu fracasso devido à própria estrutura política existente (TORRES, 1933b: 17-18):

“[...] se a ‘sociedade política’ é, ainda, de fato, assim, de composto de oligarquias, de grupos, de partidos e de agremiações, permanentes ou passageiras, que exploram certa ordem de posições, e usam de vários ramos da autoridade, em torno de materialismo serviço de política, prestado contra suas desordens aparentes – sintomas de moléstias mais profundas – pondo em ação processos opressivos de liberdade do individuo e de associações de outras naturezas, e usando discriminadamente das forças e faculdades do Estado, enquanto que outras necessidades carecem dos órgãos que as afetam [...] o individuo e a sociedade. Nenhuma instituição humana pode, hoje, legitimar-se, se não tiver por objetivo final estas duas realidades extremas da vida.”

Sua crítica é ainda mais contundente, refletindo os embates vividos quando de sua participação política, em especial quando presidente do Estado do Rio de Janeiro. Dos

¹⁴ Na década de 1950 surge o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiro), agregando ao longo de sua história diversas correntes de intelectuais preocupados com um projeto de organização política, muito próximo ao proposto por Alberto Torres. Muitos de seus membro começaram suas análises a partir das propostas de Alberto Torres, como é o caso de Guerreiro Ramos. Passaram pelo ISEB nomes como Álvaro Vieira Pinto, Nelson Weneck Sodré, Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Rolando Corbisier e outros que, nos anos de 1960, defenderam abertamente o engajamento político da teoria na luta pelo desenvolvimento econômico e social e pela afirmação da Nação brasileira.

embates a certeza da desorganização nacional, é o que deixa transparecer quando (TORRES, 1933b):

“As frases de rebaixamento público, e de anarquia administrativa, resultam da desorganização social e política: e são não sintomas to positivos de desorganização, como o próprio hieratismo dos espíritos de índole magistrativa – inexperiente, em regra, das coisas do governo, que apreciam, com rigidez catedrática, ou apelidos por estério pendor para a polêmica.

Percorremos já vida autônoma bastante longa, para compreender que os faits fevers da política; os abusos do governador deste Estado, as violências daqueles ministros, os escândalos de tal ou qual administração, nem são causas, nem sequer mesmo fatores da anarquia nas coisas públicas, mas consequência do fato capital e mais fundo da desorganização. A organização prevenira tudo isto, ao passo que as reações críticas e judiciais, trazando por programa a regeneração moral da vida pública, não têm efeito senão criar situações de terror – transformando os ‘inocorríveis’ da aurora revolucionária em guilhotinadores do seu meio-dia. O problema da moral pública não chega a ser um problema de aspecto orgânico; e a moralidade fruto necessário de toda obra realmente organizadora não se realiza jamais ao influxo da ‘preocupação moralista’.” (grifos meus)

Ao acertar as contas com seus contemporâneos e com ele mesmo no Prefácio de **A organização nacional**, cabe a Alberto Torres concluir seu projeto, o que faz deixando a obra a ser realizada pelos intelectuais, “verdadeiros políticos pela necessidade cívica e não pelo interesse material”.

Todo seu projeto necessita antes derrubar toda uma série de argumentos que buscam na questão racial o problema da organização nacional. É nesse objetivo que **O problema nacional brasileiro** se destina (TORRES, 1933^a: 23):

“Foi um preparo essencialmente ‘humanista’, o que me depus a realizar, mas ‘humanista’ num dos sentidos contemporâneos da palavra, como expressão de uma filosofia da vida dos fatos, capaz de abrir e de iluminar os olhos, a toda a luz da claridade, para os horizontes do futuro.”

O primeiro passo é o de defender o conceito de nação como originário da vida social como proteção e amparo, valores encontrados na Bíblia e na fé em Deus (TORRES, 1933a: 54-55)

“O espírito da ‘nação’ forma-se [...] como um sentimento coletivo de proteção, de amparo, de assistência e de socorro, prático e efetivos, contra riscos conhecidos e experimentados, entre homens e famílias que vivem juntos, tendo interesses comuns, e sabendo da existência de outros grupos, com os mesmos caracteres, e ligados pelos mesmos interesses, contrários, ou alheios, aos dos seus, e prontos a sacrificá-los a bem da gente de seu sangue.

[...]

A ‘nação’, forma em que culminou a composição social dos grupos da mesma raça, da mesma língua e da mesma religião, desenvolveu-se, ampliou-se, entrelaçando-se com o ‘País’, a ‘Pátria’, o ‘Estado’. Seus atributos alteraram-se e multiplicaram-se; seu caráter modificou-se. [...]”

Ao que discorre sobre os diversos povos que se desenvolveram e modificaram seu próprio sentido de Nação. Além dos países que compõem o velho mundo, Alberto Torres observa a força alcança pelos países novos. É observando a realidade dos países novos que afirmará a inviabilidade de se discutir a constituição nacional através do problema da raça (TORRE, 1993a: 58-59):

“A raça é, de todos os elementos da nacionalidade, talvez o menos ativo. Nenhum dos povos contemporâneos é formado de uma raça homogênea; alguns compõe-se de raças distintas. A Suíça, com a sua população variada, de ordem francesa, germânica, italiana e romaica, contem ramos, ainda hoje radicalmente destacados, dos três grandes tipos étnicos europeus: o tipo nórdico, o mediterrâneo e o branquicefalo central. Os Estados Unidos reúnem representantes de todas as stirpes étnicas; a população austro-húngaro forma um verdadeiro mosaico de variedades humanas, desde os teutos até os descendentes, magiares, dos hunos. Nenhum destes povos deixa de formar uma ‘nação’, moral, política e socialmente. A Suíça e os Estados Unidos, países federados, são nações de forte e vigorosa unidade, no sentimento, no espírito e na harmonia dos interesses. O Brasil conta exemplos de raças extremas, mas só um cuidadoso estudo etnológico autorizaria a classificação de cada alemão de Blumenau como germânico, e de cada italiano, espanhol ou portugueses, de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, como latino.”

Alberto Torres e Manoel Bonfim eram vozes dissonantes em relação aos debates raciais. Ambos criticavam o discurso racial, mas foi Alberto Torres quem, mais radicalmente irá impor ao seu discurso maior tom. Não apenas irá criticar o discurso raciológico, mas, em particular, usava desta crítica para deslocar a discussão para o que ele considerava o verdadeiro problema brasileiro, o da desorganização das instituições e do povo. Em **O problema nacional brasileiro** irá fazer este exercício “de desconstrução do argumento raciológico” para o problema da “organização nacional”. Mas antes era necessário provar a inconsistência do argumento raciológico para assim propor um caminho de organização nacional. Fazendo uso de um conjunto de material de sua época e estudos que pudesse demonstrar a força de seu argumento, Alberto Torres segue o ritual de aceitação de seu projeto, partindo de bases “cientificamente verdadeiras” e não de especulações que “serve a interesses político” e “cegam os brasileiros da verdadeira necessidade de construir nossa nacionalidade”. Afirma Alberto Torres ((TORRE, 1993a: 61-62):

“A idéia de ‘raça’ é uma das mais abusivamente empregada entre nós. A raça é um tipo biológico, e, particularmente, morfológico, da espécie humana. Para que se possa determinar distinção étnica, é mister que se encontrem caracteres físicos e psíquicos, distintamente marcados, de identidade entre grande massa de indivíduos, e de divergência destes com outros grupos. Onde um ou alguns destes caracteres estiverem apagados ou confundidos, deixa de se dar a figura característica da raça, para surgir uma variedade compósita, que se pode estender a uma tribo, a uma classe, a uma nação, ou a uma sub-raça. O número das raças piras é limitadíssimo, sendo poucos, em nossos dias, os exemplos de verdadeiros espécimes de raça, virgens de mesclas. No negro importado para o Brasil, o olhar do etnologista pode encontrar, além da estampa da raça etíope, Brumenbach, ou negroide, de Huxley, traços de malaios e árabes, introduzidos na África, em varias épocas de migração. Todos os tipos mediterrâneos, a que pertencem os nossos colonos antigos e modernos, são mestiços.”

Ao longo do livro seu argumento se desenvolve neste tom, apresentando diversos exemplos e pesquisas. Seu objetivo final é o de definir a nacionalidade, como formada pela unidade de todos os homens e solidários dentro da instituição do Estado como estrutura que

garanta o verdadeiro equilíbrio dos direitos civis. A nação também deve ser o solo de instituições verdadeiramente brasileiras, não renunciando a nacionalidade pela apropriação das empresas que não ficção capital no Brasil.

Lançada a pedra fundamental, é necessário apresentar seu projeto de organização nacional, chamando os únicos possíveis de realizar tal tarefa, os intelectuais.

Em um país em que a maioria da população é formada por analfabetos, e de homens de política ávidos por poder e ganhos próprios, a verdadeira “politicalha” que suga do país sua energia e esplendor, somente homens voltados a reflexão prática da vida social do povo brasileiro. O que significava apresentar um novo método de análise “científico” da sociedade, pela reflexão dos dados empíricos e pela compreensão da verdadeira realidade nacional. Aos homens de ciência e letras que, decepcionados com a República dos homens de ciência e letras diletantes e dos funcionários e administradores públicos corrompidos, caberia construir nossa nação.

5.3 – O projeto de Sólon: o chamado aos intelectuais

“Nenhum povo tem melhores estímulos morais e mais alta capacidade moral que o nosso. Entre poucos, a vida pública terá chegado, entretanto, ao mesmo estado de aparente licença e desmoralização. É um desequilíbrio funcional do critério moral – resultado da desorganização social. [...]” (TORRES, 1933b: 27)

“[...] A desorganização política destrói uma Nação mais do que as guerras” (TORRES, 1933b: 50)

“[...] A Constituição vigente garantiria a unidade política do país. Esta é a verdade constitucional, mas não é a realidade política. No terreno dos fatos a prática do regime inverteu a hierarquia das instituições: a hegemonia política política

pertence aos Estados e não à União.”
(TORRES, 1933b: 75)

*“[...] Os homens políticos da República
são estadualistas por amor local e por
força de interesse representativo
[...]”*(TORRES, 1933b: 78)

Alberto Torres manifestava-se alarmado com a diversidade popular, na medida em que sua ação desagregadora estaria se aprofundando com a imigração estrangeira, com a afirmação do individualismo, com a diversidade das religiões, com a mobilidade espacial e as migrações (**A organização nacional**). (cf. SADER e PAOLI, 1986)

O desencanto com a obra de 1889 foi geral, os propagandistas e os principais participantes do movimento republicano rapidamente perceberam que não se tratava da república de seus sonhos. A formulação mais forte deste ar de desencantamento pode ter vindo de Alberto Torres neste longo parágrafo (TORRES, 1933b:297-298):

“[...] É evidente que a nossa organização política e jurídica encobre a realidade de uma desorganização social e econômica. Este Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos, não são pessoas, não são valores. Tudo quanto por eles se faz, é dar-lhe má e insuficiente instrução. Ora, nós carecemos alcançar a linha da civilização contemporânea; e, para sustentar a posição de donos de nossa casa, suprir as lacunas do passado e preencher as condições do presente, ficar atentos às tendências e às surpresas do futuro. Este trabalho tem de ser feito hoje ou daqui a vinte anos, quando nos dispusermos a preparar uma nação; enquanto o não fizermos, estaremos sacrificando, com a geração contemporânea, a geração de vinte anos depois, porque a sorte desta depende do que houver feito a que a precedeu. Ora, em nosso tempo, vinte anos de desídia, na política de um país, decidem de sua sorte, podendo anulá-lo, ou pelo menos, submetê-lo, definitivamente, senão ao domínio político estrangeiro, à posição subalterna de um simples logradouro comercial e industrial. A comparação da feição da nossa vida atual com a dos últimos anos do regime monárquico basta para dar idéia da celeridade da evolução que nos arrasta – cada vez mais intensa, à proporção que avançamos.”

É este desencantamento que inspirou Alberto Torres nos deixar suas últimas obras

Propondo pensar o livro **A organização nacional** como um projeto de legislador “frustrado” pela realidade política que viveu e que participou intensamente, marcando-o profundamente, como deixa transparecer os silêncios, algumas pistas biográficas e seus livros.

O problema nacional brasileiro pode ser visto como uma obra de abertura, e de defesa de sua competência intelectual, afinamento com a “moderna ciência vindas do velho continente”, para dar maior legitimidade ao que está proposto em **A organização nacional**.

Neste ponto será importante delimitar o espaço e a matéria com a qual Alberto Torres desenvolveu seu pensamento.

Quando jovem defendia a forma federativa de governo como a mais acertada para o país. Após sua experiência política como deputado e, principalmente, como presidente do Estado do Rio de Janeiro, irá rever a sua defesa da forma federativa de governo. Lima Sobrinho (1968), Marson (1979) e Iglesias (1982) questionam a vinculação direta de Alberto Torres ao pensamento autoritário das décadas de 1920 e 1930, sem deixar de notar o aspecto conservador de seu pensamento Alberto Torres não abandona alguns preceitos do liberalismo clássico. Marson o classifica como sendo “liberal-nacional”, conservador, mas não necessariamente autoritário.

Alberto Torres estava limitado conceitualmente, preso ao debate de seu tempo o que torna impossível tirar conclusões fora deste tempo. Quando seu pensamento se desloca no tempo, sendo apropriado por uma geração de “intelectuais-políticos” que, após constatar a decepcionante trajetória de nossa República – quadro definido e largamente difundido nos anos de 1920 – as questões que levantava são apropriadas dentro dos interesses pessoais ou de grupos, com o objetivo de estabelecer uma nova relação com o Estado, não mais de dependência através de favores e cargos públicos, mas tomando-se como agentes mais capazes de transformar a sociedade. Não foi sua crítica a economia ou o debate sobre a

questão racial, mas seu diagnóstico sobre os “males de nossa nação” e o objetivo de analisar a “realidade” a partir de um método próprio a condição de nosso país, fazendo uso do conhecimento prático e da sociologia e da política (MARSON, 1979). Retirando de Alberto Torres, a solução do problema da organização nacional só poderia ser resolvida a partir da Política, vista como Ciência e Arte, que deve ser praticada por especialistas e não como uma especulação do senso comum. (Alberto Torres, 1933b:29):

“[...] Não há problemas biológicos, psicológicos, jurídicos, ou morais, na vida do homem: há problemas humanos e problemas sociais; não há conflitos entre as ciências e as artes do mundo: há erros, na síntese das idéias especiais que se devem conglobar em conceitos genéricos relativos à atividade humana. Ou erros de aplicação. Na vida social todos os ramos do espírito e do caráter, convergem na prática, para uma arte geral: a Política.”

Não posso deixar de apontar que o argumento de Marson o leva a defender que Alberto Torres tinha, em relação ao Industrialismo, uma postura extremamente conservadora. Alberto Torres não via problemas na expansão industrial, desde que desce prioridade ao desenvolvimento técnico que permitisse maiores progressos ao setor agrário. De alguma maneira Alberto Torres tinha em seu argumento uma visão das “vantagens comparativas” defendida por Ricardo, o que em seu pensamento liberal não havia claramente uma discordância. Outras teorias, comuns em seu tempo, eram as dos fisiocratas, teóricos do capitalismo agrário (DALLEMAGNE, 1974)

Enquanto Ricardo tem por objetivo demonstrar a coerência do modo de produção capitalista em face da lei do valor, substituído a “providencia” invocada por Adn Smith – autor comumente evocado no período de Alberto Torres - , por mecanismos de equilíbrio (DALLEMAGNE, 1974); os fisiocratas afirmavam que o valor procedia da terra, sendo o único *trabalho produtivo* aquele que é exercido na agricultura, onde é manifesto que o trabalhador consome menos riqueza (DALLEMAGNE, 1974:129). Estes elementos são, em parte contraditórios e, em parte, complementares, no que se pode perceber no esforço de

Alberto Torres em acabar com os grandes latifúndios quando Presidente do Estado do Rio de Janeiro. Seguindo a ironia de Iglesia (1982), “Alberto Torres entendia bem mais de política do que de economia.” Mas há salvação em suas preocupações econômicas quando afirma torres (1933b: 32):

“[...] Não Brasil o grande problema é o da economia total de uma sociedade, cujas, instituições é desorganizada, não oferecendo segurança nem ao futuro, nem à própria existência de ninguém, a não ser à custa do Tesouro, ou em pequeno número de indústrias, dependentes das mais violentas e imprevisíveis crises; é o problema do povo, em qual: o problema dos produtores, que não sabendo ainda cultivar a terra, infiel, com as estações e seus climas irregulares [...]”

Isso não inviabiliza pensar que Alberto Torres abriu caminho para um pensamento moderno de industrialização, obviamente dentro de limites conservadores e sobre o controle do Estado da forma que se estabeleceu no Governo Vargas. Podemos tirar daí dois pontos importantes. Também pode ser muito difícil pensar em Alberto Torres como um pensador do agrarismo. Mesmo estando bastante preocupado com o sistema produtivo no Brasil e procurando, quando governador do Rio de Janeiro, criar leis que permitisse uma maior ampliação das variedades de produtos com a diminuição das terras privadas e sua distribuição em pequenos lotes, não pode simplesmente o colocar entre os agraristas.

Outras preocupações tomavam sua agenda política, entre elas, a ampliação do ensino, a formação de mão-de-obra nacional capacitada para o trabalho industrial, a criação de um centro de estudos sobre a nossa sociedade – precursor do que seria o ISEB na década de 1950 - são os mais importantes e permanentes em seus escritos.

Obviamente o fraco ciclo de desenvolvimento industrial no Brasil não permitia uma visão otimista, mas foi capaz de perceber que estávamos em posição de inferioridade em relação aos países centrais e industrializados, onde temia a onda de dispersão do imperialismo e o controle de nossa economia pelos estrangeiros, isto sem ser um pensador xenófobo. Em relação ao nosso modernismo conservador, torna difícil fazer uma afirmação direta sobre os

possíveis caminhos que poderiam ser seguidos, o que também exige cautela na composição de palavras para se referir ao processo de formação do Estado com bases republicanas e projeto industrial.

Alberto Torres manifestava-se alarmado com a diversidade popular, na medida em que sua ação desagregadora estaria se aprofundando com a imigração estrangeira, com a afirmação do individualismo, com a diversidade das religiões, com a mobilidade espacial e as migrações (**A organização nacional**). (cf. SADER e PAOLI, 1986)

O desencanto com a obra de 1889 foi geral, os propagandistas e os principais participantes do movimento republicano rapidamente perceberam que não se tratava da república de seus sonhos. A formulação mais forte deste ar de desencantamento pode ter vindo de Alberto Torres neste longo parágrafo (TORRES, 1933b:297-298):

“[...] É evidente que a nossa organização política e jurídica encobre a realidade de uma desorganização social e econômica. Este Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos, não são pessoas, não são valores. Tudo quanto por eles se faz, é dar-lhe má e insuficiente instrução. Ora, nós carecemos alcançar a linha da civilização contemporânea; e, para sustentar a posição de donos de nossa casa, suprir as lacunas do passado e preencher as condições do presente, ficar atentos às tendências e às surpresas do futuro. Este trabalho tem de ser feito hoje ou daqui a vinte anos, quando nos dispusermos a preparar uma nação; enquanto o não fizermos, estaremos sacrificando, com a geração contemporânea, a geração de vinte anos depois, porque a sorte desta depende do que houver feito a que a precedeu. Ora, em nosso tempo, vinte anos de desídia, na política de um país, decidem de sua sorte, podendo anulá-lo, ou pelo menos, submetê-lo, definitivamente, senão ao domínio político estrangeiro, à posição subalterna de um simples logradouro comercial e industrial. A comparação da feição da nossa vida atual com a dos últimos anos do regime monárquico basta para dar idéia da celeridade da evolução que nos arrasta – cada vez mais intensa, à proporção que avançamos.”

É este desencantamento que inspirou Alberto Torres nos deixar suas últimas obras

Não apenas um fragmento do pensamento de Alberto Torres será apropriado, mas foi instrumentalizado dentro das disputas que se seguiram com o desmonte das esperanças em relação ao regime, em especial pela geração de 1920. A revalorização de seu pensamento por uma jovem geração formada já no espírito republicano não se dá através da valorização de suas análises econômicas – anticospolita e nitidamente centrado numa sociedade de pequenos produtores bem diferente dos desejos deste período – mas pelo seu tom de urgência e na ênfase que dá à questão nacional

É desta geração que emerge o discurso de Alberto Torres justificador de suas práticas políticas, em especial aquele discurso que chama aos intelectuais – ou seja, aos jovens intelectuais que não participam da estrutura de poder das oligarquias – para que assumam o controle do projeto de organização nacional.

Alberto Torres procurou deixar sua marca e se dedicou profundamente em ser ouvido por seus contemporâneos. Já vivendo de uma prematura aposentadoria passa a realizar sarais semanas onde travava longos debates, ou mais claramente um longo monólogo sobre suas idéias, o que formou discípulos. Isto permitiu que seu pensamento sobrevivesse ao tempo e emergisse através de seus discípulos de sarais. Em resumo, a presença de Alberto Torres marca os intelectuais da época de 1920, sendo também um dado indicador de sua importância e da reverência à sua obra, a fundação no Rio de Janeiro, em 1932, da “Sociedade dos Amigos de Alberto Torres”. Observa bem Sadek (1978:84)

“[...] Não importa quão fieis as leituras hajam sido à obra. O que se deve ressaltar é o que os diagnósticos e soluções apontados por Alberto Torres são levados em conta, mesmo quando reinterpretados, distorcidos ou até negado. [...]”

Em toda a década de 1920 e 1930 havia uma grande efervescência de idéias de interpretações do passado, com vistas, muitas vezes, à construção do futuro. Fazendo uma análise *a posteriori* dos fatos que marcaram o período, seria fácil dizer que as inquietações e revoltas, no curso dos anos vinte prenunciavam a revolução de 1930. Mas se pronunciava

mudanças essenciais; o sistema oligárquico tornava-se cada vez mais estreito diante de fenômenos de natureza diversa como a maior complexidade do tecido social urbano, a emergência de novas gerações da elite e da classe média, a insatisfação dos quadros médios das Forças Armadas (que vai dar origem, por exemplo, do movimento Tenentista).

Os intelectuais dos anos de 1920 mostravam-se, obcecadamente, preocupados, sobretudo com o problema da identidade nacional. Este será um tema que perdurará por décadas, com respostas tão variadas que torna impossível responder.

Exaltar o “nacional” nos anos de 1920 obedecia, acima de tudo, ao desejo de escapar da dependência em relação às benesses do Estado através dos cargos públicos e das indicações, e dos arrivistas, proclamando o advento dos intelectuais como elite autônoma.

Houve um despertar geracional, produto do desencantamento do período de crise nacional e mundial que assinala os anos de 1920, procurando a substituição das elites (LIPPI DE OLIVEIRA, 1980)

Marcada as grandes diferenças entre os diversos grupos que se formaram o “grupo de intelectuais de 1920”, há elementos que os ligavam: os ensaístas confrontam-se com a realidade de um país “atrasado” nos campos econômico, político e cultura (aqui pensando em uma cultura erudita em oposição a cultura da periferia da “sociedade civilizada”). Em todos os trabalhos se apresentam o desejo de superar o atraso trilhando a passos rápidos o caminho já percorrido pelos países desenvolvidos, além de buscarem de nossas peculiaridades os caminhos para o nosso desenvolvimento.

Buscavam soluções reais que se configuravam em torno da modernização como problemática principal do debate e da ação política no período que vai de 1920 a 1940, voltadas com grande vigor para a estrutura do Estado e da sociedade brasileira em meio as grandes transformações então em curso (industrialização, urbanização, etc.). (PIVA, 2000:18)

Aponta Sadek (1983) o que caracteriza a questão ideológica nos anos de 1920 é o crescimento da produção e do debate sobre as formas de organização do Estado e da sociedade.

Não considerava o povo brasileiro politicamente constituído. Apenas instituições adaptadas à “realidade” permitiriam que se alcançasse esse nível. “Organizar” a nação, esta é a tarefa urgente, uma tarefa que cabia às elites. Dela os intelectuais tinham ainda mais motivos para participar, na medida em que constituía um fato indissolúvelmente cultural e político: forjar um povo também era traçar uma cultura capaz de assegurar a sua unidade. (TORRES, 1933b: 55-56):

“[...] A unidade e a continuidade da política resultam da existência de um caráter nacional. Onde há uma nação homogênea e seus elementos, ou fortemente subordinada a um espírito, um móvel, uma aspiração, ou uma classe desta preponderante, define-se uma política: os órgãos desta política surge de reação dos acontecimentos, e, seja dinâmica ou republicana a forma do governo, o poder vem cair nas mãos dos combatentes mais fortes, dos representativos.

Em Washigton , como em Bismarke, encontra-se o mesmo traço das personalidades dominantes, os eleitos desse sufrágio tecido, que faz brotar os pré-homens do tempo, em sua terra [...] sobre a haste do valor pessoal. Homens dessa tempera comandam as gerações a que pertencem nas grandes épocas de crise nacional e impulsionam o movimento que se perpetua pelas gerações adiantadas.”

Havia, de certa maneira, no discurso, uma necessidade de auto preservação e um desejo de entrar na/se tornar parte da elite dirigente. Cooptados pelo Estado através dos empregos públicos, viam-se enredados em uma teia de poder que os colocavam na dupla situação, ampliavam seu acesso ao poder ao mesmo tempo em que aumentava sua dependência diante das autoridades públicas. Apontando os elementos, já demonstrados por Adorno (1980), Alberto Torres ser enfático e laudatório, em todo o argumento, defendendo a decadência de sua geração e a necessidade de se mover uma reação “intelectual”, mas crítica

no capítulo *O espírito e as tendências da política* os elementos degenerativos de sua geração (TORRES, 1933b: 57-61)

“Os homens públicos estavam [...] longe de possuir o preparo dos fundamentos da República americana. Cientistas, literatos e juristas da escola de Coimbra trouxeram para o nosso meio brilhantes ideais, conceitos teóricos, formulas jurídicas, instituições administrativas, estudados nos centros europeus. Com tal espólio de doutrinas e de imitações, arquitetou-se um edifício governamental, feito de materiais alheios, artificial, burocrático [...] os homens públicos-doutos parlamentares e criteriosos administradores – não eram políticos, nem estadistas; bordavam, sobre a realidade da nossa vida, uma teia de discussões abstratas, ou retóricas; degladiavam-se em torno de formulas constitucionais franceses ou ingleses, tratavam das eleições, discutiam teses jurídicas, cuidavam do exercito, da armada, da instrução, das repartições, das secretarias, das finanças, das relações exteriores, imitando ou transplantando instituições e princípios europeus [...]

A República desenvolveu consideravelmente a curiosidade intelectual, nas letras, nas ciências, nas políticas. Conservando a maioria na representação nacional, viram-se os juristas cercados de outras aptidões e capacidades. Moços ardentes, ambiciosos, os políticos do novo regime lançaram-se à pesquisa de novos assuntos, novos problemas, novas conquistas a explorar; [...] em regra, atara da nossa tendência e a lacuna do nosso preparo: eram teóricos, analíticos, limitados a uma especialidade, a um ramo do conhecimento. O regime não trouxe consigo os estadistas que o haviam de construir. [...] faltam-lhes a envergadura e a luz com que costumam verdadeiros estadistas concentrar, em traços fortes e nítidos, o sistema da política prática, o estado positivo da fisiologia de um país, para lhes indicar o movimento e a direção

[...]

Somos um país sem direção política e sem orientação social e econômico. Este é o espírito que cumpre criar. O patriotismo sem bússola, a ciência sem síntese, as letras sem ideais, a economia sem solidariedade, as finanças sem continuidade, a educação sem sistema, o trabalho e a produção sem apoio, atuam como elementos contrários e desconexos, destroem-se reciprocamente e os egoísmos e interesses ilegítimos florescem, sobre a ruína da vida comum.”

Este movimento de “auto-estragulamento” que faziam os intelectuais, os colocavam em posição desconfortável. Tinham que justificar uma luta por ampliação de sua influência no Estado sem perder sua capacidade de agentes direto e necessário da “política de Estado”. O

que buscavam era uma legitimidade política que, no quadro existente era extremamente limitada. Onde afirma Alberto Torres (1933b: 48-49):

“As coisas que ocorrem nos teatros e nos hospícios de alienados são fatos, porém não são realidades. A nossa vida política é um cenário de fatos alheios à realidade social

Habitados a não ver senão a face imediata das idéias, temos, mais que o comum dos povos, nestes períodos de escravização dos espíritos ao poder, ou à inércia, das maiorias, a vida nacional subordinada às impressões populares e ao julgamento sumario do gosto e do agrado vulgar sobre as coisas da política: somos um país em eterna expectativa de uma direção que lhe traga pensamento e vontade. Nossos juízos sobre os assuntos públicos são ainda os mais superficiais [...].”

Dois pontos importantes em sua fala: a necessidade de se formar um campo de intelectuais ligados ao mesmo objetivo de organização nacional e a sua rejeição aos partidos, considerando-os mais a expressão de vontades grupalista que as verdadeiras necessidades do país. Como já expostos, grande Presidente do Estado do Rio de Janeiro forçou-se em realizar o projeto de um instituto de estudos sobre o Brasil, o que foi impedido. Sua crítica aos partidos está diretamente ligado a esta experiência. Vendo todos os seus projetos derrubados pelos grupos locais e seus interesses, Alberto Torres apenas vê a impossibilidade de se governar. Isolado politicamente pô se afastar do Partido Republicano Fluminense, que o elegeu, mas que não se deixava ser orientado por suas demandas, sua base de apoio eram alguns poucos correligionários que pouco podiam fazer. Sobre o localismo e a impossibilidade de se governar, Alberto Torres irá afirmar (TORRES, 1933b: 202):

“Abstraindo a fraqueza pessoal dos presidentes da República, fraqueza voluntária, porque embaraçados nas rivalidades e lutas políticas, eles têm preferido deixar-se reduzir à posição de órgãos de frações, em lugar de assumir, franca e legitimamente, a posição de árbitros da orientação política, a classe governante tem possuído e tem manejado a mais dilatada e ousada discricção.”

Os intelectuais substituiriam os partidos, que eram apenas uma fração de interesses individuais dos grupos e lideranças locais em oposição direta aos interesses nacionais. A

crítica em relação aos vícios da estrutura de poder, abre para um chamado a liberdade de pensar dos intelectuais com forma de salvar o país. Sua crítica é direta (TORRES, 1933b: 110-111):

“Se os governantes abrem as portas de seus gabinetes e dão acesso às capacidades, o país ganha em riqueza intelectual; se apertam o círculo, por estreiteza de vistas ou por intolerância, as forças dispersam-se, aniquilam-se, e não só o próprio governo torna-se um instrumento de incapazes, como as boas inteligências perdem uma força prática de arrimo e de animação.”

[...]

“O processo de escolha do pessoal que nos dirige é o mais vicioso possível; e chega a surpreender como dessas singulares oligarquias, dominadas pelos critérios dos mais dispersivos caprichos e preferências pessoais, resulta subirem às posições alguns homens de valor. Mas o número destes poderia ser muito maior, se houvesse mais esforço por prestigiar os capazes e mais amor à liberdade de pensar e à iniciativa intelectual.”

O que permitiu aos intelectuais não solicitarem a mão protetora do Estado, mas de mostrarem-se dispostos a auxiliarem na construção da sociedade em bases racionais, proclamando, em alto e bom som, a sua vocação para elite dirigente.

O que justificava a legitimidade dos intelectuais? A posse de um saber sobre o social, reconhecido e valorizado por amplos setores da sociedade. Assentava-se, simultaneamente, na capacidade de definir o social e explicar as condições da sua organização. Os instrumentos estavam dados pela sociologia, sem uma tradição universitária, mas manipuladas pelas necessidades políticas.

Alberto Torres irá alimentar em seus escritos, que propagara nas gerações posteriores, a idéia de uma oposição entre a sociologia como ciência que permitiria o conhecimento autêntico do Brasil, contra o não-cientificismo marcado pelo liberalismo, a forma errada de se apresentar a realidade. A sociologia para Alberto Torres – como se desenvolvia na época –

permitiria estabelecer o único modelo possível ditado pelo *Brasil real*¹⁵ somente poderia ser alcançado quando se “descobrisse a realidade nacional” para se construir as “instituições políticas adequadas”. Não era possível pensar na colaboração da elite política existente – a politicalha, como os chama – devido aos seus interesses particularistas e movidos pelo egoísmo e pelo desejo de enriquecimento próprio em detrimento do desenvolvimento da nacionalidade. Também não se poderia contar com a participação do povo, em sua grande maioria analfabeta e dominada pelo julgo das oligarquias, apáticos e insolidários. Assim restava fazer um chamado aos intelectuais para uma missão política formadora. Como aponta TORRES: 1933b: 107-108):

“[...] Possuímos ilustração em escala mais elevada do que civilização. Ao passo que o nosso povo conta uma imensa massa de analfabetos e, sem incluir os indígenas, de indivíduos ainda em estado, material e moral, de selvageria, o número dos intelectuais é avultado e notável a elevação de seu preparo. Mas, no intelectualismo, a forma erudita e ornamental predomina sobre a forma intensa e racionante. Saber muito e dizer bem é o ideal cultivado pela maioria dos que estudam; poucos se preocupam com formar filosofia prática e ter opinião sobre os problemas; quase todos afetam, sobre as coisas da política e da vida pública, a indiferença característica das culturas de decadência. [...] Os intelectuais brasileiros consideram o preparo que possuem um meio de êxito pessoal, sem o ligar a nenhum dever, a nenhuma responsabilidade de ação e direção social.

[...]

Para realidade do regime representativo, no sentido de expressão da natureza mental do povo, é indispensável que se formem correntes de opiniões; para que estas se formem, é necessário a existência de um centro, ou de centros intelectuais ativos, operando com energia e com liberdade. Os partidos e agrupamentos políticos são forças de repulsão das personalidades definidas e esmagamento da liberdade de pensar.”

¹⁵ A idéia de um Brasil real é marca do próprio modelo de análise de Alberto Torres, o que estabeleceria uma “metodologia realista” do Brasil. É de se considerar que as interpretações sobre o Brasil apontavam para um dualismo. Euclides da Cunha diferenciava o Brasil do litorâneo e o Brasil do sertão. Oliveira Vianna irá seguir esta linha dualista ao apontar a existência de um “Brasil real” e um “Brasil Legal”. Sobre este ponto irei trabalhar mais adiante.

Alberto Torres (1933b: 265) fazia constantes menções à sociologia, ao mesmo tempo como ciência do social e como ciência do governo:

“Sociologia e Política são instrumentos da razão, ou, se quiserem, do pensamento, na investigação das relações e dos sucessos; e suas probabilidades de acerto dependem do grau de desenvolvimento e de vastidão da razão, aplicada ao exame dos dados da observação [...]. Os métodos da política podem ser assim resumidos nestes quatro valores: ver, estudar, praticar e refletir: critério que, emancipando o espírito de abstrações preconcebidas, aproxima-o da vida. Eis o que explica a falência ordinária da política e da arte de governar, ao lado de casos excepcionais e surpreendentes de acervo: é que o gênio vê o que a capacidade teórica é incapaz de apreender. [...]”

O que reaparece sem cessar entre os escritores intelectuais de 1920. Alberto Torres abria uma porta justificadora para a reivindicação do poder político aos intelectuais, por terem eles a capacidade necessária de segurem os “pressupostos realistas” para a construção de instituições que sigam a realidade de nossa nação. Proclama Alberto Torres (1933:226):

“Coordenar por ação consciente [os] movimentos da sociedade, é o grande encargo da política; eis porque não será jamais ocioso repetir: um país não é realmente uma nação se não tem uma política, a sua política, a política de sua terra, de sua raça ou de suas raças, de sua índole, de seus destinos; esta política, superior às políticas doutrinárias, e sempre falazes, dos partidos, é instintiva, tradicional, costumeira, nos velhos países.”

Nós não conhecemos senão as políticas das teorias partidárias. Não podemos ter formado tradições e tendências nacionais, não adquirimos o conhecimento consciente de nossa terra, superior aos dados materiais de sua geografia física, como habitat do povo, e, em grande parte, órgão, não inerte e bruto, mas, pelo contrario, sujeito aos fatos do movimento e aos fatos biológicos e a fenômenos psíquicos e sociais, para nela assentar a vida do povo; não conhecemos o povo, não o cultivamos, não o desenvolvemos.”

Deixando suas críticas, pouco ouvidas pelos políticos a quem mais centra seus ataques, vai reunir um pequeno grupo de “seguidores”. Um pequeno grupo que participavam das palestras que Alberto Torres realizava em sua casa. Desta forma, não apenas deixou discípulos, mas alguns membros para deixaram vivas suas idéias. Seguidores fieis como

Sabóia Lima... , permitiram que ficassem “vivas” as palavras de Alberto Torres, o que explica em parte a sua apropriação pela geração de 1920.

Alberto Torres não surgirá de um “baú de mágico”, ele mantém-se marginalmente. Quando emerge a reação ao regime, emerge junto seu pensamento. O “casamento” não poderia ser mais perfeito. Matrizes diversas de intelectuais se encontravam pelo mesmo argumento repetidamente defendidos por Alberto Torres: a necessidade de organizar o Brasil e fazer dele uma verdadeira Nação.

É evidente que o tempo se encarregou de forjar as consciências e definir os rumos do argumento apropriados de Alberto Torres. Inegavelmente, Alberto Torres falava de si, reclamava a ausência de uma base puramente feita por republicanos na consolidação do regime. Em dedução, um partido único, os republicanos enquanto unidade política nacional, orientados pelos mesmos princípios constituidor do regime. É deste falar de si que retira sua crítica: não havendo uma classe dirigente é necessário forjá-la; não havendo políticos dedicados aos interesses nacionais é necessário encontrar que se dedique a esse projeto. É falando de si que Alberto Torres apresenta o homem capaz de governar acima dos interesse locais, o que, em parte, buscou fazer. Não se deve deixar escapar o tom autoritário de sua argumento, mas também não se deve esquecer que ele é produto de sua reflexão.

Esse é uma das originalidade de Alberto Torres. Na experiência política encontrou elementos para sua reflexão “desencantada” da política. De sua experiência política, foi capaz de formular uma proposta “metodológica” de se estudar o Brasil, partindo não de métodos importados, mas da experiência vivida, da observação prática de nossa realidade. É dessa formula que Alberto Torres pode falar da sociologia e da política como ciência e como arte de governar. A sociologia, como apresentada pelos seus primeiros representantes no velho continente, tem o papel fundamental de alterar a realidade pela ação prática, pela intervenção direta na política de estado.

Alberto Torres é o exemplo típico do intelectual como classe queixosa, desapontado com o resultado da obra que ajudou a construir. Afastado e dedicando-se as suas queixas, Alberto Torres dá legitimidade ao seu argumento, absorvendo pela classe queixosa de 1920.

Pedindo uma licença quase política, o argumento de Alberto Torres encontra o método “antropológica” do estar lá, de convencer pela experiência vivida. Como também *Os Sertões* de Euclides da Cunha que é exemplo máximo deste estar lá, mistura de literatura, jornalismo e ciência. São estas as matrizes que permitem a apropriação pelos “intelectuais-políticos” de 1920.

Não sendo possível, dado ao limite deste trabalho, seguir todas as correntes que se apropriaram do discurso torreano, tomo como exemplo Oliveira Vianna. Os motivos são claros, mas não nega a possibilidade de usar a experiência de outros intelectuais da geração de 1920, seguindo apenas uma escolha que se justifica por si mesmo.

Oliveira Vianna foi participante assíduo dos sarais promovidos por Alberto Torres em sua casa, sendo profundo conhecedor de seu pensamento. Ainda que apontando severas críticas ao seu mestre, entre o pensamento de Alberto Torres e Oliveira Vianna há grande semelhança em pontos cruciais sobre a organização nacional. Ainda que o uso de Alberto Torres seja de apropriação, os pontos se ligam em muitos aspectos.

Oliveira Vianna não foge a necessidade da época de revalorização de Alberto Torres, dedicando em *Problemas de política objetiva* (1930) em expor o pensamento de Alberto Torres, ainda que não se identifique explicitamente com ele. Contudo, não pode negar a importância de se fazer referência ao pensamento de Alberto Torres para ser aceito dentro do movimento de efervescência política que vivia o país as portas com a Revolução de 30. Mais que isto, ao se apropriar dos elementos que convergiam com suas próprias idéias, Oliveira Vianna aplica o projeto de Alberto Torres dentro de condições reais como membro do Estado.

O caso de Oliveira Vianna é bastante particular. Seus primeiros livros não fazem qualquer referência a Alberto Torres, mais do que isso, apresenta toda uma argumentação completamente divergente do pensamento de Alberto Torres. Contudo, Oliveira Vianna escreve para ser aceito pelos políticos e “intelectuais” de sua época. Não que Oliveira Vianna estivesse dizendo aquilo que não acreditava, apenas para seduzir os “homens de poder”, mas o arranjo de sua argumentação me leva a fazer esta afirmação. Uma pista é que Oliveira Vianna teve que dar uma nova roupagem ao seu argumento alguns anos depois, quando já não era de bom tom dizer aquilo que defendia, o tema da questão racial e a defesa do arianismo. Contudo, suas idéias não mudaram tão drasticamente para podermos dizer que houve uma grande virada de seu pensamento. Mas Oliveira Vianna produziu um pensamento voltado a um público leitor bem específico, mudando-o e mudando também os temas de acordo com o momento, que lhe garantiu um rápido trânsito entre as elites e o reconhecimento de seu trabalho, que se materializa posteriormente na participação direta no Governo Vargas.

As formulações feitas por Oliveira Vianna, partindo de uma apropriação particular do pensamento de Alberto Torres, é uma entre tantas apropriações. O projeto de Oliveira Vianna de entendimento a “realidade” de nosso país, nossas mazelas e a receita de cura, é o resultado do desenvolvimento de um projeto político que, partindo de Alberto Torres e não necessariamente aderindo a ele, teve êxito quando de sua importante participação no Estado após a revolução de 1930.

A trajetória que começa com o projeto de organização nacional de Alberto Torres, chegando em definitivo ao seu construtor - ainda que de forma destorcida, e em vários pontos se opondo a matriz originária - Oliveira Vianna se justifica pelo resultado de sua atuação política. O chamado de Alberto Torres para que os intelectuais tomassem a frente na construção da nacionalidade e sua organização com bases voltadas a nossa realidade, foi o que permitiu aos intelectuais de 1920 reivindicar sua real participação política, como também

permitiu a Oliveira Vianna se legitimar como “construtor” de uma nova realidade social a partir do Estado. O que torna Oliveira Vianna o verdadeiro herdeiro de Sólon, o Alberto Torres projetista de uma constituição política e social de desenvolvimento da Nação.

5.4 – Oliveira Vianna: herdeiro de Sólon

Na introdução do livro que reúne artigos que discutem o pensamento de Oliveira Vianna¹⁶, Bastos e Quartim de Moraes (1993) apontam no pensamento de Oliveira Vianna que suas análises em conta o contexto social que se desenvolveu a atividade produtiva, ressaltando as bases agrárias da formação nacional. Preocupa-se com as condições históricas e sociais reais que diretamente direciona o sentido da transformação da sociedade e da modernização das instituições políticas, particularmente o aparato estatal.

Sua avaliação conclui que o Brasil carecia de condições para a implantação imediata de instituições políticas democráticas. O que o faz propor o Estado como centro aglutinador da transformação social.

Via na Revolução de 1930 a possibilidade de organizar-se uma reação ao espírito de clã, continuamente reafirmado pelas oligarquias estatais. Pretendia delinear um Estado que fosse capaz de empreender uma ação organizadora. Desta forma, o autoritarismo aparece, em sua proposta como instrumento transitório para a implantação de uma sociedade democrática.

As interpretações do Brasil nos anos de 1930, entre elas a de Oliveira Vianna, forjavam novos sentidos para pensar a nação e o próprio sentimento nacional que se constrói dessa maneira.

¹⁶ BASTOS, Elide Rugai, QUARTIN DE MORAIS, João (org.) **O pensamento de Oliveira Vianna** Campinas: Editora da Unicamp, 1993. Irei resumir as considerações feitas pelos autores para, logo em seguida, apontar os objetivos deste trabalho. Este livro foi resultado do seminário realizado na UNCAMP

A obra de Oliveira Vianna teve, antes de tudo, a importância de abarcar um conjunto de problemas fundamentais da história brasileira, tornando-os importantes para pensar como no Brasil se tecem as relações entre cultura e poder. Pertencente a um “campo intelectual-político”, Oliveira Vianna foi um dentre vários competidores pelo monopólio da imposição de uma determinada representação. Seu pensamento mais serve para a reflexão sobre as modalidades de construção das tradições nacionais que estão na origem da formação moderna dos grupos sociais.

Não podemos deixar de destacar que Oliveira Vianna é obra de referência para o debate de seu tempo, ainda que em grande parte recuperando ou sintetizando obras anteriores (notadamente Sílvio Romero e Alberto Torres), embora realmente introduzindo um modo de discussão de temas sociais com ares científicos de envergadura antes não tentada.

Cabe aqui uma sumária biografia. Filho de proprietário rural do Estado do Rio de Janeiro, conservou a propriedade paterna, orgulhando-se de sua condição de fazendeiro. Em 1945 mencionava que a fazenda de seu pai era seu “patrimônio sentimental”.

Aluno do Colégio Pedro II. Formado em Direito (Faculdade Livre de Ciências Jurídicas) em 1905, tendo sido aluno de Serzedelo Correia na cadeira de economia política. Teria por mestre Sílvio Romero. Mais tarde tomaria conhecimento das obras de Le Play e Demolins, que irão estabelecer os fundamentos do seu raciocínio na pesquisa social e nas diferenciações que vai fundamentar quando estudar a vida e a evolução do grande domínio rural. (FARIA, 2002) ¹⁷

Na mocidade de Oliveira Vianna era corrente no Brasil as influências do comtismo, do spencerismo evolucionista, assim como as idéias monistas e materialistas de Haeckel e de Büchner. No Brasil, ainda tinha forte influência os autores citados. O evolucionismo social,

¹⁷ O humor ácido de Faria (2002) apresenta uma crítica e uma reflexão bastante extensa, que não caberia dentro deste limitado trabalho. Limite-me a retirar fragmentos e deixar algumas pistas seguidas – com humor ácido só possível depois de uma certa idade – pelo autor. Muitas delas serviram como base para muitas das conclusões que cheguei durante as leituras e o desenvolvimento de minhas reflexões a cerca de Oliveira Vianna.

desde o século XIX, baseava-se numa série de pressupostos firmemente estabelecidos, aceitos universalmente.. Como modelo a ser seguido, ele determina o que pensar, como pensar e como ordenar as coisa pensadas; estabelece o pensamento, mas também o esvazia impedindo escapar de suas armadilhas.

Silvio Romero teve importante papel na formação futura de Oliveira Vianna. Silvio Romero era professor de filosofia do direto, onde irá apresentar Le Play e todos os seus discípulos, como também Le Bom e Demolins. Os autores selecionados por Silvio Romero figuram todos na bibliografia de *Populações meridionais do Brasil V.1*. Como observa Farias (2002:43):

“[...] parece evidente que Populações meridionais, obra concluída em 1918 (primeiro volume), quando o autor tinha 35 anos de idade, pode ser referida a um certo domínio de conhecimento, academicamente organizado. Um corpo de saber profissional. Isso é inegavelmente, do ponto de vista das especificidades de uma cosmovisão. Como decorrência, parece do mesmo modo evidenciado que Oliveira Vianna não foi um autodidata, imagem vulgarizada e de fácil aceitação, usada, não só em relação a ele. Como uma justificativa, ou pelo menos como uma explicação, para falhas e deficiências. [...]”

Depois de formado não exerceu a profissão. Foi professor de matemática em Niterói, colaborador do jornal *Diário Fluminense* e, mais tarde, de outros jornais do Rio de Janeiro. A partir de 1916, professor de teoria e prática de processo penal e direito industrial na Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro. Integrou-se no círculo de amigos e discípulos de Alberto Torres – a influencia de Alberto Torres sobre Oliveira Vianna foi bastante considerável como, aliás, toda a sua geração de intelectuais brasileiros nas décadas de 1920 e 1930.

Na década de 1920, exerceu as funções de diretor da Carteira Comercial e Financeira do Instituto de Fomento e Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro.

Acompanhou de longe e discretamente a Revolução de 1930. Não havia, então, nem sequer se inscrito como eleitor. Ainda durante o Governo Provisório foi convidado para

integrar as comissões técnicas do Ministério do Trabalho, sob a chefia do Ministro Lindolfo Collor, com o objetivo de proceder à elaboração e sistematização de nossa legislação social e trabalhista. De 1932 a 1940 foi consultor jurídico do Ministério do Trabalho. Era considerado um “técnico em economia social”. Ao deixar o cargo foi nomeado ministro do Tribunal de Contas da União, tendo sido, ainda membro do Conselho Consultivo do Governo do Estado do Rio de Janeiro e da Academia de Letras.

Era católico e legionário do Sagrado Coração de Jesus.

Oliveira Vianna realizou toda uma série de rituais que o permitiu ser aceito socialmente. É sempre preciso ter em mente que Oliveira Vianna é um autor da década de 1920. Na década de 1920 sua obra apresenta duas dimensões – bastante aceitas pelos seus contemporâneos -, as dos determinismos biológicos e geológicos, na realidade profundamente entrelaçados.

Assim vale sempre ter como norte de pesquisa de que sua obra deve ser vista por partes e cada parte não apenas em termos de sua coerência interna, do modo de articulação do conhecimento, mas também de sua temporalidade própria. Assim lembra Faria (2002:47-48), quando do lançamento de *Populações meridionais do Brasil* (1^a. edição de 1920, pela editora Monteiro Lobato & Cia, São Paulo), Oliveira Vianna se tornará autor consagrado. Os dois críticos literários de maior prestígio no Brasil por esta época (Tristão de Athayde e Agrippino Grieco) “[...] comentavam na imprensa cada livro de Oliveira Vianna, quase sempre com alusões a livros anteriores, e, embora fizessem restrições, eram elogiosos os seus artigos, unânimes em proclamar o mérito do novo interprete da realidade brasileira.”

Sua obra teve grande repercussão, seguindo o que a inteligência brasileiro de um momento determinado pensava a respeito de suas idéias: autor que “sabe delimitar e definir o caráter das individualidades históricas” (Agrippino Grieco) e o sociólogo de “nossos dias” e de “nossa terra” (Tristão de Athayde). Completa Faria (2002:60):

“Oliveira Vianna fizera um engajamento, desde os anos da sua formação acadêmica e foi sempre bastante coerente. A sua cosmovisão já estava plenamente definida e solidificada em 1918, quando teria concluído a sua primeira grande obra. Posta no devido lugar por uma crítica interna e pela referência ao domínio paradigmático do evolucionismo social do século XIX, mantém-se como representante de uma das vertentes do pensamento social brasileiro.”

Sua trajetória nesse período pode ser vista como um “manual de encantamento”. Publicou seu primeiro livro na editora de Monteiro Lobato, que dispensamos falar de sua importância para a época, o que já lhe garantia alguma legitimidade. Se lermos com alguma atenção, podemos ver em *Populações meridionais do Brasil* um elogio, um flerte com a sociedade culta de São Paulo.¹⁸ Não seria por seu livro, inicialmente que seria aceito pelos seus pares do Rio de Janeiro. Aceito por São Paulo, abriria as portas para sua entrada na intelectualidade carioca, centro do poder, mais resistente às teorias propagadas por Oliveira Vianna.

Outro caminho de ascensão na sociedade culta do Rio de Janeiro foi o ritual comum de pela escalada profissional demonstra sua habilidade política. Como professor de teoria e prática de processo penal e direito industrial na Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro (1916), cargo bastante importante e que lhe daria expressão para almejar outros saltos em sua carreira. A publicação de sua primeira obra em São Paulo, foi a primeira coroação.

Tornou-se, ao longo de uma longa produção - que manteve durante a década de 1920 os temas que o notorisaram, como o tema da formação racial do povo brasileiro e a psicologia social do povo – um fundador de discursividade; de uma maneira de falar sobre o Brasil da qual hoje ninguém escapa.

¹⁸ Sei que não é aqui que devo fazer a defesa da minha inquestionável mineridade, mas Oliveira Vianna renega o estado de Minas Gerais a uma condição inferior no cenário político da época, o que desloca-se da realidade. Não questionando o fato de São Paulo ser o Estado mais forte economicamente, sou obrigado a apontar uma estratégia inteligente, mas não verdadeira.

Em 1922, Oliveira Vianna já faz parte da “galeria de notáveis”. O cenário da sua atuação era, como já mencionado, São Paulo, lembrando que é a imprensa desse estado que o acolheu e o promoveu.

Alem de *Populações meridionais do Brasil V.I* ele escreveu neste período:

- 1 Pequeno estudo de psicologia social – 1921;
- 2 O idealismo na evolução política do Império e da República – 1923;
- 3 O povo brasileiro e sua evolução – 1922; além dos diversos artigos em jornais.

Em 1923 procurava afastar-se das “teorizações” que tinha por objetivo estabelecer “leis gerais”. Desloca seu argumento, colocando-se contrario aos estudos que afirmam uma suposta identidade entre nós e os outros grandes povos civilizados. O que lhe permite afirmar ser indispensável “estudar o nosso grupo nacional nas suas peculiaridades”.

Surgem idéias como a de uma “política objetiva”, de uma “política orgânica”, de especificidade da “nossa estrutura social” e de “mentalidade coletiva” em decorrência desta especificidade da formação social do Brasil.

Acusa de preconceito as perspectivas que vêem uma absoluta semelhança entre nós e os outros povos civilizados, que justificariam a imitação sistemática das instituições européias. Em reação, propõe uma *militância intelectual* que consistiria em atacar estes preconceitos estudando o nosso povo em todos os seus aspectos, que forneceriam dados concretos de um programa nacional de reformas políticas e sociais.

Reelabora seu discurso bem ao gosto dos novos tempos *modernistas*, e lança as bases para a sua atuação política. Em total sintonia com o pensamento torreano e ligado ao pensamento de sua época, Oliveira Vianna considerará que depois de nossa independência, as elites dirigentes somente tinham como preocupação um único problema. (Oliveira Vianna, 1947: 238-239):

“[...] a atitude dos nossos legisladores, estadistas e publicistas se resumiu em refletir, com automatismo dos

hipnotizados, os movimentos políticos da Europa: ou as agitações parlamentares inglesa, ou as vaniloquências do liberalismo francês. [...] Liberdade política, está claro; porque, a liberdade civil ficava em segundo plano, na penumbra – e os nossos liberais quase que não se preocupavam com ela. [...]

Ora, para uma elite com uma mentalidade desse feitio, os grandes problemas nacionais – os problemas da Terra, do Homem e do Povo – não poderiam ser percebido com a lucidez devida. Só agora é que começamos a entrevê-los novamente, depois de mais de um século de esquecimento. Só agora, quando a crescente tendência nacionalista das nossas elites começa a mostrar a fragilidade e mesmo a inanidade dessas construções teóricas, que foram o padrão de glória das gerações anteriores; só agora é que começamos a ver

Com claridade cada vez maior, que são o saarismo, o impaludismo, o analfabetismo, o banditismo, o coronelismo, satrapismo, o federalismo – e não o Constitucionalismo, o Parlamentarismo ou o Liberalismo, os grandes problemas centrais da nacionalidade. [...]”

E a necessidade de citar Alberto Torres em seu tempo político e como demarcador de posições e apropriação se revela nessa passagem. (Oliveira Vianna, 1947: 244-245):

“O movimento nacionalista, que Alberto Torres havia por algum tempo lançado e conduzido e que depois se desnaturou sob a influência das correntes do futurismo e do modernismo, visava precisamente operar essa transformação preliminar dos espíritos e muito especialmente a erradicação de alguns velhos preconceitos ainda dominados sobre os problemas da liberdade e sobre os problemas do governo. O que este movimento pretendia mostrar – e o faria vitoriosamente, se forças perturbadoras, de ordem exógena, não o desviassem e anulassem – era que, sem esta modificação radical no sistema de idéias políticas das nossas elites dirigentes, seria impossível realizarmos aqui qualquer obra realmente construtiva e organizadora no sentido de fazer c que o Brasil pudesse aparecer no conserto do mundo sem o vexame de exhibir, entre o fausto das suas grandes embaixadas e a sua situação de segunda potencia americana, os sete décimos da sua população tão inculta, como o homem da idade da pedra; os nove décimos, senão mais, corroídos nas suas fontes de vida pela malária, pela anquilostomose e pela moléstia de chagas; cerca de dez Estados e mais de cinco milhões de brasileiros sujeitos às inclemências e às flagelação do regime desértico; e os seus vastos setentrionais – sob o pretexto de respeito aos princípios da liberdade municipal, do self-government e ao dogma federativo – talados impunemente pela correria dos quadrilheiros.”

Segue daí em todo o livro *Problema de política objetiva* referência constante ao nacionalismo inspirado na obra de Alberto Torres. O mais interessante está em uma passagem onde Oliveira Vianna retira de forma, se me permite o uso desta palavra, brilhante a trajetória de Alberto Torres e o legado por ele deixado. Mais ainda, deixa escapar nas entrelinhas, o papel nefasto da prática política, o que sempre foi tema de Alberto Torres. (Oliveira Vianna, 1947: 247):

“Entre nós, o poderoso pensador fluminense foi um dos poucos egresso da política de partidos, um dos poucos que, depois de se contaminarem com os miasmas dessa terrível matéria sul-americana, não mais sentiram a nos tangia dos países, que a elaboram. Lendo-o, sente-se que das trincas da politiquice, em que por um momento se envolveu, trouxe uma impressão de enjôo, mas também uma lição de experiência: os seus estudos nos mostraram que, sob as aparências do político, simulando interessar-se pelas frivolidades nugas, com que se entretém e de que vivem os nossos campanário eleitorais, havia o observador, o crítico, o sociólogo sondando e analisando as causs e os homens”

O livro segue um roteiro “dantesco”, o inferno das instituições da Velha República, o purgatório vivido por Alberto Torres e o paraíso de um novo projeto que se vislumbra com a Revolução de 1930.

Contudo, Oliveira Vianna não pode deixar de se afastar de Alberto Torres para marcar sua própria originalidade e independência – uma oposição radical em diversos temas com a questão da raça, o elemento liberal de Alberto Torres, além de outros menores. Mesmo assim, não pode deixar de reconhecer a importância e *O problema nacional brasileiro*, como parte do diálogo dominante em seu tempo, e de afirmar a originalidade e a presença da autonomia das idéias em Alberto Torres. (Oliveira Vianna, 1947: 149):

“[...] só ele, pode construir, com vagar e serenidade, `sua maneira e dentro do seu feito, sobre a realidade viva do nosso povo, uma sociologia brasileira; e sobre essa sociologia, uma política nacional, isto é, uma política nossa, sem laivos de estrangeirismos, sem influência de além-mar, sem a mescla deplorável dessa ‘Biblio-sugestão’, de que fala, num dos seus livros, Oliveira Lima.’

O principal nome entre os ideólogos do Estado Novo será Oliveira Vianna que, seguindo o pensamento de seu mestre, acreditava que era necessário organizar o Brasil, estabelecer leis justas e aplicáveis a todos os cidadãos e na proposta de uma “sociedade

política” através de corporações e no estabelecimento de um Estado centralizado e forte, que arbitrasse acima da “anarquia popular e dos interesses das elites rurais” que estavam em sentido oposto ao bem da organização nacional.

Para Oliveira Vianna todo o problema nacional está – como para Alberto Torres – na desorganização do povo. Em sua longa evolução histórica, o povo brasileiro não foi capaz de desenvolver uma forte mentalidade solidarista. Desta forma, cumpria ao Estado “construir” o povo, amparando, estimulando e desenvolvendo todas as atividades ou movimentos associativos que representasse a expressão da solidariedade. A ação do Estado poderia vencer esse “atraso”, integrando organizações sociais ao seu sistema decisório, mantendo ou não o caráter autônomo das mesmas. A atualidade impunha o imperativo da “colaboração dos particulares”, a participação das classes econômicas na política através de “corporações”, sobretudo no Brasil, onde os partidos políticos e as assembléias parlamentares nunca o permitiram.

Resumindo tudo isso, destaca Piva (2000:137-138):

“Há um determinismo negativo no brasileiro, que é a ausência de sentido público, que impede que a autoridade pública (o Estado em todos os sentidos) surja naturalmente, como nos povos saxônios, daí decorrendo a anarquia social – que, entretanto, convive coma descrição do esplendor da empresa colonizadora dos grandes latifúndios e sua massa incapaz, raízes da própria anarquia social e da ausência de Estado. Esse determinismo negativo faz com que se imponha a necessidade de criação do Estado central [...]. o determinismo negativo o é tanto porque não habilita para o bom futuro – ordem pública – quanto leva inevitavelmente ao mau futuro – ordem privada caudilista.”

Na prática, Oliveira Vianna julgava impossível uma organização de tipo corporativa sem base sindical, dado o nosso *insolidarismo*. A sindicalização significava o processo mais fácil, rápido e seguro de desenvolvimento de uma “consciência de grupo”. Associações sindicais e instituições corporativas eram assim as duas “técnicas” mais modernas para se vencer o problema da organização social do povo brasileiro. (cf. GOMES, 1993: 54)

Como destaca Gomes (1993), Oliveira Vianna contribuiu para o “modelo corporativo brasileiro”, tanto por ter sido seu importante teorizador, como por ter participado diretamente de sua formação quando membro do Ministério do Trabalho. Contudo, devemos ter claro, que o modelo formal adotado não pode ser definido como aquele que foi pensado por Oliveira Vianna. Apesar de terem sido suas as idéias que orientaram o projeto de sindicalismo corporativo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, não foi sua utopia de “boa sociedade corporativa” que passou no referido projeto.

Um outro ponto a ser abordado é de que todo seu modelo está inserido em uma visão construída e colocada em cena sobre os trabalhadores e da sua presença na sociedade brasileira. É na Primeira República que encontramos uma primeira gestão dentro do pensamento político de uma representação sistemática e substantiva sobre os trabalhadores, o pobre, os dominados – o “povo brasileiro” ou “povo massa” na linguagem de autores como Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral.

O quadro criado das camadas populares era: 01) uma população composta de forma heterogênea, o que impediria a construção de sua identidade como povo unido e singular; 02) esta heterogeneidade teria como efeito nefasto à incapacidade de ação política coletiva popular, que deveria ser levado a êxito pela intervenção de forças que incorporasse e organizasse esse povo disperso; 03) faltava a aptidão para a coletividade, pois os grupos que o compõem seriam carentes de integração entre si e com o restante da sociedade, sem vocação para a solidariedade e a universalidade. (cf. SADER e PAOLI, 1986)

Oliveira Vianna observava que a diversidade do povo brasileiro impossibilitava em sua própria existência a participação social e política popular nos destinos da sociedade. As elites também eram diversas, mas estas tiveram a oportunidade do exercício do poder, não sendo capazes de resolver os problemas nacionais, deixando apenas o nefasto Estado liberal como herança. Contra este, nada se poderia fazer a partir do povo, pois não se tratava de um

povo real, com expressão representativa ordenada na sociedade. Era um grupo fragmentado e disperso, dividido, sem comunicação interna real e sem um sentido coletivo solidário. (Idem)

Dessa forma, Oliveira Vianna somente conseguiu ver a formação do “povo autêntico”, isto é, “a burguesia e o proletariado”, a partir da ação interventora do Estado getulista. Este representou o espaço unificador que tanto era desejado pelo pensamento autoritário, onde os grupos dispersos de trabalhadores poderiam se tornar – na representação social – um povo organizado para a nação. Em resumo, os trabalhadores passaram a “existir” a partir da legislação sindical, institucionalizando-se através do Estado, onde Vargas promove sua incorporação paternalista à comunidade nacional.

Mais ainda, Oliveira Vianna vê na Revolução de 1930 a possibilidade de organizar-se uma reação ao espírito de clã, continuamente reafirmado pelas oligarquias estaduais. Pretende delinear um Estado que fosse capaz de empreender uma ação organizadora.

Oliveira Vianna realiza mais que uma crítica contingente dos desacertos de nossa organização política, mostra o desenvolvimento das regras que tratam de organizar a vida política, cristalizada nos princípios liberais das constituições brasileiras – desde 1824 – e os comportamentos efetivos, moldados por uma cultura política que exprime uma sociedade ainda tradicional, tecida ao longo de nossa história, apontando a distância entre o país legal e o país real. As instituições políticas do Brasil real são, em resumo, o resultado de uma formação histórica específica, em tudo diferente da trajetória dos países anglo-saxões – berço da democracia liberal – o que era menosprezado pelos liberais nativos.¹⁹

O que nos leva a um percurso longo de pequenas modificações, mas significativas. Em *Populações meridionais do Brasil* Oliveira Vianna mostraria a vitória da ordem sobre a anarquia durante o Império e os males dos “vencedores” com a Constituição de 1891. Os problemas “modernos dos anos de 1920 só lhe chamaria a atenção pelo potencial de

¹⁹ Como já apresentamos mais a cima, esta também era a opinião de Alberto Torres.

dissolução social. Nos anos de 1930 adere a novas doutrinas e alternativas e afirma a preocupação das classes econômicas para a verdadeira democracia, o que introduz a esfera dos interesses no “ibérico Oliveira Vianna”. (PIVA, 2000:106)

O problema da centralização do Estado estava ligado a um importante debate travado na época entre Americanistas e Iberismo²⁰. Procurando interpretar os fatos dominantes de nossa evolução política e social, Oliveira Vianna conclui, que em razão da natureza oriental de nossa sociedade agrária – ameaça exercida pelos caudilhos locais – a centralização progressiva se tornava benéfica, pois o *local* não correspondia ao lugar de associação entre os indivíduos e, sim, no de dissociação e de ausência de vida política. Oliveira Vianna processava a inversão do argumento liberal, afirmando que, este sim, é que levaria ao poder despótico. O centralismo proposto por Oliveira Vianna estava carregado de ideal civilizatório pela “ação lenta e contínua do Estado”, soberano, incontestável, unitário, capaz de impor-se a todo o país pelo prestígio de sua missão nacional. Opunha-se à apropriação do poder público pelo privado que institucionalizaria a ordem clânica e o despotismo dos caudilhos sob a fachada artificial do sistema de representação. (VIANA, 1993: 378)

A “utopia Iberista” de Oliveira Vianna se consolidava no ideal de uma sociedade fundada na cooperação, na incorporação, no predomínio do interesse coletivo sobre o individual, na regulação das forças sociais em função de um objetivo comunitário. A noção de liberdade estava diretamente associada às virtudes públicas; “liberdade dos antigos”.

Oliveira Vianna insistia na importância dos usos, costumes, hábitos, tradições, caráter nacional, educação cívica de cada povo. Dava importante ênfase no momento histórico e das circunstâncias sociais na consolidação de uma nação. Foi um forte crítico das tentativas de

²⁰ Não pretendo neste trabalho me deter nestas questões, apresentando apenas os pontos importantes para o entendimento de meu argumento. Sobre o debate entre Americanistas e Iberistas ver: VIANA, Luiz Werneck – “Americanismo e Iberismo: a polemica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos” - in: **O pensamento de Oliveira Vianna**/ Elide Rugai Bastos, João Quartim de Moraes (organizadores) – Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

implantar instituições estranhas a nossa tradição, pois seriam experiências desastrosas ou, no mínimo, inócuas.

Carvalho (1993) procura demonstrar que Oliveira Vianna teve outra importante influência, vinda do Visconde do Uruguai.

Para Uruguai o ideal para o Brasil era uma combinação de uma centralização política com uma descentralização administrativa. O governo deveria ser distinguido da administração; fórmula freqüente em Oliveira Vianna, que a adaptava a seu modelo de sociedade sindical e corporativa: centralização política e descentralização funcional (POPD, PDC). (CARVALHO, 1993)

Uruguai formulava a idéia de que o Estado não é um inimigo que deva ser combatido, como propõe os liberais, mas o principal fator de transformação política. Onde não há tradição de self-government, cabe ao Estado desenvolvê-la. O Estado deve proteger a liberdade, criar o espírito público, moldar a nação. Estado pedagógico da liberdade, educando o povo para a participação na sociedade política. (CARVALHO, 1993)

Assim Carvalho (1993) aponta na utopia iberista de Oliveira Vianna duas formas de entendimento da sociedade brasileira de dois mecanismos de mudança:

Entendimento negativo: recusa de aspectos centrais do mundo moderno; negação da sociedade utilitária individualista, do mercado como ordenador das relações econômicas.

Entendimento positivo: ideal de uma sociedade fundada na cooperação, na incorporação, no predomínio do interesse coletivo sobre o individual, na regulação das forças sociais em função de um objetivo comunitário.

Nas palavras de Oliveira Vianna, um “povo de transplantação, sendo necessário conhecer as influências exercidas pelo meio físico e os problemas demográficos, apontando nossas características distintivas.”

Estes são os pontos de seu programa de estudos como base e motivação para seu engajamento no “programa nacional de reforma política e social”, que se objetiva anos depois.

Em 1930 publica *Problemas de política objetiva*, que tem o caráter de projeto político, de indicador de rumos e soluções. O tema que domina todo o livro: a liberdade e a nacionalidade

Sobre este livro aponta Faria (2002:76):

“Não deixa de ser um livro fascinante, este – pelo estilo vibrante, exemplificante; pela temática retomada, com novos recortes, e mais adensada. Sobretudo, a nosso ver, pela releitura e reaproximação de Alberto Torres, com o qual, neste momento da sua trajetória, Oliveira Vianna se identifica, numa forma de adesão muito explícita, mas habilidosa. [...]”

É no último parágrafo do artigo *O tipo brasileiro e seus elementos formadores* que temos os elementos que possibilitam ligar Oliveira Vianna as elites – as mesmas que critica – e Alberto Torres. Leia (OLIVEIRA VIANNA, 1991:61-62):

“[...] veremos então esses neobrasileiros, filhos e netos de lusos, de italianos, de alemães, que nos parecem hoje deprimidos pelo clima, revelarem a soberba estrutura moral de que são dotados, as suas esplêndidas reservas de energia e tenacidade, acumuladas pela hereditariedade. Eles serão, na nossa economia social, o que são os seus ancestrais atualmente: elementos dinamogênicos, forças de salubridade e vitalidade, fatores de renovação e progresso, capazes de fornecer a essa massa inumerável de mestiços improgressivos, que formam o grosso das nossas populações do Norte e do Sul, esses elementos de direção e comando, sem os quais elas jamais poderão sair daquela ‘inação e indigência’, de que já falava, há século e meio, o marquês de Lavradio.”

Devo ir direto para o comentário que Faria (2002:106) faz sobre este parágrafo, o que permite fechar esta parte do trabalho com uma nota afinada com o que se seguirá:

“Sublinhem-se as expressões elementos de direção e de comando, fornecidos por contingentes dotados de ‘soberba moral’ e ‘esplêndida reserva de energia e tenacidade’, pois elas representariam as primeiras manifestações da temática central do seu projeto ‘político’ – a preparação de elites dirigentes, como único meio de se construir o Brasil, retirando-o da

anarquia, organizando-o, impondo-lhe ordem e solidariedade, em todos os níveis.”

E devo completar, este projeto que tem sua inspiração em Alberto Torres, encontra em Oliveira Vianna a pessoa disponível a colocar em prática. Alberto Torres estava preocupado em diagnosticar, Oliveira Vianna em propor a cura. O que rendeu ao segundo posição no poder do estado e reconhecimento mais sólido. Ao primeiro ficaria apenas o discurso selecionado, reelaborando, redescoberto e usado como fonte, não inspiradora, mas afirmadora de um projeto que dominou as emoções de toda uma geração de 1920 e que permitiu a legitimidade do Estado Novo.

No capítulo V de *Problemas de política objetiva* faz uma defesa da invasão americana no Haiti, o que seria uma boa ilustração da luta que Oliveira Vianna trava com a República Velha para implementar sua agenda de reformas e que tipo de conquistas enaltecia – com tanto ardor, em alguns momentos, que acabava se traindo e defendendo métodos contrários à soberania dos povos, valor que insistiu sempre em defender na sua retórica e que sempre louvou no seu precursor Alberto Torres.

Demos voz à Oliveira Vianna (1947:99-100):

“No Haiti do tempo da liberdade, não havia propriamente governo – porque[...] o governo fazia tudo ali, menos exercer as funções elementares que incumbem ao governo em qualquer Estado organizado.”

Depois de parágrafos de demonstração da falsa democracia vivida no Haiti, Oliveira Vianna conclui (1947:102):

“O ‘Haiti da escravidão’ apresenta outro aspecto. Os americanos entram ali e põem para fora do governo, sumaria e drasticamente, os politiqueros que exploravam, sob o rotulo de democracia, o país. Feito o que, começam a refundir, a reformar, a reorganizar tudo – isto é, a governar.”
“Restauram, com providências práticas e enérgicas, as finanças públicas. Reformam o absurdo sistema de impostos, substituindo-o por outro racional e justo. Dão aos dinheiros arrecadados uma aplicação rigorosamente honesta: gastando-os em serviços públicos. [...]”

Segue seu argumento, etc... A contradição - não apenas presente em Oliveira Vianna, mas uma característica dos “intelectuais-políticos” – funcionava ao discurso como justificador de um ponto de vista, apesar de apontar uma contradição. O mais importante não era ser coerente nos exemplos, mas ser coerente com o argumento que defendiam, ou com a matriz principal do argumento: necessitava-se de um governo forte capaz de realizar reformas que consolidasse nosso Estado e o processo de modernização. Com relação a isto não havia contradição, apenas provas...

Oliveira Vianna segue uma visão tecnocrática da organização do Estado, uma adaptação ao desejo da participação dos intelectuais na política. Prioridades técnicas através de instituições que organizassem, regulassem e canalizasse as expressões sociais como maneira de se contrapor à desordem partidária e ao individualismo que enxergava na democracia liberal. Em *Problemas de política objetiva* propõe Conselhos Técnicos e Econômicos e as questões de direito sindical e corporativo, que acompanham a evolução do governo Vargas e inspira a institucionalização do Estado Novo, além de traduzir sensivelmente a preocupação com os novos fenômenos urbanos e industriais do cenário nacional – empresários, trabalhadores, sindicatos, conflitos coletivos, aparelhamento da máquina pública, etc.

Como aponta Piva (2000:21-22), muito de suas obras dos anos 20 contém diagnósticos críticos da República Velha: é na estruturação política e social da República as causas do atraso e da desordem nacional – cujas raízes, entretanto, remontam à empresa colonizadora, baseada no latifúndio e no poder dos chefes de clã – e propõe a superação desse estado através de uma série de reformas que chegarão a influenciar fortemente a montagem do Estado Novo a partir de 1937.

Em 1924 toma posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e em 1926 tem o seu primeiro cargo público: diretor do Instituto de Fomento Agrícola do Rio de Janeiro.

Os livros que se seguem após a sua nomeação como consultor jurídico do Ministério do Trabalho (1931) - tirando *raça e assimilação*, que pode ser considerado seu livro menor, apresentando texto de vulgarização sobre o tema da raça bem ao gosto das elites, mas a muito deixado de lado – consolidam uma nova imagem. Já não é mais apenas o autor que passará anos a investigar a liberal-democracia, o individualismo, o insolidarismo e a falta de organização das elites esclarecidas; era agora o *autor-mentor* de programas de políticas sociais.

Em 1932 Oliveira Vianna é nomeado para a consultoria jurídica do Ministério do Trabalho, onde se tornou o principal formulador da política sindical e social do governo até 1940.

Após este período Oliveira Vianna fica marcado pela participação no governo Vargas, pelo apoio à ditadura de 1937 (toda a década de 40 e se agravando após a sua morte em 1951). Surgem fortes reações à sua obra entre os intelectuais de esquerda. O regime militar agravou a reação, pois, para muitos, sua ideologia fundava-se na visão de Brasil e na proposta política do sociólogo fluminense. (CARVALHO, 1993)

Em *Instituições políticas Brasileira* (1949), atualiza o discurso, a retórica, mas permanece absolutamente fiel às suas convicções “teóricas” primárias. É interessante que neste livro, diminui o tom de adesão ao pensamento de Alberto Torres e afirma que a maior influência recebida foi de Silvio Romero.

Também procura mostrar a sua *intimidade* com as novidades das ciências sociais, mas sempre fazendo recordar que ele mesmo, muito antes, já abordava os mesmos problemas.²¹

No primeiro volume de *Populações meridionais do Brasil* Oliveira Vianna irá fazer um claro elogio a São Paulo. No segundo volume, o elogio será aos gaúchos.

²¹ As na realidade uso de manuais mais em voga da época, como os de Ralph Linton, Donald Pieson, Baldus e Willens e Malinowski. (ver Faria,2002)

6 – Considerações finais

“Voto piedoso, que esconde uma terrível utopia. Ao intelectual também é preciso dizer: sutor, ne supra... Se é justo que a ciência se resolva em política, raramente é bom que o sábio acabe político.”
(LE GOFF, 1973:127)

Ao falar de intelectuais-políticos no Brasil é necessário sempre ter em mente que este movimento não é apenas uma originalidade brasileira, mas parte do movimento de idéias dentro da cultura Ocidental, de forma mais específica, de idéias que dominaram uma elite que mantinham elementos conservadores do *Ancien Regime*.

As idéias que hoje “habitam” nossa consciência como fatos inquestionáveis, precisaram de um longo embate com idéias rivais, resultando nem sempre de sua destruição, mas de uma permanência “marginal” - não tendo aqui o sentido negativo como comumente a tomamos, mas como idéias que se mantêm como resquícios de um grupo. Todo este embate requer a mobilização de forças para garantir o “monopólio do controle do sentido de verdade”.

O caso brasileiro apresenta nos primeiros anos da República até a Revolução de 1930 a mobilização de um vastíssimo conjunto de idéias por diversos grupos. Em muitos casos pouco se diferenciavam, mas divergências pessoais, ou mais precisamente divergências entre grupos, abriam espaço para embates políticos. O que se evidencia com a própria desorganização do novo regime e sua incapacidade de se manter sem a participação das velhas elites do café – monarquistas que se tornaram “republicanos de última hora” -, preocupados mais em defender seus interesses do que possibilitar o equilíbrio das forças e a estabilidade do regime. Esta é a primeira consideração que faço, as outras são decorrências e resultado deste quadro que sumariamente aqui descrevo.

O desfecho final, ainda que não significando a saída dos sonhos para o nosso presente, acabou sendo a Revolução de 1930, que estabeleceu certa vitória de um dos sentidos de verdade. Mesmo com fissuras, a revolução foi capaz de impor um regime que pudesse estabelecer normas e estabilidade de forças. A revolução não pode ser pensada como causadora dessas transformações, mas o resultado do movimento de idéias e de grupos sociais que se digladiavam pelo controle do Estado e do poder de fazer valer suas idéias. Uma nova classe se formava e necessitava de estabilidade de um sistema de direção que permitisse se estabelecer como classe dominante. Uma burguesia industrial, fortalecida pelo movimento da economia mundial, se ampliava e exigia sua participação política. É necessário estabelecer regras.

É aqui que retomo as balizas teóricas que me orientaram. Todo o desenvolvimento das idéias e as conclusões a que cheguei se ligam a leitura que fiz de Geertz, Foucault e Bourdieu. A discussão se faz de trás para frente, ou seja, precisei de Alberto Torres para compreender o movimento que levou a mobilização e sua justificação “político-intelectual” para a Revolução de 1930.

O discurso de Alberto Torres se firma pela sua posição no quadro político de sua época. A legitimidade “intelectual” se dá pela demonstração de sua experiência “política”. O movimento de “construção” da República abre uma vaga, onde diversos discursos entram em cena. Modelos políticos e propostas ideológicas emergem em profusão. Os debates são mais auto-afirmadores que proposições de idéias. A autoridade está na posição de classe e na aceitação política do discurso pela classe.

O discurso se expressa não a sociedade, mas para os grupos competidores pela autoridade legítima e legitimadora do regime. Dos francos debates ou das artimanhas da política é traçado nossa entrada no mundo ocidental.

Estabelecida uma relação capitalista de produção, ainda que débil e dependente do financiamento do Estado, novos atores emergem o que obrigou a velha estrutura de poder a ceder espaço.

Ao final e ao seu tempo, forças se acomodam dentro de um projeto inevitável de entrada do Brasil ao mundo Ocidental industrializado. A nossa entrada à modernidade não se deu sem qualquer contradição, mas não pode ser pensada como resultado de uma imitação. Nossa modernidade tardia se deu através de uma seletividade de idéias e de projetos, sendo parte de uma lógica própria de nossa cultura. (SOUZA, 2000)

Ao assumir a herança de Alberto Torres, Oliveira Vianna seleciona deste a sua porção “desencantada” da política. É este desencantamento que leva Alberto Torres a falar de um governo forte em abstrato, a conclamar os intelectuais (“os homens de ciência e de letras” como ele mesmo chamava) a participar de uma construção da Nação. Mas é em Oliveira Vianna que o governo forte ganha forma.

Alberto Torres tornar-se-ia o arauto maior da “inteligência nacional” que reivindicava seu papel na construção de um projeto nacional. Seu chamado para a tomada de posição na obra de “organização nacional” não atinge aos de sua geração. Contudo, ressoará para a geração pós-20 como um chamado legítimo ao realinhamento político da elite intelectual-política e a consolidação de um *status* de dirigentes da sociedade.

Aqui defendo que Alberto Torres foi o fundador de uma discursividade que serviu de fundamentação dos debates que se seguiram com a proclamação da República, mais claramente por uma geração que se organizava politicamente nos anos da década de 1920.

Estabelecido a República, o novo regime, sem homens suficientes para administrar a máquina pública ou mesmo sem força política para realizarem uma verdadeira ruptura com o antigo regime, as velhas lideranças regionais são absorvidas, tornando-se “republicanos de última hora”. Assim, a velha estrutura das oligarquias agrárias se manteve e se reproduziu,

deixando pouco espaço para a participação de toda uma geração formada no novo espírito republicano e influenciados pelo progresso industrial da Europa.

Os parágrafos a cima são resultado de uma reflexão difícil em que procurei demonstrar que existe uma relação entre idéias européias e práticas políticas no Brasil; um debate que se insere na ordem Ocidental.

Procurei, nas entrelinhas e em concordância com as escolhas teóricas, deixar evidente que entre contexto brasileiro e teorias européias se faz de forma dinâmica. Claramente não se pode deixar de observar a influência em nossa trajetória política a participação do ideário ocidental, mas também não podemos de deixar, em igual condição, de ver a seletividade processada nas práticas e nos discursos. (SOUZA, 2000)

O discurso se construiu em um processo de formação e socialização das elites no Brasil. O exemplo da Academia de Direito de São Paulo ilustra bem a idéia de um espaço social, que integrava provincianos e sofisticados em uma mesma educação e preparo para as coisas públicas. Era também o espaço onde se travava estreitas relações entre membros das elites que resultavam em futuras alianças ou disputas pessoais. O trabalho de Adorno (1988) demonstra a força tanto de afirmação da estrutura de poder das elites, como também permitiu a entrada de novas idéias através das experiências extra acadêmicas.

Nas palavras de Rama (1985), “[...] a cidade latino-americana veio sendo basicamente um parto da inteligência, pois ficou inscrita em um ciclo da cultura universal [...]” onde cidades ideais são transpostas como em um sonho de ordem. Serão ordenadoras de uma ordem social hierárquica transposta para uma ordem organizada geometricamente. “[...] Não é a sociedade, mas sua forma organizada, que é transposta; e não à cidade, mas à sua forma distributiva. [...]” (RAMA, 1985: 26)

As ideologias que se formam a partir do desmoronamento da estrutura imperial e da construção da República em uma dúbia base serve a um esforço de legitimação do poder. No que observa Rama (1985:32):

“[...] O sonho de uma ordem servia para perpetuar o poder e conservar a estrutura sócio-econômica e cultural que esse poder garantia. E, além disso, se impunha a qualquer discursopositor desse poder, obrigando-a a transitar, previamente, pelo sonho de outra ordem ”

Este é o movimento constante das inteligências, mobilizadas aqui e ali em afirmar o esforço de construção de nossa nacionalidade e o projeto de modernização, em compasso com a modernidade européia.

Através do processo de construção do pensamento de Alberto Torres, busquei apontar para estas questões. Alberto Torres segue o percurso da história de construção de nossa modernidade. Membro de uma família influente, vai estudar direito em São Paulo, onde toma contato com idéias abolicionistas, liberais e republicanas. Sendo agente ativo na consolidação da República, se depara com um universo em desequilíbrio, onde as forças entre as antigas elites dirigentes e os artífices do novo regime, são obrigados a conviver.

Desencantado com o malogro do projeto republicano que sonhara e desgastado pelas lutas que travou para realizar seu sonho republicano, se afasta do campo político para se dedicar a uma crítica da realidade nacional que encontrava em seu confronto político. Alberto Torres será o Sólon desiludido, deixando seu projeto de constituição aos seus discípulos.

O Sólon desencantado não realiza o projeto, mas sua obra se reproduz entre intelectuais das décadas de 1920 e 1930 justificando e “fortalecendo” novas práticas políticas que levaram a Revolução de 1930. Os herdeiros de Sólon desencantado encontram o artífice de seu projeto em Oliveira Vianna.

É este o propósito deste trabalho, escapar as formas tradicionais de descrever o pensamento social, sem tirar a originalidade do pensamento que, aqui é analisado pela

trajetória intelectual-política de Alberto Torres. Se me foi possível realizar este esforço com um resultado positivo, cabe aceitar que um novo desafio se abre ao pensamento. Este trabalho, sem exigir sua originalidade intelectual, pede para uma nova crítica de nossa trajetória intelectual e política, sem os velhos vícios de impor idéias e adjetivos auto-explicativos.

7 – Referências

- ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- AGUIAR, Neuma. **The Mobilization and Burocratization of the Brazilian Working Class, 1930-1964** Dissertation for the degree of Doctor of Philosophy, Washington University, Saint-Louis, Missouri, August, 1969.
- ALONSO, Angela. “Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870”. in: RBCS, vol. 15, nº 44 out./2000.
- ALONSO, Angela. “Do positivismo e de positivistas: interpretações do positivismo brasileiro”, BIB, 42, 2º semestre de 1996. pp. 109-134.
- ALONSO, Ângelo. **Idéias em movimento – A geração 1870 na crise do Brasil-Império.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- ALVAREZ, Marcos César. Michel Foucault e a *Ordem do discurso*. in: CATANI, Afrânio Mendes; MARTINEZ, Paulo Henrique (org.). **Sete ensaios sobre o Collège de France.** São Paulo: Cortez, 1999.
- BASTOS, Elide Rugai, QUARTIN DE MORAIS, João (org.) **O pensamento de Oliveira Vianna** Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- BEIRED, José Luís Bendicho. **Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina.** São Paulo: Loyola, 1999.
- BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel Republicano.** São Paulo: Loyola, 1991.
- BIGNOTTO, Newton. **O tirano e a cidade.** São Paulo: Discurso Editorial, 1998.
- BOBBIO, Noberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea.** Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.
- BOURDIEU, Pierre *A economia das trocas lingüísticas* in: ORTIZ, Renato (org.) **A sociologia de Pierre Bourdieu** trad. Paula Monteiro e Alicia Auzmendi São Paulo: Olhos D’Água, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Trad. Fernando Tomaz. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CÂNDIDO, Antônio. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 9ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- CARVALHO, José Murilo de *A utopia de Oliveira Vianna* in: BASTOS, Elide Rugai, QUARTIN DE MORAIS, João (org.) **O pensamento de Oliveira Vianna** Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial.** Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil.** São Paulo: Cia das Letras, 1998a.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados.** São Paulo: Cia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados: escritos de história e política.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998b.

CHÂTELET, François. **História das idéias políticas.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Corporativismo e justiça social: o projeto de Oliveira Vianna.* in: BASTOS, Elide Rugai, QUARTIN DE MORAIS, João (org.) **O pensamento de Oliveira Vianna** Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

DALLEMAGNE, Jean-Lue; NÁIR, Sami *A economia política, o socialismo utópico*

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FARIAS, Luiz de Castro. **Oliveira Vianna – de saquarema à Alameda São Boaventura, 41 – Niterói: o autor, os livros, a obra.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi **Crise e reorganização nacional: o pensamento de Alberto Torres** São Paulo, Dep. De Ciências Políticas, FFLCH, agosto de 1997. (dissertação de mestrado)

FERREIRA, Marieta de Moraes **Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889)** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Tempo Brasileiro, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes (cood.) **A república na velha província: Oligarquia e crise no Estado do Rio de Janeiro (1889-1930)** Mônica Almeida Kornis [et al] Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Trad. Laura Fraga de Almida Sampaio. 8ª ed. São Paulo: Loyola, 2002a.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Org. e trad. Roberto Machado. 17ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002b.

FRANCO, Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata.** 4ª. ed. São Paulo:UNESP, 1997.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa.** Trad. Vera Mello Joscelyne. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas: o antropólogo como autor.** Trad. Vera Ribeiro. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. “A política em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: Schwarcz, Lilia Moritz (org.). **Historia da vida privada no Brasil.** São Paulo: Cia das Letras, 1998. (vol. 4)

GOMES, Ângela de Castro. *A práxis corporativista de Oliveira Vianna.* in: BASTOS, Elide Rugai, QUARTIN DE MORAIS, João (org.) **O pensamento de Oliveira Vianna** Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

HUIZINGA, Jihan. **O declínio da idade média.** Trad. Augusto Abelaire. Lisboa: Ulisseia, sd.

IGLÉSIAS, Francisco. “Prefácio à terceira edição”. In: TORRES, Alberto. **A organização nacional – Primeira parte: A constituição.** 4ª. ed. São Paulo: Ed. Nacional; [Brasília], Eb. UnB, 1982.

LACROIX, Bernard. **Durkheim y lo político.** Trad.: Aurélio garzón Del Camino. México: Fondo de Ciltua Económica, 1984.

LALLEMENT, Michel. **História das idéias sociológicas: das origens a Max Weber.** Trad. Ephraim F. Alves. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes: 2004.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na idade média.** Trad. Luísa Quintela. Lisboa: Estúdio Cor, 1973.

LE MOS, Maria Teresa Toríbio Brittes. **Alberto Torres: contribuição para o estudo das idéias no Brasil.** Rio de Janeiro: Quartet, 1995.

LEPENIES, Wolf. **As três culturas.** Trad. Maria Clara Cascato São Paulo: Edusp, 1996.

LEPENIES, Wolf. **Ascensão e declínio dos intelectuais na Europa.** Trad. João Gana. Lisboa: Edições 70, 1995.

MANOILESCU, Mihail **O século do corporativismo** trad. Azevedo Amaral Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

MARSON, Adalberto. **A ideologia nacionalista de Alberto Torres.** São Paulo: Duas Cidades, 1979.

MEDEIROS, Jarbas. **Ideologia autoritária no Brasil, 1930-1945.** Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1978.

MERLEAU-PONTY, Maurice. A dúvida de Cézanne. In: **O olho e o espírito.** Trad. Paulo Neves e Maria Ermantina Galvão Gomes. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na vira do século.** Trad. Celso Nogueira. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. **Instituições políticas brasileiras.** Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. O idealismo da constituição. In: CARDOSO, Vicente Licínio. **À margem da história da república** Brasília: Ed. UnB, 1981.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. **Problemas de política objetiva**. 2ª. ed. aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi – **A questão nacional na Primeira República** – São Paulo: Brasiliense, 1990.

PÉCAULT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990.

PIVA, Luiz Guilherme. **Ladrilheiros e semeadores: A modernidade brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)** São Paulo: Editora 34, 2000.

RAMA, Angel. **A cidade das letras**. Trad. Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985.

REZENDE, Maria José de “Alberto Torres e a mudança social no Brasil: o equilíbrio conservador e a supressão do conflito”, Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, n.º 30, IBCCRIM, pp. 249-259, abr-jun, 2000b.

REZENDE, Maria José de – “Mudança social no Brasil: a construção de um ideário conservador” – São Paulo, Revista Tempo Social, USP, v.10, n.º 2, out. 1998.

REZENDE, Maria José de – “Organização, coordenação e mudança social em Alberto Torres”, Estudos de Sociologia, Araraquara, UNESP, n.º 8, pp. 35-58, 1.º sem. 2000a.

RINGUER, Fritz. **O declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã, 1890-1933**. trad. Dinad de Abreu Azevedo. São Paulo: EDUSP, 2000.

SADEK, Maria Tereza. “A questão ideológica da década de 30”. In: **Simpósio sobre a revolução de 30**. Porto Alegre, out. 1980. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ERUS, 1983.

SADEK, Maria Tereza. **Maquiavel, maquiáveis: a tragédia octaviana**. São Paulo: Símbolo, 1978.

SADER, Eder e PAOLI, Maria Célia – *Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes)* – in: **Aventura antropológica – Teoria e Pesquisa**/ organizadora: Ruth C. L. Cardoso – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 4ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo sociedade e cultura nos frenéticos anos 20**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

SILVA, Ricardo Virgilino da **A ideologia do estado autoritário no Brasil** Campinas: Tese de doutorado apresentado ao programa de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Novembro/1998.

SOUZA, Francisco Martins de **Raízes teóricas do corporativismo brasileiro** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1999.

SOUZA, Jessé **A modernidade seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro** Brasília: Ed. da Unb, 2000.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica.** Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

TAVARES, José Nilo – **Autoritarismo e dependência: Oliveira Vianna e Alberto Torres** - Rio de Janeiro: Achiamé/Socii, 1979.

TORRE, Alberto. **A organização nacional: Primeira parte: A constituição.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933b.

TORRE, Alberto. **O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933a.

VENANCIO, Giselle Martins. “Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna”. in: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 28, 2001, p. 23-47.

VIANNA, Luiz Werneck e CARVALHO, Maria Alice Rezende de. “República e civilização brasileira”. in: BIGNOTTO, Newton (org.). **Pensar a República.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

VIANNA, Luiz Werneck. Americanismo e Iberismo: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos. in BASTOS, Elide Rugai, QUARTIN DE MORAIS, João (org.) **O pensamento de Oliveira Vianna** Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil** 4ª. ed. rev. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. (1976)

VIEIRA, Evaldo Amaro – **Oliveira Vianna e o Estado corporativista: um estudo sobre corporativismo e autoritarismo** – São Paulo: Grijaldo, 1976.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito do capitalismo”.** Tra. José Marcos Mariani de Macedo, rev. Técnica: Antônio Flávio Perucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Anexo Eletrônico:

Constituição de 1891
Constituição de 1937
Constituição de 1946

e-book: O problema nacional brasileiro
A organização nacional